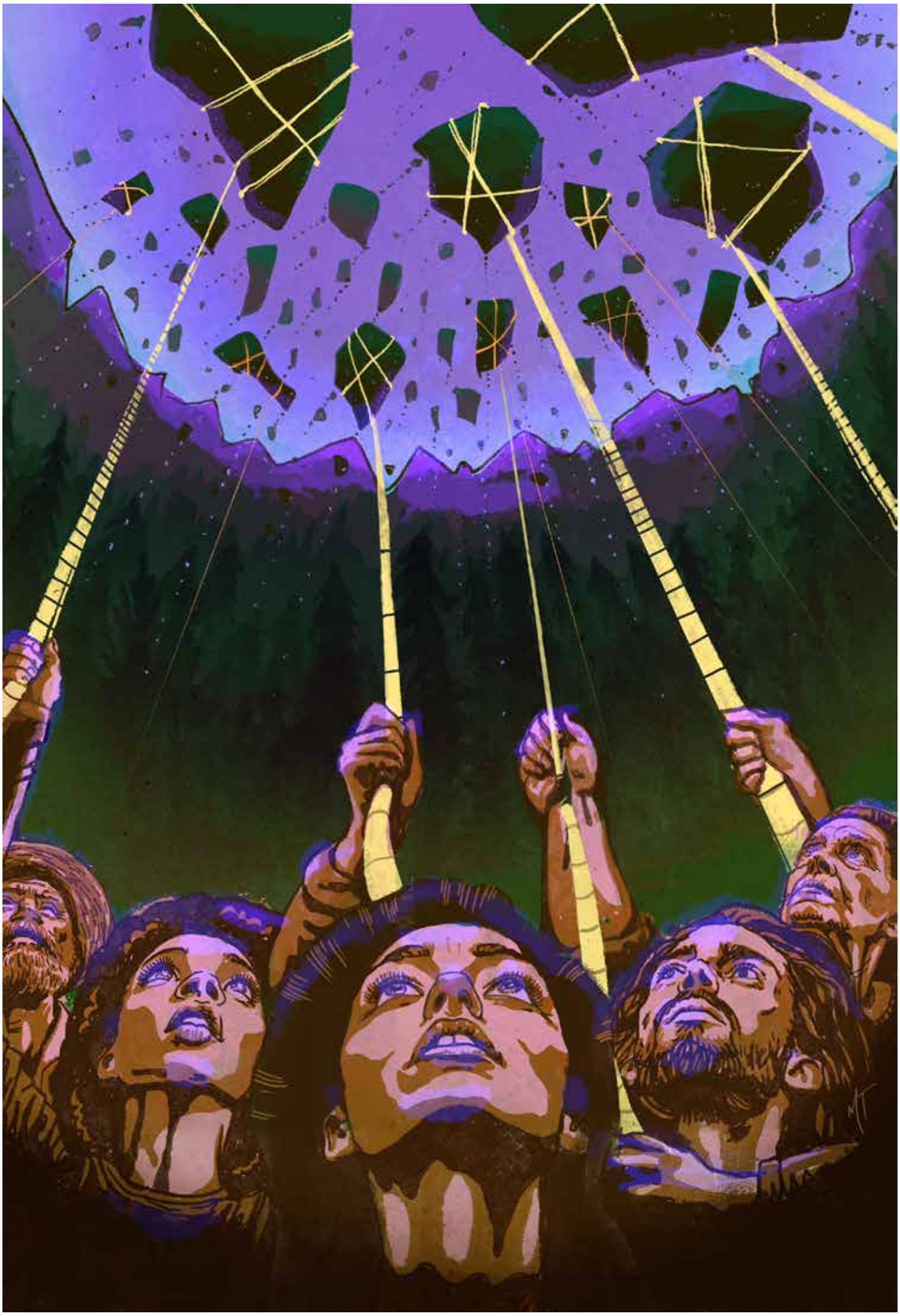
**NESTA EDIÇÃO! Suplemento Outras Economias** · **Kiu diris ke Esperanto mortis?** pág.34 · **Left Hand Rotation** pág.40


# mapa: Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 43
OUTUBRO-DEZEMBRO 2024
TRIMESTRAL / ANO XI
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

**Michelle Tylicki** | @shelkadelic | www.michelletylicki.info

## Comunidades juntas contra as forças extrativistas

Nos territórios rurais, em defesa das serras, das águas e de todos os seres que os habitam, as pessoas souberam juntar-se perante um dito progresso que esconde a destruição. A luta contra a mineração, no Barroso e noutros lugares, é hoje um marco incontornável de resistência coletiva. **págs. 7-16**

## A febre do cante flamenco

Um festival que se assume político e de ação direta, uma *peña* flamenca autogestionada em Sevilha. Que Flamenco é este? **págs. 25-27**

## Maria Galindo, feminista e pagã

Uma conversa aquando da passagem da boliviana por Lisboa, num convite a "vomitar, conjurar, lavar, e curar-se do colonialismo" para a construção de um feminismo radical. **págs. 28-30**

## Deligny e os putos ineducáveis

Fernand Deligny quis chegar às crianças sem armas nem couraça, sem castigos nem recompensas. Um emblema da luta contra a institucionalização e o confinamento. **págs. 22-23**

# As ruas enchem-se contra o racismo

Em Lisboa saiu-se à rua contra a extrema-direita, denunciando o racismo, a violência policial e o legado colonial em que seguimos submersos.

Grande Marcha Cabral. 21 de setembro de 2024. Foto: Outros Ângulos

E Se Fosse Contigo. 14 de setembro de 2024. Fotos: Jamilla Baroni

## 29.09 #Não Passarão

Uma concentração contra o fascismo, o racismo e a islamofobia encheu o Largo do Intendente na tarde do último domingo de setembro. À passagem da extrema-direita na Almirante Reis, num desfile anti-imigração promovido pelo Chega, as manifestantes gritaram bem alto: «Fascistas, racistas, chegou a vossa hora: as imigrantes ficam e vocês vão embora!». Naquela avenida, a polícia algemou e prendeu dois jovens que tinham sido agredidos por um manifestante anti-imigração. Os jovens ficaram detidos na esquadra da Penha de França durante cerca de 4 horas, com o apoio de um grupo de manifestantes solidários que se mantiveram à porta, enquanto o agressor só foi identificado pela polícia uma semana depois. Entretanto, no Rossio, a disputa pelo holofote levou a escaramuças dentro da própria concentração fascista, entre o grupo nazi 1143 e outros participantes no desfile.

## 21.09_#Cabral Torna Djunto-Nu

Uma semana antes, a 21 de setembro, data inicialmente anunciada para a manifestação do Chega mas depois adiada, o Movimento Negro e Panafricano em Portugal organizou a primeira Grande Marcha Cabral. Evocou-se Amílcar Cabral, um dos líderes da luta pela Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, cujo centenário tem vindo a motivar um programa alargado de iniciativas.

Sob o manifesto «o 25 de Abril nasceu em África», vários coletivos e pessoas antifascistas e anti-colonialistas marcharam na Avenida da Liberdade, «a mesma avenida onde, todos os anos, milhares se juntam em celebração do fim da ditadura e do fascismo salazarista, para fazer uma segunda afirmação: Amílcar Cabral é uma das figuras da Revolução dos Cravos, e o 25 de Abril continuará a ser uma celebração incompleta enquanto a sua ausência, assim como a dos povos africanos que combateram contra o colonialismo, se perpetuar». «Porque as conquistas deste 25 de abril, fruto da luta dos povos africanos e português, não estão garantidas, considerando o projeto de uma sociedade fascista desejada pela extrema-direita». O Movimento pretende fazer da Marxa «um lugar de encontro de ideias vivificantes que promovam a hospitalidade e a dignidade humana», e promete que a «Marxa» irá regressar nos próximos anos. Vale a pena assinalar que apenas uma semana antes, na mesma avenida, se tinha marchado igualmente «por Cláudia Simões, Bruno Candé, Daniel Rodrigues, Danijoy Pontes, Giovani Rodrigues, Múmia Abu Jamal e todas as pessoas que ainda hoje enfrentam a brutalidade dos poderes capitalista, fascista, xenófobo, patriarcal, racista, afrofóbico e neocolonial».

## 14.09_#E Se Fosse Contigo?

As mães de Daniel Rodrigues e Danijoy Pontes continuam a chorar os dois filhos mortos, há 3 anos, no inferno do Estabelecimento Prisional de Lisboa. Estiveram presentes, de novo e uma vez mais na manifestação de 14 de setembro, lançada sob o apelo à solidariedade com Cláudia Simões, condenada pelo Tribunal de Sintra por morder um agente da PSP, enquanto estava a ser violentada e agredida. Cláudia Simões acabou condenada por morder em autodefesa; o agente da PSP, Carlos Canha, foi condenado a oito meses de pena suspensa; o polícia foi absolvido da agressão, com pena suspensa de três anos – contando aqui ainda a agressão a outros dois homens negros, Quintino Gomes e Ricardo Botelho, que, entre a multidão, presenciaram os eventos na paragem de autocarro, na Amadora, em 2020. A violência sobre Cláudia Simões gerou debate público sobre o racismo e a xenofobia nas forças de segurança e no sistema judicial, contribuindo para evidenciar a injustiça vivida por pessoas negras, ciganas, imigrantes e pobres às mãos da polícia.

O protesto em «Solidariedade com Cláudia Simões e todas as vítimas de violência policial» foi marcado por uma diversidade de pessoas e coletivos em solidariedade e respeito por quem mais sofre racismo policial, escutando e amplificando as suas vozes. Uma faixa erguida momentaneamente na fachada do Cinema São Jorge gritava que a "justiça é abolição da polícia e tribunais racistas". De acordo com o apelo desta manifestação, que foi do Estabelecimento Prisional de Lisboa até ao Martim Moniz, «a nossa luta não se move pela esperança de que o Estado reconheça o racismo que o constitui, mas pela dignidade de nos mantermos de pé e audíveis sobre as injustiças e hipocrisias de um sistema que se diz justo.»

@SIRIGAITALISBOA | RUA DOS ANJOS 12F

TODAS AS QUARTAS NA SIRIGAITA, LISBOA!

AULAS DE PORTUGUÊS!

@REDEAPOIOMUTUO

REDE DE APOIO MÚTUO LISBOA

DE & PARA MIGRANTES! BASEADO NA AJUDA MÚTUA GRÁTIS!

# Estudantes Pela Palestina

Um ano após uma guerra e um genocídio em curso sobre as populações da Palestina olhamos em retrospetiva para a solidariedade vinda das universidades.

**FILIPE NUNES**
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Fotos: Outros Ângulos

No universo dos grupos de Estudantes pela Palestina que encontramos em diversas universidades portuguesas há duas exigências muito claras. Uma tomada de posição inequívoca e institucional da academia pelo cessar-fogo e que não se pactue com as instituições pares cúmplices no conflito a troco de financiamentos académicos e de investigação.

Logo nos primeiros meses da investida israelita sobre Gaza um pouco por todo o mundo as universidades foram sendo ocupadas em protesto. No Porto, falámos com o André, que conta que «houve diferentes momentos de organização e ação: começou com uma primeira assembleia onde terão estado presentes perto de uma centena de pessoas [e evoluiu] até a um período mais combativo, que coincidiu com a ocupação da Faculdade de Ciências. O carácter reivindicativo concreto, a descentralização e a autogestão que caracterizaram a ação na FCUP conseguiram uma adesão social que há muitos anos não se via na região do Porto. Centenas de pessoas acudiram aos apelos de solidariedade, o que superou largamente as nossas expectativas. A resistência tornou-se de tal forma eficaz que a polícia foi incapaz de nos desmobilizar durante a noite, e conseguimos manter o controlo das instalações e realizar assembleias abertas, produtivas e organizadas em autogestão. A solidariedade e combatividade demonstrada pelos estudantes ao longo de todo o processo de luta representou certamente para todos nós um momento de esperança e de motivação para as lutas futuras. O facto de termos sido capazes de desmobilizar posteriormente sem qualquer tipo de detenção ou violência policial exercida sobre nós, foi também positivo». Dias antes, em Lisboa, o acampamento pela Palestina e pelo clima na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa fora desocupado pela força policial, solicitada pela direção da Faculdade, detendo estudantes e carregando com violência nas pessoas que estavam em apoio no exterior. De maio a junho assistiram-se ainda a outras ocupações, desde a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Nova e a de Belas Artes em Lisboa, ao Campus de Gualtar da Universidade do Minho e à Universidade de Coimbra.

Em Coimbra a acampada em frente à Faculdade de Letras e à Reitoria foi das mais longas da Europa, somando um total de 30 dias. Mariana relatou-nos como o grupo de Coimbra Pela Palestina nasceu de forma apartidária e auto-organizada logo em outubro de 2023, no final de uma manifestação, vindo, naturalmente e à semelhança do que se passava noutros lugares do mundo, a reforçar a sua presença no meio estudantil, sobretudo tratando-se de uma cidade universitária. Se lamenta que uma tomada de posição unânime na assembleia magna dos estudantes, pela falta de quórum e pelas divergências, tarde a acontecer, tendo já decorrido um ano após o início da guerra, recorda como o conselho geral da Universidade de Coimbra (UC) veio a pronunciar-se pelo cessar-fogo perante a acampada, face aos apelos dos estudantes e de alguns docentes.

### Cumplicidade académica

Coimbra pela Palestina permanece, porém, firme na denuncia e na exigência de acabar com a cumplicidade da UC com entidades israelitas parceiras. Caso do projeto com a Universidade de Haifa através do programa europeu Horizonte 2020, denunciando as benesses militares dessa Universidade ou figuras académicas assumidamente ativas na implementação das «políticas de separação» da ocupação israelita. Ou, sem esquecer os projetos com o Ministério da Saúde israelita, a colaboração com a TEVA - Pharmaceutical Industries Limited, a maior fornecedora farmacêutica israelita e uma das maiores produtoras globais, sinalizada na lista negra de 2020 da ONU por operar em colonatos israelitas ilegais na Cisjordânia ocupada.

Para André, também da União Libertária no Porto, «ficou evidente, por parte das várias direções de faculdades, a falta de solidariedade para com o sofrimento do povo palestiniano e a índole oportunista de quem governa essas mesmas faculdades, escolhendo colaborar com instituições que têm um papel ativo no sofrimento e morte de milhares de pessoas ao manterem e financiarem projetos que contribuem diretamente para o genocídio do povo palestiniano».

Do mesmo modo, estudantes, funcionários, investigadores e professores do ISCTE de Lisboa lançaram em março passado uma petição persuadindo a instituição «a tornar-se um agente ativo e participante, no que diz respeito à situação do povo palestino em Gaza». Pese embora um artigo de opinião no Jornal de Notícias da reitora Maria de Lurdes Rodrigues, o grupo Estudantes pela Palestina do ISCTE lamentou que tal não tenha correspondido a uma posição formal do Instituto Universitário de Lisboa. Por outro lado, insistem para que que seja revista a participação no projeto em matérias energéticas REACT, financiado pelo Horizonte 2020, que acolhe a Universidade Hebraica e o Instituto Volcani.

Outra matéria reivindicada pelos estudantes de diversas universidades é a criação de um programa de acolhimento para estudantes e para a comunidade académica palestiniana.

### Para lá dos espaços estudantis

Para lá das ocupações, petições, manifestações e vigílias públicas, os Estudantes pela Palestina assinalaram ao longo do último ano alguns momentos relevantes. No Porto destacou-se, como nos assinala André, o protesto no comício da Aliança Democrática para as eleições europeias. «Quando a genocida Ursula Von der Leyen visitou o Porto, infiltramo-nos no meio do comício e no início do [seu] discurso começámos a manifestar-nos contra a ocupação e genocídio em curso. Foi um momento de bastante tensão, que provocou reação violenta imediata da segurança privada, dos militantes da AD e da polícia. Dois companheiros foram detidos, um deles teve o ombro deslocado pelos agentes da polícia e foi levado para a esquadra. Uma companheira foi agredida por um militante do PSD. Mas fomos capazes de levar a cabo o protesto planeado».

Um ano decorrido, André considera «fundamental quebrar com a barreira entre estudantes e não estudantes, integrando na luta todos os sectores que pretendem lutar pela total libertação do povo palestiniano», sem esquecer a importância de «ligar a luta internacionalista pela Palestina com a luta contra todos os outros genocídios, ocupações coloniais e agressões imperialistas do mundo. O sistema culpado por todos eles é o mesmo que na Palestina».

# Penajóia, um bairro em luta

**FILIPE NUNES**
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

O Bairro da Penajóia, em Almada, é um bairro autoconstruído num terreno abandonado que pertence ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Há décadas que ali se alojam famílias, mais de 400 pessoas, sem qualquer alternativa de habitação.

No início do verão passado, a Câmara Municipal de Almada notificou as famílias residentes com processos de contraordenação por construção de obra «ilegal», assumindo querer aplicar multas pesadas e, eventualmente, promover a demolição e o despejo. Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada desligaram o abastecimento de água, privando os habitantes do acesso a um serviço fundamental. No início de junho, o IHRU afixou editais para notificar os moradores do próximo passo: a demolição das casas em toda a área.

Foto: Stop Despejos

Os moradores, reunidos numa comissão e com o apoio de algumas associações e coletivos solidários com a luta do bairro da Penajóia, mobilizaram-se na rua e marcaram presença nas reuniões públicas da Câmara, denunciando «a intenção em curso de criminalizar as vítimas da crise de habitação, carregando sobre estas acusações, multas e ameaças, quando na verdade o que os moradores necessitam é de políticas públicas que os incluam e que garantam o direito fundamental à habitação». Em comunicado, os moradores da Penajóia dirigiram-se à Presidente da Câmara Municipal de Almada, Inês de Medeiros, para lhe dizer «que não estão ali por sua livre vontade, não estão ali por apreciarem a vista. Também não vivem sem acesso à água, ao saneamento básico e sem eletricidade por gosto, nem por achar "engraçado" viver em casas onde no inverno faz muito frio e no verão muito calor. Vivem em tal condição porque o acesso a uma habitação condigna neste país lhes é negado. Dentre as alternativas habitacionais, a autoconstrução de um teto no Bairro Penajóia foi a única possível para garantir a dignidade familiar, a proteção da intimidade pessoal e da privacidade do lar». O que pedem é, «sobretudo, diálogo com os moradores para encaminhamento em conjunto das soluções habitacionais possíveis para os residentes do Bairro Penajóia, de forma transparente, participada e em respeito às necessidades da comunidade».

Esta mobilização levou, em julho, ao recuo na demolição imediata das casas. No início de outubro, a Câmara de Almada, já alinhada com o IHRU, prometia uma solução «para muito breve». Por agora, foram apenas anunciadas as condições dos concursos de arrendamento acessível, do IHRU, e a comissão de moradores do Bairro da Penajóia mantém-se em expectativa e em luta à espera de um desfecho.

# Queremos uma casa para viver

«Casa para viver» foi o mote das manifestações ocorridas no dia 28 de setembro, em 22 localidades de norte a sul do país, incluindo ilhas.

Milhares de pessoas saíram em defesa do direito à habitação, como se tornou habitual nos últimos anos, porque o salário é quase todo, senão todo, gasto para a casa; porque vivem acotoveladas numa casa sobrelotada, numa barraca, ou são despejadas na rua. Animada pela participação apartidária que desperta em bairros periféricos, nas populações migrantes ou entre estudantes em desespero, a manifestação uniu-se em torno de um manifesto, redigido em consonância com as reivindicações da esquerda parlamentar. Denunciam-se os retrocessos em matéria de Alojamento Local, a recuperação dos vistos gold (agora «Investimentos Solidários»), a manutenção do regime dos Residentes Não Habituais «e a revogação do tímido controlo das rendas existente, querendo passar as rendas anteriores a 1990 para o novo regime de arrendamento». Na marcha seguia também o bloco da Rede das Coletividades em Luta, que sem tem organizado contra os despejos de várias associações dos seus bairros, sem alternativa, gritando – "o movimento associativo precisa de espaço!".

A habitação é hoje, em Portugal, a crise mais saliente para a sobrevivência quotidiana, uma condenação evidente do futuro das novas gerações que nas cidades, como nas vilas e outros lugares esquecidos, lidam com uma voraz especulação imobiliária.

# Em Tomar inspira-se cooperação

**F. OLIVAL**
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT

Foto: Jorge Gomes

A Rede de Cooperativas Integrais continua a expandir-se e a consolidar-se, levando as suas noções de democracia e autonomia económica, consubstanciadas em práticas de apoio mútuo, a novos territórios – rurais e urbanos. O 3º Fórum organizado pela Rede, formada em 2022, teve lugar em Tomar, entre os dias 3 e 6 de Outubro. Uma cooperativa integral define-se pelo seu carácter multissectorial, podendo actuar em qualquer atividade necessária ao viver da comunidade em que se integra, para a produção de qualquer tipo de produtos e prestação de serviços.

Após uma tarde de quinta-feira dedicada a reflectir sobre o papel das cooperativas integrais para o desenvolvimento rural, o segundo dia de fórum permitiu construir pontes com a geração anterior de cooperativas. Contou-se com a presença da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), entidade reguladora das cooperativas portuguesas, que admitiu a sua vulnerabilidade – e por extensão, de todo o ecossistema cooperativo português – perante as mudanças no panorama político nacional, visto ser maioritariamente detida pelo Estado Português. À CASES juntou-se a Mútua de Pescadores, uma cooperativa de seguros com origens em 1942 na área da pesca e atividades marítimas; a UniNorte, uma cooperativa fundada em 1977 no seio da Cooperativa Do Povo Portuense; a açoreana Kairós, nascida em 1995 na área da solidariedade e da ação social; e a Confecoop, uma confederação que agrega cooperativas de todos os ramos, excepto o agrícola e o de crédito.

O segundo dia do Fórum foi também brindado com a apresentação de cooperativas mais recentes, como a anfitriã T'Inspirar que, apesar de ter pouco mais de um ano, é já um importante polo cultural para artistas baseados nesta cidade ribatejana. Aspira a agir noutras áreas necessárias ao viver, como a alimentação, a habitação e os serviços. Deu-se a conhecer igualmente a Bicicultura, que se tem dedicado a fomentar a mobilidade sobre duas rodas por vários municípios do país; assim como o Sport Club Operário de Cem Soldos, responsável por organizar o festival Bons Sons, que muito tem contribuído para reverter a desertificação desta aldeia.

Encerrando a jornada na biblioteca municipal de Tomar, Laura Quiroga, artista argentina residente em Tomar, ofereceu-nos um vislumbre da «economia popular» sul-americana, transportando-nos para a crise de 2001, que se traduziu na multiplicação do desemprego e do trabalho informal e que terá levado à emergência do Movimento dos Trabalhadores Excluídos. Focando-se nos exemplos de uma cooperativa de *cartoneros* (catadores de lixo) e num colectivo feminista dedicado a criar obras de arte com material reciclado, Laura observa que «as cooperativas são ferramentas de transformação social formidáveis».

Os dias seguintes foram dedicados a grupos de trabalho visando a solidificação da Rede. Desde o desenvolvimento do *website* e de aplicações informáticas de gestão, a ferramentas pedagógicas e de manutenção do bem-estar emocional dos membros, as sessões foram intercaladas por dinâmicas colectivas que pretendiam facilitar a partilha de momentos de encontro, aproximação e fruição entre os membros das diferentes organizações. O evento terminou, na manhã de domingo, com a partilha de aspirações e compromissos pessoais para o desenvolvimento da Rede.

# Disgraça, um espaço para ficar

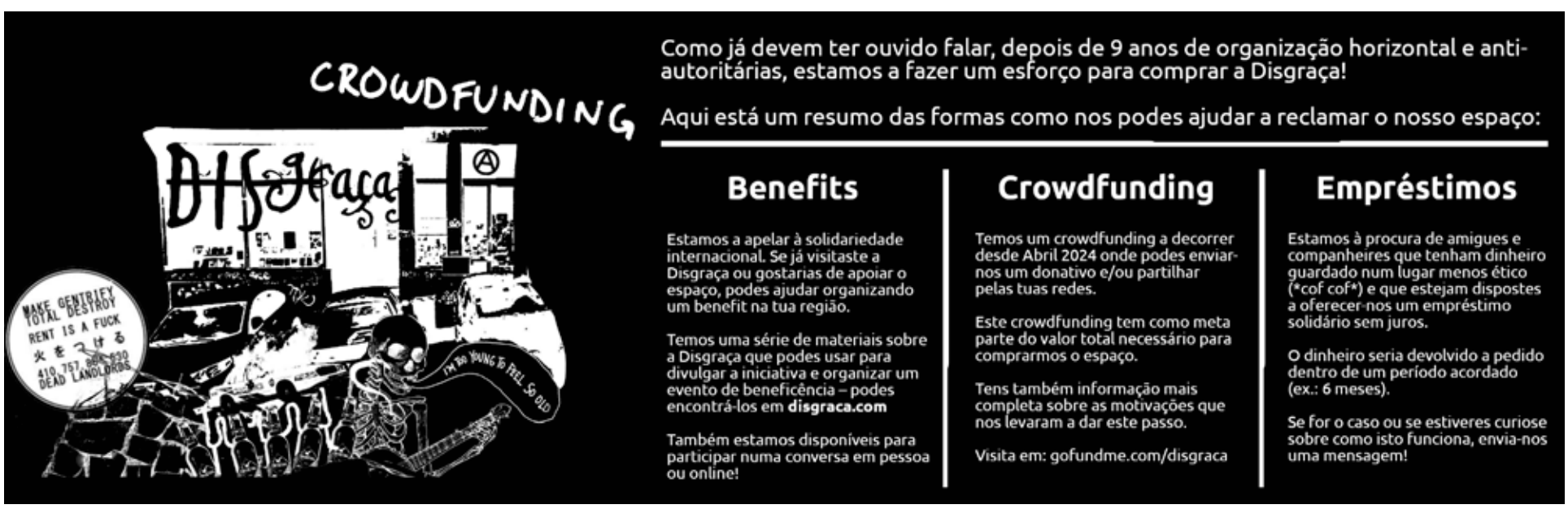
No topo de umas das colinas de Lisboa, na Penha de França, abriram em Setembro de 2015 as portas da Disgraça. A celebrar os seus 9 anos e com uma campanha em curso para assegurar a continuidade desse «laboratório informal, várias vezes desajeitado mas obstinado, de práticas e formas de pensar anti-autoritárias», foi anunciada a assinatura do contrato promessa de compra do espaço. Local de convergência e organização de lutas na cidade de Lisboa e fora dela, a celebração do espaço fez-se com a matéria-prima que o caracteriza: concertos, conversas, workshops, cantina vegana e encontros nas catacumbas.

Mantém-se a meta de angariar 100.000 euros, a somar a empréstimos solidários a médio/longo prazo, sem juros. Para ambos o apelo é urgente para a continuidade do centro social anarquista. Pode-se contribuir em **gofundme.com/f/disgraca**. Até ao final do ano e ao longo de 2025 terão lugar mais eventos dentro e fora do espaço e uma caravana promete iniciar a sua marcha por vários espaços e festivais anti-autoritários ao longo da Europa para espalhar a palavra e recolher fundos.

# Afonso Cautela

Amigos e companheiros de Afonso Cautela (1933-2018) propõem-se a editar um volume *Em Memória*, com depoimentos e escritos dedicados a este multifacetado jornalista e poeta. O seu legado como ativista ambiental continua a revelar-se de um actualidade notória. Como recordou António Cândido Franco no MAPA em 2018, a ele se devem nos anos 1970 «reportagens acutilantes e acusadoras sobre os crimes que se cometiam contra o ar, contra a terra, contra os rios, contra as árvores, contra tudo o que era natureza e caía sob a alçada do silêncio».

Em 2024 foi apresentado o II volume de *Lama e Alvorada: Poesia Reunida 1953-2015* (Afrontamento). O I volume data de 2017. A sua poesia foi lida em junho no Solstício de Verão e numa sessão integrado no Ciclo de Poesia «Poetas dos Bosques» na Herdade do Freixo do Meio (Montemor-o-Novo).


CROWDFUNDING
DISgraça
MAKE GENTRIFY TOTAL DESTROY
RENT IS A FUCK
火をつける
DEAD LANDLORDS
I'M TOO YOUNG TO FEEL SO OLD
Como já devem ter ouvido falar, depois de 9 anos de organização horizontal e anti-autoritárias, estamos a fazer um esforço para comprar a Disgraça!
Aqui está um resumo das formas como nos podes ajudar a reclamar o nosso espaço:
Benefits
Estamos a apelar à solidariedade internacional. Se já visitaste a Disgraça ou gostarias de apoiar o espaço, podes ajudar organizando um benefit na tua região.
Temos uma série de materiais sobre a Disgraça que podes usar para divulgar a iniciativa e organizar um evento de beneficência – podes encontrá-los em disgraca.com
Também estamos disponíveis para participar numa conversa em pessoa ou online!
Crowdfunding
Temos um crowdfunding a decorrer desde Abril 2024 onde podes enviar-nos um donativo e/ou partilhar pelas tuas redes.
Este crowdfunding tem como meta parte do valor total necessário para comprarmos o espaço.
Tens também informação mais completa sobre as motivações que nos levaram a dar este passo.
Visita em: gofundme.com/disgraca
Empréstimos
Estamos à procura de amigues e companheires que tenham dinheiro guardado num lugar menos ético (*cof cof*) e que estejam dispostes a oferecer-nos um empréstimo solidário sem juros.
O dinheiro seria devolvido a pedido dentro de um período acordado (ex.: 6 meses).
Se for o caso ou se estiveres curiose sobre como isto funciona, envia-nos uma mensagem!

# Como um vento na floresta: Protestos contra as celuloses

Em Portugal e na Galiza travam-se novos combates contra as mega-indústrias florestais e desmentem-se os intentos «verdes» da queima de biomassa para a produção energética.

**FILIPE NUNES**
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

O drama dos incêndios irrompeu de novo da conjugação do abandono do território com a monocultura do eucalipto. No passado dia 22 de setembro, em doze localidades em Portugal, protestou-se sob o lema «O país arde, temos de acordar». A «devastação da indústria do papel e celulose, da biomassa e da bioenergia», como ocorrera um ano antes, motivou a convocatória de um «protesto pela floresta do futuro» exigindo «uma floresta diversificada e que funcione como uma barreira contra a desertificação». De acordo com o manifesto lançado, «estes fogos são consequência direta de uma floresta abandonada, eucaliptizada e saqueada por indústrias destruidoras. Em cima disso, o clima cada vez mais quente e errático promove a aceleração do deserto. As celuloses e os governos não têm qualquer plano alternativo a isto e por isso, sete anos depois de 2017, o país volta a ser devastado por incêndios catastróficos. Hoje estamos pior do que estávamos em 2017 e há culpados por essa situação: muito além dos criminosos incendiários, as celuloses e os governos que se recusaram a mudar o que quer que seja». O apelo é «transformar a mistura explosiva de eucaliptal, pinhal e invasoras em verdadeira floresta e bosques resilientes, que aguentem o futuro mais quente, que travem o deserto e promovam uma reabitação digna do interior do país».

### A expansão da celulose lusa na Galiza

Na Galiza são dezenas de milhar as pessoas que protestam contra a construção, pela empresa portuguesa Altri, de uma fábrica de pasta de celulose em Palas de Rei, na comarca de A Ulloa (Lugo). Marcharam nas ruas dessa povoação mais de 20 mil em maio e, em junho, navegaram em protesto centenas de barcos de pesca artesanal na Ria de Arousa, ameaçada pela poluição industrial e pela diminuição de caudal que a celulose na cabeceira do rio trará a um dos mais frágeis ecossistemas costeiros da Europa. A Altri tem intenção de captar 46 milhões de litros de água por dia da Albufeira de Portoemouros, uma voraz quantidade de água equiparável a todo o consumo da província de Lugo. A esta soma-se a descarga de 30 milhões de litros diários de água tratada no rio Ulla, resultante da produção química da pasta de papel. A fábrica utilizará cerca de 1200 milhões de toneladas de eucalipto para produzir anualmente 400 mil toneladas de pasta de papel, além de outros subprodutos, como biomassa, e 200 mil toneladas anuais de lyoceel, uma fibra vegetal da madeira que é usada em roupa sob a etiqueta de «verde» ou «sustentável». O projeto prevê captar 25% de financiamento do PRR e conta desde 2020 com o apoio da Xunta de Galicia.

### A falácia da gestão florestal

Em Portugal a queima de biomassa para energia elétrica tem-se revelado um falso argumento para a redução do risco de incêndios, consolidando-se antes como um fator de pressão e sobre-exploração dos recursos florestais. Um estudo da Quercus de março de 2023 revelava como o setor da pasta e do papel obtêm lucros recorde por via dos quase 80% da eletricidade gerada a partir de biomassa através de centrais de cogeração e centrais elétricas dedicadas à biomassa, como as situadas na Figueira da Foz, pertencentes aos dois maiores produtores de celulose em Portugal, a Altri/ GreenVolt e a The Navigator Company. Menos de metade da biomassa queimada provém de subprodutos florestais e industriais: a maioria vem diretamente das árvores. Além disso «a extração excessiva de biomassa lenhosa das áreas florestais está a prejudicar a saúde do solo e é provável que aumente a pressão para a expansão de perigosas plantações de eucalipto».

A falácia desta gestão florestal «sustentável» é revelada na análise do Centro PINUS e da ZERO ao cumprimento das metas das políticas florestais públicas. Criticando uma «enorme fragilidade na disponibilização de informação», os índices do Barómetro de Investimento Florestal de 2024 revelaram-se abaixo das metas da gestão de combustível ou da arborização com espécies que não eucaliptos, sobreiro e pinheiro-bravo, que desceu para 1564 hectares, muito longe da meta definida no Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica, que é de 6029 hectares por ano. Já o Barómetro Anual sobre Indústria dos *Pellets 2023/24* em Portugal, elaborado pela ZERO, concluiu «que grandes volumes de rolaria e troncos de árvores inteiras estão a ser ou foram recentemente utilizados em todas as grandes fábricas de *pellets* do Centro de Portugal». As seis fábricas existentes, com uma capacidade total superior a 760 mil toneladas por ano, serão responsáveis pelo declínio dramático de pinhal nas últimas décadas. Nas *pellets*, os «subprodutos de serração» correspondem apenas a cerca de 25%.

Tendo a eliminação destas fábricas de grande escala no horizonte, a ZERO sublinha ainda como «a subsidiação da produção de eletricidade a partir de biomassa fora de Portugal impulsiona a queima de madeira de qualidade. Cerca de 300 mil toneladas de *pellets* portugueses foram queimadas em centrais elétricas no Norte da Europa em 2022, cerca de 40% da produção nacional». Uma queima altamente subsidiada: cerca de 2 milhões de euros por dia em subsídios para energias renováveis.

# Ilhas flutuantes solares no Gerês

Na história das serras da Peneda-Gerês, o único Parque Nacional e Reserva Mundial da Biosfera, os aproveitamentos hidroelétricos são memória antiga de uma história de agressão ambiental e despossessão das populações. Hoje parte integrante da paisagem estas albufeiras são cobiçadas pela demanda de energia renovável: projetos flutuantes de painéis solares acopladas a linhas elétricas e eólicas. Pelas enormes dimensões geram uma ameaça à efetiva proteção destas áreas sensíveis, colocando em risco a integridade ecológica e paisagística do parque nacional. Os protestos ouvem-se perante os dois projetos Fotovoltaicos Flutuantes e Híbridos Eólicos de Paradela e de Salamonde, em Vieira do Minho e Montalegre. Serão cerca de 44 mil painéis solares flutuantes que obtiveram luz verde em 2021 pela mão do então secretário de Estado Adjunto e da Energia João Galamba.

# Comunidade em risco na Beira Baixa

Idanha-a-Nova afirma-se como uma Bio-Região consolidada por projetos de agricultura biológica e regenerativa. No início do Regadio da Várzea, junto ao Rio Ponsul, 13 famílias enfrentam a ameaça da expansão do amendoal intensivo que na região somam já mais de 4000 hectares. A Comissão de Moradores da Várzea de Idanha-a-Nova alerta que, estando dependentes de furos artesianos de pouca profundidade, há o risco iminente de contaminação devido ao uso abusivo de agroquímicos. Os moradores denunciam as monoculturas intensivas como uma ameaça direta à biodiversidade, à saúde pública e à herança cultural da região.

# Acampamento em Defesa do Barroso: “Juntamos as nossas raivas, as nossas forças, os nossos sonhos”

Foto: Jan Kleinpeter

Pelo quarto ano consecutivo, a aldeia de Covas do Barroso, em Trás-os-Montes, acolheu centenas de pessoas solidárias com a luta da comunidade local contra as ameaças da exploração mineira. O Acampamento em Defesa do Barroso procurou honrar a luta popular contra a empresa Savannah Resources, que já implicou vários processos legais e sete meses de bloqueio diário de uma máquina que invadira os terrenos baldios. Durante seis dias, cultivou-se um ambiente de aprendizagem, celebração e partilha entre as pessoas do Barroso e as apoiantes que visitavam este pequeno paraíso abraçado por montanhas e ameaçado pela avidez capitalista.

**CATARINA LEAL**
**FRANCISCO COLAÇO PEDRO**
**F. OLIVAL**
AGRADECIMENTOS: **PÓLEN (YOUTUBE.COM/C/PÓLENS)**

Cai a tarde de verão na aldeia de Covas do Barroso. Centenas de pessoas juntam-se à entrada da Quinta do Cruzeiro. Empunhando uma faixa onde se lê “Barroso vive e resiste”, munidas de megafones, adufes, gaitas de foles, caminham em direção à vizinha aldeia de Romainho. «Querem dar cabo das serras, Barroso / Nós não vamos permitir / O povo vai resistir» — entoam-se os versos do cantautor barrosão Carlos Libo, à medida que o pôr do sol confere às montanhas um impressionante contorno rosado.

É a pouco mais de 200 metros daqui que a empresa Savannah Resources, a convite da União Europeia e do governo português, tenciona desde 2007 abrir aquele que seria o maior complexo mineiro para extração de lítio da Europa: 593 hectares para quatro minas a céu aberto.

«Hoje falamos para um planeta inteiro. Juntem-se nos campos, vilas e cidades, e oiçam.

Queremos falar-vos das nossas terras, das nossas lutas, das nossas vidas. Enfrentamos o monstro extrativista. Um monstro que cresce a cada dia, sedento do que é nosso. Esfomeado do que é vida. Que olha para os lugares onde nascemos, onde crescemos, onde vivemos, e só vê números, cifrões e valores em bolsa. É um monstro que transforma a Natureza em lucro, e depois em lixo. Um monstro que não dá lugar a outras formas de viver. Sabemos que a Transição Energética que tanto se apregoa não é possível sem a destruição de redes de vida por todo o lado. Prometem mudar tudo para que tudo fique igual. Não o aceitamos. E por isso lutamos».

Neste 18 de agosto, tal como acontecia em Espanha, Grécia, Sérvia ou Argentina, no largo de Romainho lê-se o comunicado da recém-criada Rede Global Anti-Extrativista. «As comunidades resistentes e os movimentos solidários com as suas lutas multiplicam-se por todo o mundo. Juntamos as nossas raivas, mas também as nossas forças e sonhos, em defesa dos nossos territórios e da preservação da vida».

Diante de uma parede granítica decorada com ferramentas de trabalho e de luta (como a icónica sachola), maçarocas avermelhadas, vinhas contorcidas e uma cabaça tornada candeeiro, tem lugar uma *performance* onde pássaros humanos com máscaras de junco aludem a um futuro em que a luta contra a mineração terá sido ganha e os guerreiros podem voltar a ser gente.

A música prolonga-se noite dentro, à luz da lua cheia, com a atuação de Carlos Libo e de música tradicional galega interpretada por crianças e adultos. A Dona Albina, habitante de Covas do Barroso e presença regular nos turnos que durante sete meses bloquearam as máquinas da Savannah, também sobe ao palco e brinda a multidão com uma cantiga da sua infância.

«Lembramos que o povo é quem mais ordena», terminava o comunicado, «que o baldio, hoje e sempre, é da sua gente. Que o povo é sereno, mas a foice está amolada.»

## Sacholas perante a máquina

Cerca de 70% da área da concessão que a Savannah alega pertencer-lhe encontra-se nos terrenos baldios — terras geridas coletivamente pela população de Covas para o bem comum. A grande maioria da aldeia está contra o projeto; no entanto, há também pessoas que trabalham para a empresa, outras que lhe venderam terrenos.

«A Savannah diz que detém cem lotes privados, num total de dois a três mil lotes privados. A empresa contrata topógrafos para medir terrenos privados que comem sempre um pedaço dos terrenos baldios.

Fotos: Catarina Leal

Por isso, existem terrenos em disputa em tribunal», explica Catarina Alves Scarrott, da Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso (AUDCB). «A Savannah não tem o direito de entrar nesses terrenos em litígio, mas entrou lá e começou a desmatar. A população decidiu unir-se e bloquear o avanço das máquinas».

«Quando percebemos que eles não iam parar tivemos de ir para a frente das máquinas. Fomos com a intenção de "isto vai ser um dia ou dois, eles vão perceber que isto não lhes pertence e vão respeitar a comunidade"», recorda Aida Fernandes, presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Covas do Barroso, que descobriu a máquina a trabalhar quando um dia ia cuidar das vacas. Ficariam a bloqueá-la, todos os dias, sete meses a fio.

Entre novembro de 2023 e maio de 2024, duas dezenas de pessoas repartiram-se entre o turno da manhã e o turno da tarde. «Havia sempre uma pessoa da aldeia, pessoas que vieram para cá viver, pessoas que se mobilizaram e vieram de propósito para nos ajudar. De várias idades, de todo o mundo. Foi muito engraçado. Tivemos pessoas de mais de 85 anos. Houve turnos com senhoras com mais de 75 anos, durante toda a tarde lá. As pessoas foram incansáveis».

«Havia dias em que não se conseguia sair do carro porque chovia torrencialmente, dias de gelo e de muito vento. Quando o tempo amainava, jogava-se lá às cartas, fazia-se crochet, depois fez-se uma horta», conta Aida. «Inicialmente, a empresa dizia que só podia lá estar gente da aldeia, ou só a presidente dos baldios. Para desistirmos. Já percebemos que eles não estão aqui para ser nossos amigos nem para nos ajudar».

A GNR ia tomar conta da ocorrência, mas não podia tirar as pessoas de Covas do terreno, e tampouco conseguia tirar de lá as pessoas da empresa. «Identificavam as pessoas. Havia uma tentativa intimidatória de "Vocês não podem estar aqui! Vocês vão ter de indemnizar a empresa", mesmo por parte da GNR». A máquina, essa, não se movia.

No final de maio a empresa anunciou que tinha terminado a prospeção, na área comprada, e ia retirar as máquinas dos terrenos em litígio.

«A empresa inventou que pessoas andavam aos tiros, por isso a GNR começou a patrulhar a aldeia. Têm estado sempre a chatear a população, passavam multas às pessoas por não usarem cinto de segurança nos carros. Foram chatear o tio Augusto com 90 anos, que é muito pacífico e ficou assustado. Intimidavam as pessoas», conta Nelson Gomes, presidente da AUDCB. A estratégia de criminalização da oposição ao projeto passou também por acusar pessoas de difamar e descredibilizar a empresa junto da comunicação social: «Mostra o desespero deles».

«A Savannah Resourses não é uma multinacional: é uma empresa especulativa. A empresa nunca construiu nenhuma mina, mas vive de fazer acreditar aos investidores que o consegue fazer. Gastam cerca de 5 milhões por ano angariados através de investidores», explica Catarina. Os principais investidores portugueses são Mário Ferreira, dono da Douro Azul e da Media Capital, e a Lusiaves, liderada por Avelino Gaspar, sócio de Mário Ferreira na Media Capital. O grupo detém a TVI, canal que divulgou peças como «Baterias, transistores e até medicamentos. Afinal, o que é o lítio e como pode ser fulcral para a economia nacional?» ou «Lítio: o tesouro português que todos vão querer».

«Os da Savannah nunca conseguiram fazer uma mina. Não são um *big player*», reforça Catarina, para quem a empresa precisaria que o projeto fosse classificado como de interesse nacional e recebesse tremendos subsídios. «A Savannah tem cerca de 15 milhões e precisa de 250 milhões. Esse dinheiro não existe».

> "Enfrentamos o monstro extrativista. Que olha para os lugares onde nascemos, onde crescemos, onde vivemos, e só vê números, cifrões e valores em bolsa. Que transforma a Natureza em lucro, e depois em lixo."

**«Não temos medo do que aí vem»**

Cinco meses antes do acampamento no Barroso, a 18 de março, o Conselho Europeu aprovou o Regulamento Europeu para as Matérias-Primas Críticas (ou *Critical Raw Materials Act*).

A medida identifica 34 matérias-primas necessárias a uma «transição verde» para «energias limpas», e o lítio é uma das principais. Sem fazer uma única menção à redução da produção e do consumo de energia, ou à descentralização e democratização da produção energética, a medida pretende expandir a capacidade europeia de minerar, processar e reciclar materiais em grande escala. Para isso, a UE pode agora reconhecer «projetos de interesse estratégico», algo equivalente a nível europeu aos famigerados PIN, «projeto de interesse nacional», em Portugal. Projetos que beneficiarão de financiamento privado e público facilitado, do encurtamento de prazos administrativos e da simplificação do processo de licenciamento.

Foto: Florian Scheible

Foto: João Veloso

«A Savannah Resourses não é uma multinacional: é uma empresa especulativa. A empresa nunca construiu nenhuma mina, mas vive de fazer acreditar aos investidores que o consegue fazer», explica Catarina. Os principais investidores portugueses são Avelino Gaspar (Lusiaves) e Mário Ferreira (Douro Azul, Media Capital).

Três dias após a acampada, terminou o primeiro prazo de candidaturas: as empresas submeteram 170 projetos. Se os políticos europeus têm o poder de vetar propostas, os cidadãos não sabem sequer que projetos estão em cima da mesa. Mas dados os elogios da Savannah a esta medida da UE, não haverá dúvida de que o «Barroso Lithium Project» é um deles. A lista final dos primeiros «projetos de interesse estratégico europeu» deverá ser anunciada no fim de dezembro.

Resguardado pelas montanhas barrosãs, o acampamento foi um momento de denúncia e crítica deste processo de expansão energética, disfarçado de «transição energética». Um espaço de encontro, partilha de experiências e criação de alianças entre os vários movimentos de resistência nacionais e internacionais que se deslocaram até Trás-os-Montes. «Só em Portugal, a área prospetiva para novos projetos extrativistas é avassaladora. Proteger o Barroso, não permitindo que avancem com aquele que seria o primeiro projeto, é também defender todos estes territórios», lia-se no manifesto da acampada.

Companheiros da associação Montalegre Com Vida lutam contra o projeto da Mina do Romano, em Morgade, promovido pela empresa Lusorecursos. A situação é semelhante à de Covas do Barroso: a Agência Portuguesa do Ambiente foi dando sucessivas oportunidades para a empresa corrigir e melhorar o estudo de impacto ambiental, mesmo durante a consulta pública, até emitir uma declaração de impacto ambiental favorável condicionada. A população deduz por isso que há pessoas no governo a ajudar a empresa.

Se avançasse, a mina usaria diariamente 10 mil metros cúbicos de água: consumiria mais água num dia do que todo o concelho de Montalegre num mês. «É importante ter os políticos do nosso lado. E o mais importante é a população estar contra o projeto e informada. Foi essencial recorrer aos cientistas, geólogos, biólogos, engenheiros do ambiente, para fazer sessões de esclarecimento», explicam. Fizeram sessões em todas as juntas de freguesia de Montalegre. A câmara municipal, que era favorável à mina, teve de mudar de posição e é hoje contra o projeto, tendo interposto uma providência cautelar. Desde 2019, o movimento tem uma ação em tribunal contra a Lusorecursos e o Ministério do Ambiente. Essas ações são financiadas com o dinheiro dos próprios associados e com a realização de eventos de angariação de fundos, como caminhadas.

Companheiras da Ação Floresta Viva, na Serra da Estrela, lutam contra a recém-anunciada expansão da Mina de Alvarrões, pela Sociedade Mineira Carolinos. Descobriram o projecto quando um vizinho passou à frente da junta de freguesia de Gonçalo e reparou num aviso que dizia que a mina de 1992 — de feldspato, quartzo e lítio — seria expandida de 6 para 32 hectares (ver artigo na página 16 desta edição).

A consulta pública do Estudo de Impacto Ambiental decorreu em pleno mês de agosto. A mina, que já poluiu gravemente as ribeiras da região, tem conhecido uma expansão ilegal desde 2019: em vez dos supostos 6 hectares, tem já 12. Esta nova expansão implicaria o uso de «uma quantidade astronómica de água» e a destruição de terras próximas das populações de Vela, Seixo Amarelo e Gonçalo.

«Toda a Serra da Estrela está ameaçada com contratos de prospeção para lítio. São populações muito abandonadas. Há pessoas ansiosas por vender o seu terreno. É uma zona com tradição mineira, o que dificulta informar a população, perante a propaganda de que a mina vai trazer desenvolvimento e dinheiro. Dizem que vão criar 4 postos de trabalho, mas 3 deles já estão preenchidos». O grupo promoveu uma petição pública, que soma 3.500 assinaturas, e procura o apoio de advogados, geólogos e engenheiros mineiros.

Companheiros do movimento SOS Suído-Seixo partilharam aprendizagens de mais de década e meia de resistência a doze projetos mineiros na Galiza, com resultados muito positivos. Através do Observatório Ibérico da Mineração, têm feito um mapeamento dos projetos, ameaças ambientais e resistências populares por toda a península. Têm acesso gratuito a advogados, que dão apoio à resistência. Ultimamente, esta resistência tem acontecido de forma mais precoce, mal as empresas chegam, o que é mais eficaz do que após o início da prospeção.

«Esperamos um tsunâmi de projetos, mas não temos medo do que aí vem: a população tem uma preparação muito maior para enfrentá-los. As nossas armas incluem a litigância e a maior experiência no esclarecimento das populações, recorrendo a especialistas».

Três companheiras do coletivo Stop Mines 03 vieram da aldeia de Échassières, no centro da França. É aqui que a multinacional Imerys, que tem um histórico de crimes ambientais nomeadamente no Brasil, comprou o terreno para um megaprojeto de mina de lítio, prevista para 2028. O projeto comprometeria a reserva de água da região e uma frondosa floresta de faias.

Ninguém na região foi prevenido — souberam do projeto através da televisão e rádio nacionais. «O passado mineiro da nossa região é largamente idealizado, de forma nostálgica. Há um tabu e uma negação sobre o pós-mina e as consequências da mineração. Um relatório mostra que temos dos solos mais poluídos de França, com metais pesados, chumbo, arsénio e radão, um gás radioativo. Organizamos dias de sensibilização nas aldeias, nos mercados, onde difundimos informação sobre a exploração mineira.»

Outro ponto em comum é a publicidade sobre os aspetos positivos do projeto. «É sempre a mesma coisa: emprego, atratividade económica, apoio a uma suposta soberania energética, a uma transição energética que seria necessária.»

«Estamos aqui porque queremos partilhar convosco as experiências, as ferramentas, as lutas, esta forma de educação popular e de compromisso ativista. É importante apoiarmo-nos simbolicamente e deslocarmo-nos, porque a luta não é fácil». Do Barroso, levam «a determinação visível pelo bloqueio das máquinas, essa presença física contra o chegar das prospeções, pela proteção das terras comunitárias. O comunitarismo histórico da região, a partilha da terra e da tomada de decisões, a gestão da água».

«Temos um só planeta, é preciso unirmo-nos todas». Através da Rede Global Anti-Extrativista, as companheiras francesas pretendem participar numa coordenação internacionalista, com um olhar sobre aquilo que se passa para lá da Europa, e as

# 2055, um mundo sem extrativismo

Covas do Barroso, agosto de 2055. Este ano, a acampada virou um imenso festival. O recinto estende-se pelos baldios fora, do tamanho da área que outrora quiseram destruir… para fazer minas de lítio! Fala-se português e esperanto — língua que, sem ser obrigatória, toda a gente sabe falar. Simbolicamente, o encontro abriu com a destruição da última arma.

Foi por volta de 2040 que se começou um inventário de todo o equipamento militar. Foi fundido e reciclado para criar recursos para o bem comum. Muito do aço foi utilizado para refazer caminhos de ferro.

Há cerca de duas décadas que utilizamos o "lixo", os desperdícios da sociedade que colapsou, como os nossos recursos. Desmantelámos as fábricas e refinarias, usamo-las como as novas "minas" de materiais. Vivemos numa economia circular, todos os objetos são desenhados de forma a serem duradouros, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis, reduzindo a necessidade de novos materiais.

A energia, que há 30 anos ainda era centralizada e distribuída de forma completamente danosa, hoje é partilhada, através de comunidades energéticas. Usamos o sol, o vento, a geotermia, a água, a gravidade, a energia potencial, para produzir, armazenar e transformar energia de forma local. As patentes foram abolidas, e hoje a ciência é livre e partilhada.

Porque não vivemos numa sociedade materialista, de consumo, não temos de trabalhar tanto. Temos mais tempo livre para passar com família e amigos e nas coisas que realmente importam. Não somos forçadas a ganhar um salário nas cidades, e pudemos regressar ao campo e reconectar com a terra.

Estamos organizadas em comunidades mais pequenas, a maioria no mundo rural. Localmente, podemos tomar melhores decisões, decidindo o que está mais bem alinhado com cada ecossistema e contribuindo para a sua regeneração. Trabalhamos a terra em comum, com base na agroecologia. Os princípios ecológicos guiam a vida, a agricultura, a relação com os animais. Há agroflorestas com árvores de fruto de acesso livre. Há cantinas comunitárias pelas vilas e bairros. Há uma conexão espiritual com a comida.

Estabelecemos manchas em que ninguém habita, ninguém toca, ninguém vai sequer apanhar lenha: são simplesmente deixadas à vida selvagem não humana.

Os nossos *habitats* têm espaços comuns de partilha e espaços individuais de repouso. Encontrámos um equilíbrio entre o trabalho comunitário e as nossas paixões pessoais.

Passámos por um processo de descentralização do poder e da governança. Há muita transparência e empatia a nível local e as pessoas sentem interesse em participar nas decisões que lhes dizem respeito. O sentido de comunidade e de colaboração é central na nossa visão política. A vida comum não é focada na produtividade nem no crescimento. É centrada nos cuidados, com atenção à gestão de conflitos. O direito ao ócio e à sesta estão consagrados na constituição.

Recuperámos a figura da artesã e do artesão, da e do mestre, a passagem de conhecimento ancestral profundo, ao longo de gerações. Cada comunidade tem hoje um ou vários especialistas, ferreiros, carpinteiros, que suprem as necessidades da comunidade e disponibilizam esse conhecimento. A sabedoria ancestral é parte dos cuidados de saúde. A terapia é normalizada e acessível, pelo que muitos traumas já foram sanados.

Vivemos numa sociedade que aboliu a propriedade privada. O usufruto dos bens é gerido de forma cooperativista consoante as necessidades de cada uma.

Algumas comunidades têm um Rendimento Básico Incondicional para todas. Outras aboliram o dinheiro, e têm bancos do tempo e sistemas mais diretos de trocas. O trabalho nas nossas pequenas comunidades organiza-se por uma lista de tarefas, e as pessoas podem ir alternando por essas várias tarefas que têm de ser feitas para sustentar a vida.

Cada comunidade funciona como uma célula, e tem relações, interseções, com outras células, que estão mais perto a nível geográfico. Podem ser pontos de comunicação, mas também de conflitos. E estes podem gerar novas células, novas comunidades.

Hoje, o sul da Península Ibérica é um deserto. Há menos chuva, e muita água continua poluída. Mas há muito que deixou de haver contaminação das fontes e dos rios por minas e outras indústrias. Como já não existe agricultura intensiva, que consumia 80% da água, e porque ajudamos o solo a reter água, temos abundância de água potável para manter comunidades rurais saudáveis.

Nos espaços urbanos, generalizou-se o transporte público e a infraestrutura ciclável, e quase não há veículos privados.

Os aviões praticamente acabaram. A mobilidade é livre, mas muito mais lenta e reduzida. Sem combustíveis fósseis e sem minas, não existem movimentos em massa. Todas as pessoas são livres de se mover, como sempre aconteceu — simplesmente fazem-no de outras formas. Num encontro como este, tão grande e tão especial, as viagens para chegar ao Barroso são tão ricas quanto o próprio festival.

E como chegámos aqui?

Para que hoje todos os adultos estejam a fazer aquilo que sonhámos, aquela vez em 2024 quando nos reunimos no Barroso, tivemos de começar a pensar nisto há muito tempo.

Em 2030 deu-se uma revolução na educação, uma reformulação completa do sistema educativo, que deixou de ser aquela formatação que antes tínhamos. O ensino é desde então focado no cuidado: cuidado da terra, cuidado umas das outras, cuidado de si própria. Mudámos completamente o que consideramos conhecimento essencial para viver em comunidade: comunicação e gestão de conflitos, medicina, adaptação a climas desérticos…

As comunidades organizaram-se para fazer uma superescola popular, onde se ensinam os saberes necessários para viver no campo. Antes das pessoas que ainda tinham esses conhecimentos partirem, resgataram-se vários saberes ancestrais.

Nos anos 2030 houve uma grande crise, com secas e incêndios que afetaram a vida de todas as pessoas. Houve uma explosão de conflitos, muito caos, muitas mortes. Deu-se o colapso de vários recursos e um enorme êxodo climático.

O colapso motivou um movimento social de reapropriação dos recursos. Na ausência de abastecimento público ou limpeza das ruas, as pessoas começaram a organizar-se em comunidades. Houve uma expropriação e uma redistribuição total das grandes riquezas.

Muitas pessoas mudaram-se da cidade para zonas rurais. Forçosamente, deu-se uma reforma agrária, e a terra foi redistribuída e reclamada por quem queria trabalhar com ela. Juntámo-nos a pessoas que pensavam como nós e organizámo-nos em cooperativas, de baixo para cima.

A partir de 2035, instaurou-se uma verdadeira democracia participativa. As pessoas começaram a envolver-se ativamente nas decisões que impactam as suas vidas e decidiram abolir a extração de petróleo, a mineração, a agricultura intensiva. Instaurou-se uma lei do ecocídio, e através dos tribunais foi-se atrás de todos os crimes ambientais. Decidiu-se que não haveria mais subsídios para atividades e projetos extrativistas. Sem financiamento externo, os projetos industriais de larga escala tornaram-se inconcebíveis. Com o fim do petróleo e do extrativismo, acabou também o capitalismo.

Os últimos anos têm sido de estabilização das comunidades, de plantação de árvores, de estabilização climática.

Houve períodos muito conturbados e continuamos a aprender a organizarmo-nos. Mas a nossa interdependência é clara, em relação aos outros seres nas nossas comunidades, às comunidades à nossa volta, ao lugar que habitamos.

Este conceito de interdependência fez com que questões como a criminalidade e a segurança se tornassem mais simples. Depois de anos de muita violência, o sentimento de interdependência, de pertença e de poder partilhado faz com que as comunidades que temos hoje prosperem em paz, de forma justa e ecológica.

Avançamos.

Este relato é baseado nas ideias partilhadas na sessão participativa "2055: Um mundo sem minas. Que alternativas ao extrativismo?", decorrida numa manhã da Acampada em Defesa do Barroso de 2024.

O exercício é parte do guia *Breaking free from mining*, da Seas at Risk, que propõe levá-lo às várias comunidades, em grupos pequenos. Depois de sermos capazes de imaginar horizontes, o exercício propõe regressar ao presente. Como podemos fazer planos de ação, trabalhar e caminhar rumo a eles?

O guia pode ser descarregado livremente, em inglês e em castelhano: https://bit.ly/4gMEyKi

consequências sobre povos autóctones por todo o mundo. «Apercebemo-nos de como estes projetos exploram a terra quando chegam aqui, mas eles existem há muito mais tempo noutros países, como a República Democrática do Congo, a Argentina, o Chile… As multinacionais exploram muitos espaços da Terra, numa lógica imperialista e colonial. Na Europa temos um papel importante, porque estas empresas exploram para responder às necessidades da Europa, dos EUA e de outros países. Daí o nosso slogan: nem aqui, nem em lado nenhum.»

«Esperamos um tsunâmi de projetos, mas não temos medo: a população tem uma preparação muito maior para enfrentá-los».

A UE já referiu a importância de «reverter a reticência das comunidades para uma posição positiva ou passiva, o que passa por instrumentalizar o património histórico, cultural e industrial relativo ao passado mineiro destas comunidades», lembraram os companheiros galegos. «É importante sermos nós a contar essa história, reconstruir essa memória, realçando os impactos ambientais e sociais desse passado.»

Um momento comovente e marcante foi a presença de antigos mineiros, vindos de lugares como Beja ou Viseu, membros da Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio (ATMU). Partilharam a sua luta de mais de duas décadas pelos direitos de quem teve de, como nos versos de Sérgio Godinho cantados hoje no Barroso, «construir as cidades p'ròs outros, carregar pedras, desperdiçar muita força p'ra pouco dinheiro». Partilharam as histórias e as saudades de inúmeros companheiros que sucumbiram com cancro, denunciaram a violência exercida pelos grandes projetos de mineração sobre a saúde das pessoas, das comunidades e da natureza, e afirmaram a sua solidariedade com a resistência de Covas e de todas as populações ameaçadas: «Vale a pena lutar!».

Em conversa com o sindicalista Bruno Candeias, teceram-se ligações entre a mineração de lítio, a requalificação do complexo industrial de Sines, a tão prometida fábrica de hidrogénio verde, o tão cobiçado *data center*, as grandes centrais fotovoltaicas e a voracidade do capital para aumentar infinitamente a produção e o consumo energéticos num planeta onde os recursos são finitos e a vida vulnerável.

Teceram-se ligações entre os movimentos ecológicos e laborais. «Há uma crise social e ecológica diretamente ligada ao quadro capitalista. O capital explora o homem e a natureza, em função daquilo que é o crescimento infinito, que depois é passado como uma ilusão de progresso.»

«Só vamos conseguir mudar o sistema se nos apropriarmos dos meios de produção — não necessariamente só os trabalhadores, podem ser as próprias comunidades. E com uma democracia radical onde de facto as comunidades e o povo trabalhador sejam o verdadeiro poder popular, que vão decidir o que é que vão produzir, para quê e para quem vão produzir», defendeu Bruno. «Deixámo-nos colonizar pela narrativa do capital, de desconstrução da ideia de trabalhador. Os trabalhadores, seja de que setor for, ainda são os 99% da sociedade. Temos de voltar a criar a ideia de unidade social, da questão de classe. Um exemplo recente: os trabalhadores das minas de chumbo, zinco, cobre, como em Aljustrel, travaram uma luta determinante para as suas vidas: a antecipação da idade da reforma. Os governos cederam. Porquê? Porque eles existem, e juntos, a lutar, têm força. E conseguiram».

Foto: Catarina Leal

A propósito da transição da indústria fóssil e da resistência dos trabalhadores desse setor, o sindicalista sugeriu que «se lhes apresentarmos um outro trabalho, como construir painéis solares para as nossas casas, se lhes pagarmos o mesmo e garantirmos os mesmos meios de subsistência que tinham, é fácil os trabalhadores assumirem esse caminho.»

Houve ainda lugar para uma comovente conversa sobre solidariedade com o povo palestino, com uma faixa em pano de fundo onde se lia «Do Barroso à Palestina, a terra a quem a trabalha».

### Uma semana de vida verdadeira

O Acampamento em Defesa do Barroso teve início a 14 de agosto. No entanto, nos dias anteriores várias pessoas acorreram a Covas, oferecendo os seus dias de verão para assegurar todas as necessidades logísticas do evento.

A «acampada» caracterizou-se por esse envolvimento das pessoas, responsabilizando-se pelas tarefas diárias segundo princípios de autogestão e apoio mútuo, tornando-a num fervilhante laboratório de horizontalidade. A loiça era lavada pelas próprias participantes sob o antigo espigueiro da Quinta do Cruzeiro, um complexo senhorial do século XVIII que, nos verões dos anos 2020, testemunhou práticas vivas de organização anarquista. A organização desdobrou-se em grupos de trabalho, cujas responsabilidades iam desde a (celebr)ação ao cuidado interpessoal, da limpeza à confeção de refeições para alimentar mais de 300 pessoas.

Uma das refeições incluiu simbolicamente batatas colhidas no socalco rasgado pela máquina da Savannah, transformado numa horta que a população cultivou durante os meses de bloqueio.

Resgatou-se a memória de oito séculos de práticas comunitárias ibéricas, com destaque para a vezeira, a tradicional junção dos rebanhos de uma aldeia para pastoreio comunitário, e os baldios, terras comuns geridas por uma assembleia de compartes. Falou-se sobre o seu funcionamento e a sua importância histórica e atual.

Membros da comunidade de baldios de Montes de Couso, na Galiza, apresentaram uma fascinante experiência de gestão agroflorestal e organização económica para benefício comunitário. Superando a exploração de madeira de monoculturas de pinheiro e eucalipto, a comunidade tem apostado em espécies autóctones e em alimentos como a framboesa, o arando, a castanha ou a deliciosa variedade de cogumelos shiitake.

A cada dia do acampamento, as mais diversas oficinas de partilha de saberes tiveram algo em comum: estarem repletas de participantes. Houve uma conversa sobre a utilização do linho e da lã no Barroso com Paula Oliveira, que se dedica a fomentar a produção têxtil através de técnicas tradicionais. Houve oficinas de escrita criativa e *performance*, ilustração naturalista, construção de máscaras barrosãs, criação de meias de lã, danças folclóricas, introdução à ecologia e cuidado da vida para crianças, herbalismo, crochet, cante alentejano e teatro para crianças.

O Regulamento Europeu para as Matérias-Primas Críticas (Critical Raw Materials Act) identifica 34 matérias-primas necessárias a uma «transição verde» para «energias limpas». O lítio é uma das principais.

O programa cultural foi também ele repleto. Foi exibido o filme *Lavra*, que aborda as dramáticas consequências da exploração mineira sofridas por diversas comunidades brasileiras, vendo «o chão a ceder sob os seus pés» e «o céu a cair sobre as suas cabeças», com inspiradores depoimentos de Ailton Krenak. O Grupo Teatral de Boticas trouxe uma leitura encenada para o lançamento do livro *Lítio*. Teve lugar a estreia portuguesa do filme *A Savana e a Montanha*, de Paulo Carneiro. Um filme de tom satírico em estilo *western*, protagonizado pelos próprios habitantes do Barroso, que estreara em maio no festival de Cannes.

O campo de futebol da aldeia virou circo ao ar livre com um espetáculo acrobático. O Largo do Cruzeiro acolheu a contadora de histórias Estefânia Surreira; o Grupo Couto de Dornelas, que proporcionou um tremendo baile tradicional; o inebriante Coro dos Anjos; a surpreendente atuação do cantautor basco Buterflai, a celebrar a resistência e a criatividade em meio rural; a *Volta ao Mundo em 80 Minutos*, pelo músico autodidata das montanhas do Gerês João Barroso, que convidou as presentes a tomar os instrumentos e participar numa criação musical coletiva. O Gajo tornou-se lobo com o uivar da sua viola campaniça, e Säflor embalou a noite com a sua voz de arrepiar e uma inspiradora recolha de canções tradicionais ibéricas.

Enquanto a população de Covas retomou as lides diárias e centenas regressaram às suas casas e aos seus caminhos pelo país e mundo fora, na terra ficou a força deste encontro, as sementes de cuidado e de resistência, o sopro de «vida verdadeira» que se viveu durante uma semana.

Sementes que se deseja que brotem com as chuvas de outono, capazes de travar o projeto mineiro com que o governo e a Savannah ameaçam os animais, as plantas, os rios, as montanhas barrosãs, com que nos ameaçam a todas nós. Capazes de inspirar o luto por todos os territórios já destruídos e a luta por todos os que estão hoje ameaçados.

# Uma floresta que resiste à fábrica da Tesla

**FLORIAN SCHEIBLE**
@FLORIAN.SCHEIBLE
WWW.FLORIAN-SCHEIBLE.COM

Seis Gigafábricas da Tesla estão espalhadas por todo o mundo para produzir os carros eléctricos de Elon Musk.

Para satisfazer a procura do mercado europeu, foi construída uma fábrica na Alemanha. Está localizada nos arredores de Berlim e tem uma capacidade de produção de 500 mil veículos por ano.

A região em redor de Berlim, apesar de ter muitos pequenos lagos, é uma das regiões mais secas da Alemanha. Activistas e residentes da zona temem, desde o início, pelo consumo de água e a poluição que a *Gigafactory* traria.

Cerca de dois anos após a construção da fábrica, surgiram planos para expandir o terreno de 300 hectares por mais 100 hectares. Em resposta, os activistas têm vindo a ocupar a floresta adjacente à *Gigafactory* desde Fevereiro de 2024.

No início de Maio, foi organizado um acampamento de protesto onde centenas de pessoas participaram em acções contra os planos de expansão. Os activistas tentaram entrar nas instalações da fábrica e bloquearam a estrada de acesso a uma antiga pista de aeroporto onde estão estacionados cerca de cinco mil carros da Tesla, à espera de serem vendidos.

Apesar de quase dois terços da população ter votado contra a expansão, a maioria dos representantes municipais votou a favor da mesma.

Desde então, a ocupação continua, sem fim à vista.

FORMULA
www.ankaja.pl

# Este Sistema Está a Matar-nos

*This System is Killing Us* (Pluto Press, 2024) é o novo livro de Xander Dunlap, apresentado no último dia do 4.º Acampamento em Defesa do Barroso, uma luta que acompanha desde o seu início. Xander é investigador no Instituto para a Sustentabilidade Global da Universidade de Boston e no Departamento de Estudos de Desenvolvimento Global da Universidade de Helsínquia, e tem vindo a expor, conjuntamente com activistas indígenas e defensores da terra em todo o mundo, a repressão que as pessoas têm enfrentado na sequência de um crescimento capitalista indomável. James Kelly conduziu esta entrevista para a Pluto Press, questionando a verdade por detrás da lavagem de imagem verde do capitalismo, as tácticas para uma resistência de base ou o debate entre decrescentistas e ecomodernistas socialistas.

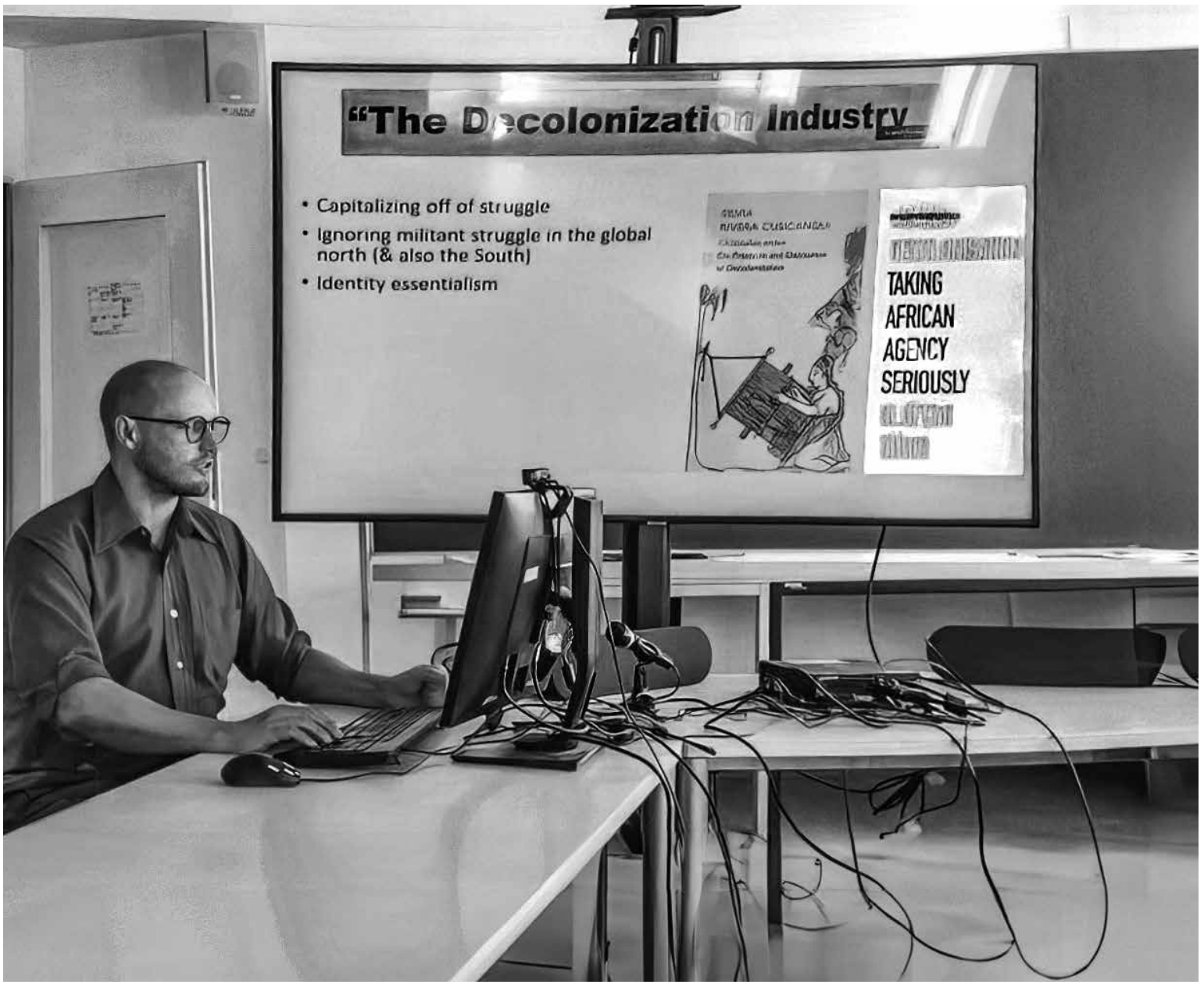



Foto: Julia Schöneberg

**JAMES KELLY**

***This System is Killing Us* elucida sobre os impactos devastadores das infra-estruturas energéticas e da exploração mineira em comunidades indígenas e nas suas terras. Podes partilhar algumas das experiências mais marcantes ou surpreendentes que pudeste encontrar durante a década em que viveste e trabalhaste com estes activistas?**

Bem, nesta altura há pouca coisa que me surpreenda - o que significa, infelizmente, que posso acreditar em tudo, tendo em conta as coisas que testemunhei no que diz respeito à política, a traições, etc. Mas olhando cerca de dez anos para trás, acho que fiquei chocado com o nível de repressão contra as pessoas que lutam contra os projectos de energia ditos «verdes» e «renováveis», mas também com os impactos negativos que as turbinas eólicas podem ter nas populações semi-subsistentes.

Quando a vida se organiza em torno da pesca no mar e da agricultura na terra, estes impactos parecem bastante óbvios, mas hoje eu e muitos outros continuamos insensíveis a estas realidades. Tomei como certa a forma como as luzes de aviso dos aviões assustam os peixes que submergem mais fundo na lagoa e como as vibrações das turbinas eólicas enlouquecem a vida marinha. Ou a realidade das construções de fundações de betão em terrenos agrícolas com lençóis freáticos frescos. Estas construções modernistas, bastante normais, têm impactos profundos se subsistes directamente da terra e do mar, o que obviamente se estende para lá das comunidades indígenas. Dito isto, ao atacar directamente o abastecimento alimentar dos povos zapoteca e ikoot através de turbinas eólicas, ou de outras nações indígenas através de fábricas, centros de dados, painéis solares, linhas de comboio, oleodutos ou o que quer que seja, as políticas genocidas/ecocidas são surpreendentemente próximas no que toca às intervenções de megaprojectos.

Tudo isto para dizer que, quer os defensores da terra zapotecas peguem em catanas, fisgas ou caçadeiras, quer os agricultores franceses ergam barricadas e se revoltem, qualquer oposição comunal, ou mesmo nacional, que desafie o capitalismo «negro», «cinzento» ou «verde» relacionado com o extractivismo do carvão, petróleo, cobre ou do vento é confrontada com uma força violenta. Acho que isto só é surpreendente se acreditarmos nos mitos - ou nas aspirações - do movimento ambientalista dos anos 70 e 80 relativamente às «energias renováveis». As empresas de energia multimilionárias são empresas de energia multimilionárias, competindo, cooperando e utilizando todos os meios legais e extralegais para confundir, abater e neutralizar a oposição, levando-a a uma aquiescência activa ou passiva.

> Este movimento deve ter dentes, mas sendo aberto e, ao mesmo tempo, protegido; vindo de um lugar de alegria, mas sendo feroz.

Embora tenha havido muitos momentos de risco de vida em áreas autónomas no México ou na Europa, acho que o mais significativo foi, por um golpe de sorte e uma colisão aleatória, quando pude entrevistar um ex-militar que trabalhava como segurança, na altura creio que havia dezassete anos, em empresas de extracção de hidrocarbonetos e minerais no Peru. É referido como «Jim» em *This System is Killing Us*. Muitos anos antes, dado que há uma quantidade significativa de despesas dedicadas à «segurança», pensei que devia prestar atenção às organizações militares, policiais e paramilitares, uma vez que é isso que impõe o desenvolvimento de megaprojectos, desde minas de cobre a turbinas eólicas. Isso levou-me a estudar a guerra de contra-insurreição - uma doutrina militar e um acumular de tácticas e estratégias para articular a gestão de populações que emergem de um século de guerra colonial. Eu já tinha começado a cruzar a experiência das pessoas, e a minha própria, com as doutrinas militares para mostrar as profundas sobreposições e semelhanças em conflitos de menor intensidade em zonas de extracção eólica, minas de carvão e, mais tarde, minas de cobre, e o Jim explicou-me o sistema de redes de contra-inteligência comum às empresas mineiras, muitas vezes empenhadas em dispersar dinheiro por funcionários, usando o desenvolvimento social

como arma e, se isso não funcionasse, empenhando-se em campanhas de assalto e, se necessário, de assassinatos estratégicos. Esta entrevista foi inesperada, surpreendente, pois raramente se obtém uma confissão sincera por parte de pessoas que fazem efectivamente este tipo de trabalho. No entanto, os sistemas estatais, capitalistas e extractivistas tendem a tratar mal as pessoas, a deixá-las isoladas e a fazê-las sentir-se insignificantes, o que pode levar a este tipo de honestidade. E a violência, independentemente do lado em que se esteja, terá efeitos duradouros e permanentes na mente e no corpo.

As universidades e os estilos de vida académicos estão armadilhados a favor do modernismo ou de algum tipo de eco-modernismo, tornando difícil a reconexão com a terra e a rejeição dos modos de vida industriais.

**No livro, salientas as tensões entre os socialistas modernistas e os decrescentistas nos debates sobre o clima. Como vês a evolução destas ideologias face às crescentes crises ambientais, e se haverá uma forma dos activistas climáticos resolverem estas diferenças?**

Estou profundamente insatisfeito com as conversas políticas acerca da catástrofe socioecológica ou das alterações climáticas e, mais ainda, com os debates académicos populares. Acho que esta foi a principal motivação para *This System is Killing Us*, porque sinto que a investigação que avalia criticamente as infra-estruturas de baixo carbono fica aquém das expectativas, toldada pela esperança e pelas relações públicas que alimentam as afirmações irrealistas que os governos e as empresas de energia vendem às pessoas. Vejo isto tanto nos socialistas modernistas como nos decrescentistas, ainda que nestes últimos em menor grau.

Os académicos não conseguem desafiar adequadamente as infra-estruturas modernistas, a logística e a alta tecnologia - ou a «ideologia do alto modernismo», como lhe chamou James Scott. Os académicos, como a maior parte das pessoas, foram ensinados a pensar e a ver como os Estados - vêem o mundo pela perspectiva do poder, dos decisores políticos, dos planeadores e dos engenheiros, quando são estas as ideologias, perspectivas e modos de vida responsáveis pela catástrofe socioecológica e pela monotonia generalizada relacionada com a escolaridade, a pobreza e outras coisas semelhantes - reforçadas pelos prazeres do consumismo capitalista. Ó pá... ainda me assombram as palavras de Leslie Sklair: «Num certo sentido, portanto, ir às compras é o movimento social mais bem sucedido, a publicidade de produtos nas suas múltiplas formas a mensagem mais bem sucedida, o consumismo a ideologia mais bem sucedida de todos os tempos.»

Se pensarmos no capitalismo como movimento social, podemos ver o verdadeiro significado e horror das características encantadoras dos centros comerciais, discotecas, bares e da Netflix, entre outros. É necessário pôr em causa as características psicossociais e encantadoras das sociedades de mercado ou modernistas, que os ecomodernistas ou a sua variedade mais socialista - os socialistas modernistas - parecem aceitar confortavelmente. A maravilha da dominação infra-estrutural e tecnológica é celebrada, e os ecomodernistas reforçam o que é, em última análise, uma via ecocida reforçada pela recolha de dados abstractos, pela modelização e pela ideologia religiosa estatista da alta modernidade.

E, quanto à resolução dessa diferença, gostaria de sugerir a importância de retirar o melhor das tecnologias modernistas e de avançar em direcções radicalmente conviviais - fazendo com que as tecnologias surjam das necessidades e produção comunais ou biorregionais. Se a catástrofe socioecológica for mitigada de alguma forma - é demasiado tarde para a evitar -, as sociedades modernistas precisam de reduzir o consumo de energia e de materiais. Não quero dar mais força às pessoas, ideologias, tecnologias e aos caminhos que conduziram a esta confusão em primeiro lugar, ou pelo menos minimizá-la e falar contra ela. O nível de utilização de materiais e de energia é irresponsável e ecocida - isto não é controverso -, e as pessoas não precisam disso para serem felizes ou existencialmente realizadas.

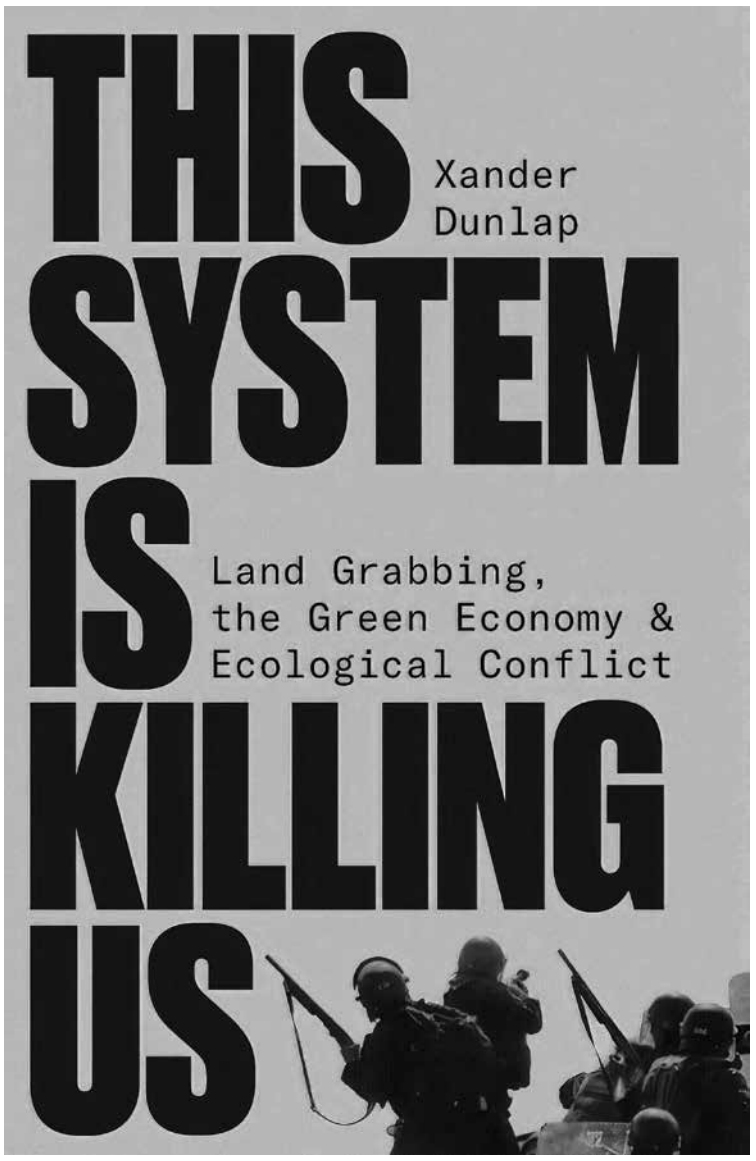
É preciso que haja uma rejeição voluntária do consumismo por todos os meios - ao nível individual e de políticas públicas - para o tornar «não fixe», apesar de um século de indústrias de relações públicas e dos Mercadores do «Fixe» (*Cool*). Há grandes partes dos sistemas modernistas que podem ser recuperadas dos comboios, painéis solares, turbinas eólicas, pequenas barragens, redes descentralizadas, tecnologias médicas e Internet ao nível do início dos anos 2000, mas tudo isto ficou fora de controlo e estes sistemas extractivistas são impostos às pessoas - o direito de dizer «NÃO» não existe e a acção direta é a única participação disponível para as classes pobres e médias.

É necessário um maior respeito pelas tradições ancestrais, sublinhando a responsabilidade para com os nossos habitates em detrimento dos direitos de os explorar; reconhecendo o herbalismo em detrimento das indústrias farmacêuticas; as técnicas agrícolas dos pequenos agricultores em detrimento da chamada «agricultura climática inteligente» e da cadeia de abastecimento que isso implica. Os saberes e as tradições da terra devem ser revisitados e, pelo menos, respeitados relutantemente face às ontologias materialistas - que apenas vêem o mundo vivo como «recursos» a serem explorados – que aprisionam preventivamente o mundo num caminho ecocida.

Vejo motivos para realizar um modernismo socialista saudável, mas, tal como está, ele e os autores que o defendem parecem estranhamente desligados dos habitates, das lutas pela defesa da terra, assumindo confortavelmente o papel de planeadores e a visão do Estado; ao mesmo tempo que ignoram e rejeitam o sucesso das formas conviviais e em pequena escala de organização da alimentação, da habitação, da energia, etc. E, infelizmente, no final, provavelmente serão necessárias catástrofes naturais para criar uma ruptura nos hábitos modernistas que os ecomodernistas defendem. Penso que devemos romper com este sistema voluntariamente, criando estas condições por todos os meios - individual e institucionalmente. E, por fim, sejamos honestos: as universidades e os estilos de vida académicos estão armadilhados a favor do modernismo ou de algum tipo de ecomodernismo, tornando difícil a reconexão com a terra e a rejeição dos modos de vida industriais.

**Tendo em conta o teu extenso trabalho com movimentos de base, quais são, na tua opinião, as estratégias mais eficazes de resistência contra a exploração da terra e dos recursos? Alguns exemplos de casos de sucesso?**

Gostaria de sugerir a importância de retirar o melhor das tecnologias modernistas e de avançar em direcções radicalmente conviviais.




**THIS SYSTEM IS KILLING US.**
**Land Grabbing, the Green Economy & Ecological Conflict**
Xander Dunlap
Pluto Press, 2024

Todas as estratégias, mas penso que o factor-chave é a relação entre as diferentes partes, por exemplo, grupos da sociedade civil, vários espaços comunitários, anarquistas, *queer*, povos indígenas, etc., e a adopção dessas tácticas e estratégias de uma forma descentralizada. Isto significa abraçar uma diversidade de tácticas, ou melhor, seguindo o movimento *Stop Cop City* [Defesa de uma floresta em Atlanta (EUA) contra a construção de um campo de treinos policial], um ecossistema de tácticas que, em vez de «trabalharem contra ou independentemente umas das outras, são várias tácticas a trabalhar em conjunto e em relação umas com as outras». Isto significa combinar, de forma implícita, informal e entre funções não relacionadas, tal como um ecossistema: sabotagem com organização comunitária; organização comunitária com festas de dança e marchas; e marchas não autorizadas com noites de informação e eventos gastronómicos, como o *Food Not Bombs*, e assim por diante. As ligações, as pessoas e as tácticas só são limitadas pela imaginação e pelo ecossistema em que habitam, que os urbanistas, os arquitectos, os engenheiros, as organizações sem fins lucrativos, os juízes e a polícia estão constantemente a tentar limitar e controlar.

Todas as partes e funções são importantes e constroem um movimento ou um ecossistema para travar megaprojectos e alterar as relações existentes. Este movimento deve ter dentes, sendo simultaneamente aberto e protegido; deve ser alegre, mas também feroz. Falo em termos gerais, porque depende muito da visão das pessoas e do que querem criar. Penso que o mais importante é que as pessoas trabalhem de forma indirecta e informal e comuniquem através da acção - seja através da organização de eventos, *graffiti*, sabotagens e festas. A luta tem de ser alegre, mesmo que seja assustadora, difícil e tenha consequências, o que - na minha opinião - começa com o indivíduo e os seus amigos e escale «para fora» em vez de «para cima».

O objectivo é não ficar desmoralizado, trata-se de desenvolver a capacidade de cuidar, organizar e agir. Depois, se for bem sucedido, trata-se da relação entre as partes e o desenvolvimento de um ecossistema de tácticas que possam sobreviver aos egos, às lutas internas, à vigilância e à repressão.

Como está escrito numa das minhas sacolas, que suspeito ter sido escrito por um sábio praticante de BMX: «Algumas pessoas muito ricas precisam de sentir o sofrimento que causam para que as coisas mudem... Divirtam-se.»

# Para mal já basta o que está! Populações contra a ampliação da mina de Alvarrões

Quando os moradores de Gonçalo, Seixo Amarelo e Vela souberam da expansão da mina, a indignação rompeu pelas serras.

Foto: David Melro

**FILIPE NUNES**
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

A mina de Alvarrões, na Guarda, explorada desde 1992, operava desde 2019 para lá do previsto no seu plano de lavra: 15,7 hectares em vez dos previstos 6,5 ha. Agora um processo de avaliação ambiental pretende não apenas regularizar esse excesso, mas aumentá-lo para 32,60 ha. Em plena área adjacente ao Parque Natural da Serra da Estrela.

«Fomos de uma comunidade dispersa e sem esperança para um grupo civil de cidadãos unidos por uma paisagem natural e humana justa para todos». Assim se apresenta o grupo Ação Floresta Viva, formado em 2022 nas aldeias a sudoeste da Guarda como resposta aos incêndios devastadores e na defesa do território e da paisagem da Serra da Estrela. Tem sido este grupo, a par da junta de freguesia de Gonçalo e Vela, além da posição desfavorável da autarquia da Guarda, que tem feito ouvir a sua voz contra o aumento da mina de céu aberto de Alvarrões.

A exploração tem como foco o feldspato e o quartzo, para a produção de pasta cerâmica, mas inclui igualmente recursos de lítio contidos na lepidolite. A Sociedade Mineira Carolinos dá a cara pelo grupo MCS, dono da empresa Felmica, que detém esta sociedade mineira e mais de 25 contratos de concessões de minerais em território nacional.

De acordo com o manifesto contra a ampliação da mina, esta agravará a poluição dos lençóis freáticos e cursos de água, como a ribeira de Avereiro, e aumentará a circulação de poeiras no ar respirável. Presentemente, com a extração de 25 mil toneladas de minerais por ano, o pó tem vindo a depositar-se nas ribeiras e nos pastos. Com a perda de solos, fica comprometida a prática da agricultura e a reflorestação que tem vindo a ser feita nos últimos anos pela Ação Floresta Viva. No terreno cobiçado pela empresa mineira existem vários agricultores registados que exploram o gado (caprino, sobretudo) e as abelhas, como meio de subsistência. Além disso, a mineração afetará a oferta turística naquela que é uma das principais entradas do parque natural (Valhelhas--Manteigas). Quanto aos benefícios económicos diretos, limitar-se-ia a acrescentar um posto de trabalho aos três existentes. Em sentido contrário, tenderia a travar o fluxo de novos moradores (nacionais e estrangeiros) que atualmente repovoam estes territórios esvaziados.

A luta contra a ampliação de Alvarrões faz recordar outros episódios neste território de tradição mineira. No vale vizinho, a caminho de Belmonte, ecoa ainda a memória das lutas «contra a draga». Entre 1914 e 1949, a dragagem de estanho ao longo do vale da ribeira de Gaia destruiu culturas agrícolas e tornou os solos improdutivos. Quando, em 1974, uma concessão luso-brasileira quis reativar a exploração nas hortas e olivais contíguos à aldeia de Gaia, os protestos eclodiram. Nas assembleias populares, às injúrias à draga - «vaca, bruxa, estafermo, matacães» - , somava-se o elogio da agricultura e do lugar natural. Uma luta que se perdeu no esmorecer dos anos 1980.

> «Fomos de uma comunidade dispersa e sem esperança para um grupo civil de cidadãos unidos por uma paisagem natural e humana justa para todos».

Chegados a 2024, para o grupo Ação Floresta Viva, «a luta ainda mal começou. Agora é plantar castanheiros, carvalhos e faias por toda a parte. Agora tornarmo-nos apicultores, fazemos escola de cestaria e plantação de vime em terras abandonadas, mapeamos os sítios arqueológicos, e fazemos festas. Próximo passo, associação!»

# Largar bombas em Mértola e Serpa

**FILIPE NUNES**

Com a escolha de Alcochete para a localização do novo aeroporto de Lisboa, a infraestrutura já existente em Beja manteve-se praticamente inoperante e a olhar para o ar, no vazio. Mas o Baixo Alentejo acabou contemplado com outros impactes negativos cumulativos à escolha de Alcochete. Para deslocalizar o Campo de Tiro de Alcochete (CTA), terrenos onde surgirá o novo aeroporto, a Força Aérea Portuguesa (FAP) revelou não ter outra alternativa que a Serra de Serpa e Mértola, a nordeste do Pulo do Lobo, na margem esquerda do Guadiana, junto ao Parque Natural do Vale do Guadiana.

Aí poderão ter «aeronaves táticas voando a alta velocidade, manobrando e largando bombas reais», como a FAP declarou em 2017 à Lusa. Em 2023, o Diário de Notícias citava fontes militares segundo as quais «nenhuma outra localização foi estudada». A zona é de elevado valor ecológico, mas «pelas características do terreno e baixa densidade demográfica» era a escolha da FAP para ser terra e chão a serem bombardeados, uma hipótese pela primeira vez apontada em 2008 e que merecera a oposição de ambas as autarquias, posição reiterada agora pelo município do Serpa.

Em causa está a existência de um campo de tiro militar ar-chão com caças F-16, com treinos a altitudes acima dos 9000 pés. O CTA, desde o decreto régio de 1904, tem sido usado para fins militares, com várias carreiras de tiro utilizadas por diferentes forças militares e de segurança, em treinos e na experimentação de novas munições. De acordo com declarações de fontes militares ao Expresso, em 2023 houve aí lugar a 826 utilizações, numa intensa média de quatro utilizações por dia útil. Em 1993, Alcochete passara das mãos do Exército para a Força Aérea, tendo antes, em 1985, visto aumentar a área do CTA de 1680 hectares para aproximadamente 7560 hectares. A FAP faz questão de anunciar na sua página que nesta «vasta extensão de terreno possui uma larga mancha florestal onde se abriga, em convivência pacífica com os seus ruidosos vizinhos, uma abundante fauna cinegética», tendo vindo a promover ao longo dos anos diversas operações inseridas na preservação do ambiente.

O Exército tem já instalado em Mértola um campo militar com 439 hectares, destinado à realização de exercícios, e a Base Aérea Militar de Beja é palco privilegiado das operações de treino militar. Do deslocamento do CTA para o Vale do Guadiana resultarão diversas problemáticas na esfera ambiental, mas igualmente de feição social e no que concerne ao usufruto territorial mais amplo, dados os constrangimentos militares a que a zona passará a estar subjugada. A região é hoje o habitat destacado do lince ibérico e de outras espécies protegidas, uma importante zona agro-silvopastoril que se preserva à margem da monocultura de olivais industriais circundantes e onde, no acidentado dos seus montes, se localiza a zona de caça mais procurada do país.

# Uma floresta a arder, um canavial a nascer - da revolução do açúcar à monocultura do turismo na ilha da Madeira

**F. OLIVAL**
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO **SAMUEL JARIMBA**

*Passámos a grande Ilha da Madeira,*
*Que do muito arvoredo assi se chama;*
*Das que nós povoámos a primeira,*
*Mais célebre por nome que por fama.*
*- Os Lusíadas*

Qualquer sociedade que se preze tem o seu mito de origem. O da Madeira é ter passado sete anos a arder antes de se deixar colonizar. Imagine-se, uma bola de fogo no meio do Atlântico a consumir-se em chamas durante 2556 dias, incessantemente…

(O que nos leva a perguntar: como é que a coroa portuguesa, a 966 quilómetros de distância, saberia que o fogo tinha dado tréguas e que poderia prosseguir com o seu projecto de expansão ultramarina?).

A desflorestação da Madeira – que Camões observa no épico poema que tanto legitima a identidade lusitana – terá sido apenas uma das externalidades de um projecto mais ambicioso e duradouro, seguindo um modelo extractivista que viria a ser importado para outras colónias nos séculos seguintes. Esse modelo, capaz de garantir máxima rentabilidade aos seus investidores, conjugaria os seguintes elementos: monocultura agrícola, mão-de-obra escrava, inovação tecnológica, produção de energia e capital internacional.

Num ensaio dividido em duas partes e intitulado *Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century,* Jason W. Moore[1] descreve a Madeira enquanto laboratório do modelo de plantação moderno: o berço da «revolução do açúcar». Protagonizando essa revolução, encontramos, no topo, a coroa portuguesa, aliada a comerciantes genoveses e flamengos, de onde fluía a maior parte do capital; na base, estavam os agricultores portugueses (sobretudo algarvios) e, mais abaixo ainda, os escravos canários e africanos. Com esta equação triunfal, entre as décadas de 1480 e 1520, a Madeira goza do estatuto de maior produtora mundial de açúcar.

Para Moore, a colonização da Madeira é um processo incontornável na história da transição para o regime capitalista e para a actual crise socio-ecológica. O autor convida-nos a entender a tríade *transformação da natureza, busca de poder* e *acumulação de capital* como «um todo orgânico» que inaugura uma nova «ecologia mundial». Nessa época, a produção de mercadorias assume uma posição central na economia internacional, impulsionada por várias inovações tecnológicas, a expansão colonial e o comércio de longa distância. Nas suas palavras, «a história moderna do açúcar é a história do apetite inesgotável do capitalismo pela natureza humana e extra-humana ao serviço da mercadoria».

## A acendalha

Entre 1430 e 1450 a economia da Madeira baseava-se sobretudo na produção de madeiras nobres e de cereais – convenientemente, o abate de árvores abria espaço para o cultivo. Porque a madeira escasseava em Portugal continental, a colonização da ilha permitia a exportação de madeira para a construção civil, embarcações e outras infraestruturas necessárias à economia imperial marítima. Desses tempos, chegam-nos relatos de casas «elevadas aos céus» na capital do império graças à matéria-prima que daria nome à futura ilha do açúcar, de cedros e teixos tão cobiçados que praticamente desapareceriam da sua superfície.

> Nos vales que então engoliam guanches e africanos, viriam a ser sacrificados litros e litros de sangue plebeu ao longo da história da ilha.

A revolução do açúcar terá tido início na década de 1450, altura em que a produção de trigo se deslocou para os Açores, abrindo espaço para os canaviais. A produção de açúcar exigiu mão-de-obra para cultivar e processar a cana, combustível para alimentar as caldeiras que ferviam o sumo da cana, e terra fértil produtiva, visto que a moagem e processamento da cana implicavam grandes investimentos de capital. Talvez a excepcionalidade da Madeira se tenha resumido a uma mera coincidência histórica: satisfeitos estes três requisitos, a «revolução do açúcar» poderia ocorrer em qualquer outro lugar.

Moore descreve este processo como um «audacioso acto de transformação biofísica», em que a «paisagem silvestre da Madeira deu rapidamente lugar a savanas, com as suas cinzas a alimentarem o solo, e as suas árvores servindo de combustível para as grandes caldeiras que transformavam o sumo da cana em açúcar cristalizado». Estima-se que, no início do século XVI, as plantações de cana-de-açúcar tenham ocupado mais de 10.000 hectares de floresta.

Em 1490, a Madeira torna-se o principal produtor de açúcar, ultrapassando a Sicília e o Chipre. Os colonos portugueses foram encarregues de plantar cana-de-açúcar e de extrair madeira das montanhas. A construção das levadas – os canais de irrigação que hoje tantos turistas atraem – terão sido reservadas para os escravos trazidos das ilhas Canárias e depois de África, assim como o extenuante trabalho de cortar as canas. Estima-se que, em 1525, viveriam na Madeira pelo menos 3.700 escravos. A crescente necessidade de água terá levado à construção de mais e mais canais de irrigação. Os genoveses forneceriam o financiamento e o conhecimento técnico; o trabalho escravo garantiria a execução. Como nos lembra Alberto Vieira[2], sucessivas invasões das Canárias por navegantes portugueses entre 1424 e 1446 resultaram no rapto e escravização de milhares de pessoas guanche. A construção das levadas pressupunha suspender os escravos com cordas sobre vertiginosos precipícios montanhosos, obrigando-os a esculpir os futuros cursos de água na ingrata rocha dura. Nos vales que então engoliam guanches e africanos, viriam a ser sacrificados litros e litros de sangue plebeu ao longo da história da ilha, inclusive durante a concretização dos projectos hidroeléctricos do Estado Novo.

## A fogueira

O início da revolução do açúcar na Madeira é normalmente situado em 1452, ano em que o Infante D. Henrique abençoou o primeiro engenho movido a água. Nessa altura, a unidade territorial básica era a sesmaria, que obrigava os proprietários a cultivar a terra sob pena de expropriação. Se cultivada, a terra poderia ser vendida, dado ou herdada como propriedade privada. Este quadro legal serviu de base a um mercado fundiário em que a baixa produtividade agrícola poderia ter o despojo como punição. Esta

Foto: Rodrigo S.

insistência na produtividade, conjugada com a abertura da Coroa a comerciantes estrangeiros, terá motivado a penetração do capital genovês na produção sacarina da Madeira durante a década de 1480. A sua capacidade financeira e conhecimento técnico, desenvolvido em anteriores plantações de açúcar no Algarve, terão permitido a acumulação de propriedade fundiária, agravando a desigualdade entre produtores. Isto abriu portas à transição de uma economia composta por proprietários independentes para um regime de arrendamento agrícola.

> [A] Laurissilva, que outrora se estendia por toda a ilha, vê-se cercada de pinheiros, eucaliptos e acácias – autênticas acendalhas à espera de uma faísca incendiária.

Desse panorama resultaria uma sociedade cada vez mais estratificada: os comerciantes; os cultivadores ricos, que detinham engenhos; uma maioria de cultivadores que detinham terras mas não engenhos; e as pessoas escravizadas. Com o tempo, a maior parte dos cultivadores ficaria endividada e despojada de património, tornando-se arrendatários. Em 1493 4,5% dos proprietários mais ricos produziam 25% do açúcar da ilha, enquanto os 75% mais pobres produziam apenas 30%.

### A brasa

Entre 1505 e 1509, cerca de 2.000 toneladas de açúcar viajariam pelo Funchal, Lisboa, Antuérpia, Génova e muitas outras cidades. Porém, o reinado da Madeira no comércio internacional de açúcar terá sido um episódio relativamente breve. Em acelerado crescimento desde a década de 1470s, viria a colapsar apenas cinco décadas depois. Embora permitisse aumentar a produtividade laboral a curto prazo, a simplificação ecológica preconizada pela monocultura de cana-de-açúcar levava à exaustão dos solos e tornava as plantações vulneráveis a pestes. Mas, segundo Moore, o derradeiro golpe na economia da Madeira foi a sobre-exploração de lenha.

Estima-se que para produzir um quilo de açúcar os engenhos consumiriam cerca de 60 quilos de lenha. Só em 1506 terão sido sacrificados 700 hectares de floresta para atingir a colheita recorde de 2.480 toneladas de açúcar. A esses números acrescentam-se os cerca de 80 hectares de lenha que seriam consumidos anualmente para fins domésticos. Dessa época chegam-nos relatos de um Funchal circundado por colinas totalmente despidas. Estima-se que a desflorestação tenha sido responsável pela sucessiva extinção em massa de moluscos nativos. O facto de as florestas recentemente queimadas proporcionarem terras altamente férteis, garantindo recordes de produtividade – as tão ambicionadas «colheitas de lua-de-mel» – terão acelerado ainda mais a devastação florestal. Mas seria necessária uma crescente força de trabalho para assegurar a mesma quantidade de combustível, proveniente de zonas cada vez mais inóspitas, e os custos de importação de lenha seriam demasiado elevados para manter a rentabilidade desta actividade económica. Com o desinvestimento estrangeiro, cai o reinado madeirense no comércio internacional de açúcar.

Entre 1509 e 1530, a produção terá decaído cerca de 90%. Duas décadas mais tarde, a economia de açúcar da ilha entraria em colapso. Quando Camões visita a Madeira, na década de 1560, já toda a floresta autóctone a um altitude inferior a 300 metros teria sido dizimada. Só a dramática topografia da ilha terá protegido o que restava da Laurissilva, a sua floresta autóctone. Em 1575, já o foco económico da ilha teria transitado do açúcar para o vinho.

> Quando Camões visita a Madeira, na década de 1560, já toda a floresta autóctone a um altitude inferior a 300 metros teria sido dizimada.

### A cinza

Esgotadas as outrora abundantes fontes de energia, o modelo de plantação ensaiado na Madeira seria exportado para outras geografias. Este sistema produtivo, caracterizado por uma tripla mercantilização – de açúcar, terra e trabalho – transitaria para novas fronteiras, apropriando-se das terras férteis de São Tomé e, mais tarde, do Brasil.

Quase meio milénio depois, a Laurissilva, que outrora se estendia por toda a ilha, vê-se cercada de pinheiros, eucaliptos e acácias – autênticas acendalhas à espera de uma faísca incendiária. No rescaldo de uma vaga de incêndios que assolou cerca de 14% da área florestal madeirense, é importante perguntarmo-nos: o que mudou na relação entre o capital e a floresta madeirense?

A Laurissilva é uma floresta reminiscente das antigas florestas tropicais que se estendiam em redor da região do actual mar Mediterrâneo, que remontam há vinte milhões de anos. Este bioma, erradicado do continente europeu com a era glaciar[4], conserva-se hoje, com suas respectivas mutações, na Macaronésia, região composta pelo arquipélagos da Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. O seu isolamento terá levado à evolução de espécies únicas no mundo. Portanto, não é de admirar que esta relíquia verdejante, classificada como Património Mundial Natural pela UNESCO, atraia tantos visitantes[5]. Mas cabe-nos perguntar: será que a monocultura do turismo é fundamentalmente diferente da monocultura do açúcar?

A rentabilidade da indústria turística tem servido para justificar a violação de áreas protegidas, como é o caso do teleférico do Curral das Freiras, o alcatroamento da estrada das Ginjas, ou o Laurissilva Eco Hotel. Por toda a ilha, antigos terrenos agrícolas vão dando lugar a empreendimentos turísticos e a casas de férias. Em 2022 o turismo terá rendido à Madeira mais de 500 milhões de euros, enquanto quase 30% da população se mantinha em risco de pobreza[5]. Com a produção agrícola em declínio, a Madeira terá gasto, no mesmo ano, mais de 94 milhões de euros em importações agrícolas e alimentares. Tal grau de dependência externa é particularmente preocupante por tratar-se de um arquipélago isolado no Atlântico, localizado a cerca de 860 quilómetros da Ponta de Sagres e a 700 de Safi, na costa de Marrocos, a cidade mais próxima em terras continentais. Apesar da distância, ao vermos a Laurissilva ser consumida pelo fogo (e pelo terramoto turístico), apercebemo-nos de que a colonização da Madeira é, afinal, fundada num mito de eterno retorno.

### NOTAS

**1** Moore, Jason. (2009). Madeira, Sugar, & the Conquest of Nature in the 'First' Sixteenth Century, Part I: From 'Island of Timber' to Sugar Revolution, 1420-1506. Review. 32. 1-46. Moore, Jason. (2010). Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the 'First' Sixteenth Century, Part II: From Local Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530. Review. 33. 1-24.

**2** Vieira, Alberto (1996). *Slaves With or Without Sugar*. Funchal, Portugal: Centro de Estudos de História do Atlântico.

**3** Em 1494 existiriam, na capitania do Funchal, 209 cultivadores, mas apenas 14 engenhos.

**4** Embora dele se encontre vestígios em espécies como o medronho, a adelfeira, o azereiro e o loureiro.

**5** Em 2022 a Madeira terá recebido mais de 2 milhões de turistas.

**6** https://bit.ly/3B8ufQq

# Um oásis rural

Um encontro com Michel Siebenaller e Isabel Valente. A regeneração de uma quinta e floresta é feita de partilhas.

**JÚLIO HENRIQUES** E **JOËLLE GHAZARIAN**

Há uns bons anos, o agricultor, escritor e filósofo francês Pierre Rabhi lançou uma das ideias em que foi pródigo chamando-lhe «Criar oásis em toda a parte» – oásis esses que eram agrícolas.

Quando entramos na fazenda das Sete Fontes, sentimos de imediato o que ali há de benéfico e estimulante, até pelo contraste com terrenos visíveis nas imediações. Situada a norte da cidade de Portalegre, no Parque Natural da Serra de São Mamede, esta quinta de 15 hectares, em grande parte constituída por floresta nativa, foi alvo do continuado trabalho regenerativo ali empreendido, desde 2016, por Michel Siebenaller, cidadão luxemburguês residente em Portugal.

Nesta quinta, que se encontrava abandonada há mais de quarenta anos, havia uma casa grande, com rés-do-chão, primeiro andar e bons volumes. Mas era uma ruína, já com paredes a abrirem-se e o telhado em mau estado, parecendo destinada a demolir-se.

Com a colaboração de alguns amigos e de voluntários de organizações internacionais como a WWOOF (Oportunidades Mundiais em Agricultura Biológica), Workaway e HelpX, redes de associações que promovem o trabalho de voluntariado em quintas ecológicas de todo o mundo, e ainda com a participação de Diana Silva, Michel deitou mãos à obra decidido a restaurar tudo, a casa e o terreno. Perante a óbvia impossibilidade de recompor o edifício a curto prazo, construiu uma habitação de madeira, encarada como provisória, mas que ficou. Alçada sobre três sobreiros, a dois metros do chão, com grandes cuidados no tocante ao material metálico utilizado, para não ferir as árvores, esta habitação, uma casinha tão confortável no Verão como no Inverno, é um bom exemplo do que pode ser feito quando se conhecem as artes da madeira e se tem sensibilidade arquitectónica, incluindo a paisagística.

No Luxemburgo, Michel era profissional de marcenaria e carpintaria. Tinha uma empresa artesanal de construção de móveis cujos princípios assentavam na harmoniosa conjugação da utilidade e da beleza. Mas ficou cansado da necessária relação com o mundo urbano e suas incessantes artificializações. Ao mesmo tempo, as suas inquietudes com o estado do mundo, a sua experiência do movimento associativo ecologista no Luxemburgo, bem como a memória da liberdade vivida durante a infância e primeira juventude no mundo rural (crescera na fazenda familiar), levaram-no a desejar mudar de vida.

E pôs-se em viagem, nessa busca, rumo a algures. Foi assim que conheceu Portugal. No Algarve, em 2015, começou por fazer uma formação de permacultura na Quinta Orgânica Regenerativa de Vale de Lama, perto de Lagos (1) Depois, nos arrabaldes de Nisa (Alto Alentejo), conheceu a comunidade Tribodar. E, sentindo que ia ficar em Portugal, pôs-se à procura de um sítio onde pudesse aplicar conhecimentos adquiridos, experiência de vida e vontade de transformação. Andou pelo Fundão, pela zona de Castelo Branco, por outros sítios, acabando por descobrir, perto de Portalegre, a então chamada (e abandonada) Quinta Ferreira, que o encantou por nela haver uma área de floresta protegida.

No restauro florestal não utiliza máquinas pesadas, que aliás prefere não ter, ciente dos danos que elas exercem nos solos, tanto por fora como por dentro.

Com efeito, esta quinta tinha uma história peculiar: fora ela, abundante em aquíferos, que durante muitos anos fornecera água à histórica fábrica corticeira Robinson, que laborou, na cidade de Portalegre, entre 1868 e 2009. Tais circunstâncias haviam levado essa empresa a abrir minas de água, galerias e canalizações ainda hoje existentes, e a contribuir para a protecção daqueles terrenos. Ou seja, além de serem em parte uma floresta preservada, os terrenos da Sete Fontes (crisma actual) dispõem de muita e boa água.

Calmo e metódico, Michel decidiu vender a sua empresa no Luxemburgo para adquirir aquela propriedade na Serra de São Mamede. Com a ajuda de voluntários, por um lado, e recorrendo a profissionais da construção (trabalhando ele próprio a tempo inteiro), no decurso de alguns anos voltou a pôr de pé a velha casa (obras que ainda prosseguem), restaurou matas e terrenos, plantou centenas de árvores, criou um pequeno rebanho de ovelhas, começando desde o início a fazer horticultura segundo princípios regenerativos. Uma das transformações a que procedeu foi o corte de um pinhal situado à entrada da quinta, substituindo-o por um olival (oliveiras antigas recuperadas no terreno de um vizinho que já não as queria, e ali replantadas) e prevendo para esse terreno, que é plano, uma expansão das hortas. No restauro florestal não utiliza máquinas pesadas, que aliás prefere não ter, ciente dos danos que elas exercem nos solos, tanto por fora como por dentro.

A certa altura, desejou partilhar o seu terreno com quem quisesse semear para colher (vizinhos, por exemplo), mas não houve candidatos. A horticultura, ali praticada em várias parcelas, fornece uma parte razoável dos alimentos, sem dispor de excedentes para venda. Mas, graças a um belo forno entretanto construído no exterior e bem coberto, vão começar a cozer pão em maior quantidade para venda na cidade. É uma útil iniciativa, porque o pão *verdadeiro,* ou de qualidade genuína, é algo que não se encontra nestas paragens.

Diz-nos Michel que a sua experiência com os voluntários (contando com ele, vivem ali, em média, oito pessoas) tem sido muito gratificante. Quase sempre estrangeiros, homens ou mulheres em geral jovens, na sua maioria são provenientes da Europa, mas alguns ou algumas vêm também da América do Norte, da Austrália,

# A VIDA DE OUTRO MODO

Nova Zelândia, China, ou até da Arábia Saudita. Segundo Michel, o carácter gratificante deste relacionamento não decorre apenas ou necessariamente do trabalho que os voluntários fornecem (este voluntariado tem por base a actividade colaborativa só na parte da manhã), ultrapassando muito o seu lado pragmático.

Quase todos urbanitas, os voluntários, rapazes e raparigas, homens e mulheres, são pessoas, constata Michel, que procuram outros modos de vida e contacto com outras pessoas, por curiosidade ou com um sentido de busca de alternativas, não necessariamente devido a frustrações. O contacto com a terra, com as plantas, as árvores e os elementos, palpável, útil e benéfico como pode revelar-se no amanho de uma horta – amanho sempre feito de múltiplas actividades complementares –, pode ser para muitos deles uma fértil revelação. Michel recebe-os procurando dar resposta ao desejo, que assim exprimem, de percepção ou acesso a uma vida mais clara, dadivosa e equilibrada. Neste sentido, a quinta das Sete Fontes foi-se tornando uma escola, não só de práticas agronómicas, mas também de um conjunto de outras coisas porventura menos definíveis e igualmente importantes, sintetizáveis numa expressão: criar em comum.

Ao longo destes anos, diz-nos Michel, a convivência diária com os voluntários, de que fazem parte a confecção e a partilha das refeições, tem-no enriquecido de várias maneiras: no conhecimento de outras realidades sociais e culturais, na confraternização, na diversidade e na partilha – sublinhando sempre esta última noção. Deixam marcas que não esquece, uns mais do que outros, certamente, mas quase sempre marcas positivas e de estímulo. Na verdade, sente a sua presença como uma comunidade em processo, que é simultaneamente de trabalho, de conhecimentos, de afectos, e também de perspectivas que podem vislumbrar-se ou descobrir-se na dinâmica comum. Muitos desejam mesmo mudar de vida, encontrar soluções que vitalizem.

O lugar vivencial em que foi transformada esta quinta, após muito trabalho, investimento e cooperação (os quais prosseguem, obviamente), deixando para trás uma memória de décadas de abandono e esquecimento, tem muito com que atrair gente de diversa idade e de diferentes índoles. Michel e Isabel começaram a pensar na possibilidade de encontros temáticos a realizar em colaboração também com pessoas exteriores – para transmissão e partilha de conhecimentos práticos (e não só), para visualização documentada de muito do que de positivo se passa no mundo ou para despertar algo em comum e sentir a alegria de viver, por exemplo através da dança, que conta com um belo tablado recém-construído. São de encarar visitas de pequenos grupos de crianças de escolas das redondezas, para a sua sensibilização ao que de fundamental se encontra na terra como matriz da vida, coisas essenciais de que as crianças se vêem hoje cada vez mais afastadas.

A quinta das Sete Fontes foi-se tornando uma escola, não só de práticas agronómicas, mas também de um conjunto de outras coisas porventura menos definíveis e igualmente importantes, sintetizáveis numa expressão: criar em comum.

Falámos ainda da possível relação da quinta das Sete Fontes com a Fundação Terra Agora, com a qual Isabel colabora na parte informativa, que traz uma ideia inédita entre nós, vinda a público, em Portugal, em 2024 e que está a ser aplicada de modo similar em iniciativas existentes noutros países. Esta fundação tem em vista recuperar, por aquisição ou doação, propriedades rurais ou urbanas com vista a nelas serem promovidos projectos inovadores de conservação e regeneração, através de entidades que se tornam seus guardiães, não podendo essas propriedades voltar depois a ser vendidas nem usadas para quaisquer fins especulativos. O primeiro projecto, que inclui produção de azeite orgânico e a revalorização de saberes locais, está em curso numa propriedade de 1600 hectares, perto de Idanha-a-Velha, doada por um dos mentores da fundação. Pareceu-nos a todos que este assunto poderia vir a ter interesse para o MAPA. Nos dias 16, 17 e 18 de Janeiro de 2025, informa-nos Isabel, irá ocorrer um grande encontro na Gulbenkian, em Lisboa, o «Fórum Regenerar Portugal», que será organizado pela Fundação Terra Agora.

Interrompemos o nosso diálogo num dia de sol outonal, brando e hospitaleiro. Lá do alto, da varanda da casinha de madeira, virada a sul e protegida pela generosa ramaria dos sobreiros, enxergava-se ao longe, no ar limpo, a ampla planície. Não deixámos o Michel e a Isabel sem levar da Sete Fontes água fresca de uma delas. Nem sem de novo espraiar os olhos, na despedida, pelas colinas frondosas que ladeiam o vale hortelão, brilhando ali como talismãs.

**NOTA**

**1** A Quinta Vale da Lama, com 43 hectares, «aplica metodologias de agricultura regenerativa e de recuperação de ecossistemas para melhorar a qualidade do solo, a disponibilidade de água, a biodiversidade e os meios de subsistência locais. É membro activo das Comunidades de Restauração de Ecossistemas, agrupamento de 60 centros globais que desenvolvem diversas iniciativas de restauração, reabilitando terras degradadas para criar ecossistemas florescentes».

original de Carlos Guerreiro

# OUTRAS ECONOMIAS

www.outraseconomias.pt

A revista Outras Economias é uma publicação multimédia quadrimestral sobre economia e alternativas económicas, lançada em setembro de 2023. Surge da constatação que muitas pessoas se consideram não-aptas ou sem legitimidade para pensarem, se pronunciarem ou agirem sobre questões económicas, o que gera um défice no debate democrático.

Sendo a economia uma dimensão que pesa fortemente sobre a vida das pessoas, das sociedades e dos ecossistemas, é fundamental que os cidadãos e as cidadãs possam dispor de chaves de descodificação para entenderem melhor esta realidade complexa e tenham acesso ao vasto campo de alternativas, isto é, a experiências de alteridade em relação ao modelo económico dominante, que têm sido construídas um pouco por todo o mundo, desde o final dos anos 60, do século passado, até hoje.

Através desta publicação, pretende-se produzir e difundir informações, reflexões e ferramentas que permitam entender melhor o sistema económico vigente e os seus impactos sobre a vida das pessoas e o meio ambiente, no Norte e no Sul geopolíticos, favorecendo o espírito crítico e posicionamentos e práticas individuais e coletivas solidárias, a nível local e global.

Cada edição é dedicada a um tema, explorando-o de forma aprofundada, com recurso a diferentes linguagens (áudio, vídeo, BD, etc.), procurando trazer vozes dos vários "nortes" e "suis" globais, numa abordagem de não-especialistas para não-especialistas. Conta também com uma secção fixa em que se disponibiliza informação sobre alternativas sócioeconómicas concretas, em todo o país e sobre eventos ligados às temáticas da revista.

Cada número é pensado em conjunto com pessoas e organizações ligadas ao tema. O conselho editorial muda, assim, a cada nova edição.

Neste suplemento, publicamos com o apoio do MAPA, alguns textos dos três números lançados até ao momento. Esta versão impressa, ainda que muito mais sucinta, representa a possibilidade de chegar a outras pessoas indo além do digital. Convidamos, de qualquer forma, à leitura e à escuta dos restantes conteúdos em www.outraseconomias.pt

Do primeiro número, "EconomiaS no plural", que deu o mote à revista, trazendo, por um lado, leituras críticas do sistema económico hegemónico, e por outro, uma panorâmica sobre visões e práticas alternativas ao mesmo, publicamos dois textos, um sobre o que se entende por "Outras Economias" e, outro, sobre práticas socioeconómicas presentes e passadas: os "comuns".

Do segundo número, "Estado de Emergência: justiça climática e justiça económica", trazemos o "Capitalismo contra o clima" que, de forma sintética, explica as relações entre a crise climática e o sistema capitalista, relações essas que são exploradas ao longo desse número. O terceiro número, "Economia e (neo)colonialismo" procurou trazer a atualidade do pensamento anticolonial para repensar o sistema económico mundial e exemplos concretos de neocolonialismo nos dias de hoje. Um desses casos, é o da moeda Franco CFA cujo texto aqui se republica.

# Outras Economias: de que se trata, afinal?

**GRAÇA ROJÃO**
REDE PARA O DECRESCIMENTO

texto **Hessel** / desenho **Inês Mendes**

As utopias realistas têm a capacidade de acionar uma visão crítica do presente e de estimular uma práxis emancipatória. É nesse quadro que têm nascido e ressurgido iniciativas que apostam na experimentação social de alternativas, animadas por horizontes utópicos transformadores.

As estratégias de erosão do capitalismo, como sugere Olin Wright, combinam a transformação intersticial com a transformação simbiótica, isto é, articulam, por um lado, utopias que nascem nas fissuras do capitalismo – de que as iniciativas alternativas são exemplo – com as lutas dentro do Estado, no sentido da regulação, através de ações como mobilizações cívicas que possam criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas transformadoras. Há um leque de estratégias complementares que podem ser animadas por quatro impulsos predominantes: resistir à tentação hegemónica do capitalismo, nomeadamente por via de ações de oposição, protestos contra políticas, etc.; fugir ao capitalismo através do reforço das relações económicas não-capitalistas, de que o ativismo comunitário e a economia solidária são exemplos; domesticar o capitalismo, isto é, mitigar ou neutralizar alguns dos seus males por via da provisão pública de bens e serviços, por exemplo, de educação e saúde; e desmontar o capitalismo, subtraindo espaços ao mercado, o que acontece, por exemplo, através da criação dos bens comuns que desafiam a lógica da propriedade privada individual.

Debruçamo-nos aqui sobre as iniciativas alternativas, pela sua capacidade de rasgarem outros futuros. Elas emergem da possibilidade de materializar utopias e constituem uma potência transformadora e mobilizadora da esperança, já que, com a sua ação, afirmam que um outro mundo é possível. Podem dizer respeito a práticas socioeconómicas ancestrais, que sobreviveram e se foram transformando, ou podem ser iniciativas mais recentes, que contrariam de forma consciente os princípios capitalistas.

Situam-se quer em contexto urbano, quer em contexto rural, sendo aqui frequentes as práticas tradicionais baseadas em relações de reciprocidade, por vezes informais e com raízes comunitárias. Em Portugal, as práticas não-mercantilizadas mais ancestrais estão bem patentes nas relações de solidariedade e de cooperação rurais, por exemplo na gestão dos baldios e na entreajuda nas colheitas, onde assumem um papel socioeconómico relevante. Também em contexto urbano encontramos iniciativas de base local apostadas na transformação social, algumas delas herdeiras das organizações de economia popular e de cooperação operária. Uma boa parte das iniciativas mais urbanas tem raízes no século XIX e no debate em torno da ideia de proteção social, que esteve na base do associativismo operário desse século e das suas dinâmicas de resistência, que criaram experiências solidárias de ajuda mútua (as mutualistas), de cooperação e associação, onde foi patente a recusa da descontextualização da dimensão económica das outras dimensões da vida, nomeadamente a política, a social e a educativa. Na segunda metade do século XIX e na passagem para o século XX surgiram estatutos específicos: cooperativas, mutualistas e associações que acabaram por fragmentar o movimento em torno de especificidades estatutárias e favoreceram a sua incorporação no sistema económico dominante, em detrimento da dimensão política transformadora por que se pautava o movimento operário inicial.

Mais recentemente, têm emergido de forma significativa iniciativas que se articulam com movimentos sociais marcados por um pensamento crítico face ao modelo capitalista. Este amplo leque de iniciativas não corresponde a um resquício do passado ou a um recanto para idealistas anti-sistema; configuram antes uma realidade emergente, que tem vindo a ganhar dimensão, ainda que as suas origens sejam seculares.

Estas experiências articulam o pensamento crítico com a ação emancipatória, através da experimentação de futuros alternativos, reforçando assim um campo que é fulcral para a criação de uma sociedade pós-capitalista. A transformação social não é neutra e a explicitação dos valores defendidos pelas iniciativas é relevante. De modo geral, elas escapam à lógica de acumulação e assumem preocupações com o bem comum, concedendo especial atenção à dimensão não monetarizada da economia; defendem uma redistribuição de recursos orientada por princípios de justiça social; procuram reforçar a autonomia económica dos territórios; implementam processos de democracia direta e de autogestão; assentam na ação coletiva e no reforço dos laços de confiança e valorizam a sustentabilidade ecológica e social.

**Estas experiências articulam o pensamento crítico com a ação emancipatória, através da experimentação de futuros alternativos, reforçando assim um campo que é fulcral para a criação de uma sociedade pós-capitalista.**

Estas iniciativas podem ser redes de consumo alimentar agroecológico e solidário, mercados de troca de bens e serviços, por vezes com moedas alternativas, bancos de tempo alicerçados na reciprocidade, hortas comunitárias conviviais, centros comunitários de fruição cultural autogeridos, redes de comércio justo, cooperativas integrais, etc. O seu potencial não é apenas económico, já que constituem também um campo de realização de experiências sociais e políticas.

Podem ser animadas por impulsos distintos: de resistência e oposição (anticapitalistas), de reforma ou mitigação (neocapitalistas) e de superação (ou pós-capitalistas). Estes impulsos ou posicionamentos nem sempre são mutuamente exclusivos. É frequente encontrarmos nas iniciativas uma combinação entre modos de resistência e adaptações funcionais. Por exemplo, as cooperativas de economia solidária, de modo geral, conseguem articular dinâmicas mercantis, através da produção ou venda de bens e serviços destinados ao mercado, com lógicas solidárias que não se orientam para a maximização do lucro e onde se destacam as relações de reciprocidade e entreajuda. Em muitas iniciativas, por exemplo nas que se situam no campo da produção agroecológica, podem conviver, lado a lado, pessoas que se assumem anticapitalistas e que procuram contribuir para uma transformação radical do sistema, com outras mais adaptadas, que pretendem apenas aceder a alimentos de qualidade a um preço mais satisfatório. É importante destacar que as iniciativas estabelecem uma relação tensa com o contexto em que atuam, isto é, com o pensamento patriarcal de dominação, a ideologia do crescimento económico e as práticas mercantilistas e consumistas. Porém, não existe uma realidade absolutamente dual entre economia capitalista e economias alternativas, mas sim situações diversas que podemos situar num continuum. As iniciativas podem incorporar lógicas que fazem parte da economia capitalista já que não operam completamente à margem.

A procura de compreensão destas iniciativas não poderá estar centrada em métricas ou critérios que lhes são alheios como, por exemplo, a viabilidade económico-mercantil. É importante atender à sua inserção num contexto social, cultural e político específico e atender às mudanças possíveis que elas desenham. Um dos desafios que poderá potenciar a sua capacidade transformadora passa pelo reforço de uma visão crítica e sistémica de transformação social, reconhecendo a inter-relação entre os diferentes sistemas de dominação, o que exige uma perspetiva feminista, que busque desmontar as relações de dominação patriarcal; um pensamento ecológico, que rompa com a lógica extrativista; e uma atitude solidária, de enraizamento local, porque a vida inscreve-se no território.

# Comuns

*Territórios Ocupados*, documentário de José Vieira (2022) é a história da violenta ocupação e florestação dos terrenos comunitários em 1941 contada pelo povo das serras do Caramulo.

**ÁLVARO FONSECA E GRAÇA ROJÃO**
REDE PARA O DECRESCIMENTO

Os comuns (também designados por "recursos comuns" ou "bens comuns") podem ser entendidos em dois sentidos principais: como um paradigma de governança e de gestão de recursos, e como um conjunto de práticas sociais em diversos campos da atividade humana. Como sistema de governança, a expressão refere-se às normas, regras e instituições ou comunidades que possibilitam a gestão compartilhada de recursos específicos. Como práticas sociais, são melhor compreendidos como processo social e deve falar-se em "fazer comum" ou "fazer os recursos comuns" (em inglês, foi criado o verbo *"commoning"*), em vez de considerar "recursos comuns" como uma coisa. Os comuns não são simplesmente bens coletivos materiais ou imateriais, mas sim processos de gestão compartilhada de tudo aquilo que uma comunidade (uma sociedade ou a humanidade como um todo) possui e gere em comum (ou deveria fazê-lo), constituindo, assim, uma perspetiva socioeconómica integrativa, alternativa às economias de mercado (capitalistas ou centralistas). O conjunto dos bens comuns que podem ser usados e geridos coletivamente inclui quer as dádivas da natureza (água, ar, solo, florestas, minérios, etc.), quer tudo o que a comunidade produz, como ferramentas, técnicas, conhecimento, espaços urbanos ou paisagens. Um recurso torna-se comum quando é cuidado por uma comunidade ou um coletivo. A comunidade, os bens/recursos e as regras de gestão são um todo integrado.

Embora este tipo de processo social seja comum a muitas sociedades humanas ao longo da história e seja ainda praticado por comunidades de povos originários, a designação pela qual é conhecido (*"commons"* em língua inglesa) surge na Inglaterra medieval com a Carta da Floresta (publicada uma década após a Magna Carta) que conferia às populações locais (as e os *"commoners"*) o direito de usufruto dos pastos e bosques de domínio senhorial. Esta prática viria a ser suprimida séculos mais tarde com a delimitação de propriedades ("*enclosures*") imposta pelos/as grandes proprietários/as que impediram o usufruto comum desses terrenos. A este processo veio juntar-se a apropriação e mercantilização de muitos bens comuns, estimuladas pelo colonialismo, pela industrialização e pelas economias de matriz capitalista. Durante o mesmo período e estendendo-se aos dias de hoje, estabeleceu-se uma outra abordagem para proteger certos recursos através do conceito de bem público, gerido pelo Estado. No entanto, é importante distinguir entre bens comuns (na aceção aqui adotada) e bens públicos, na medida em que diversos Estados, independentemente dos regimes políticos que os governam, têm vindo a gerir os seus bens públicos com base nas lógicas mercantis e empresariais das economias capitalistas. Os comuns constituem, portanto, uma alternativa, quer à gestão privada, quer à gestão pública dos bens comuns.

**Os comuns não são simplesmente bens coletivos materiais ou imateriais, mas sim processos de gestão compartilhada de tudo aquilo que uma comunidade (uma sociedade ou a humanidade como um todo) possui e gere em comum (ou deveria fazê-lo).**

Modernamente, o conceito de comuns ressurgiu com a publicação em 1968 do ensaio «*The tragedy of the commons*», onde o ecologista Garrett Hardin fez uma leitura enviesada do tema ao atribuir erradamente a um bem comum a aceção de bem de acesso livre que conduziria inevitavelmente à sua sobre-exploração, dada a alegada incapacidade dos membros de uma comunidade de refrear racionalmente o uso desse bem. Hardin defendia como soluções práticas a propriedade privada, como forma de proteger a exclusividade e uso racional do bem, ou o controle e a coerção exercidos por parte das autoridades no uso de bens públicos.

Os trabalhos da politóloga e economista Elinor Ostrom (que lhe valeriam o prémio Nobel) vieram repor a visão original de comuns, estendendo também o conceito de bem comum à propriedade intelectual e ao conhecimento na era digital e da internet, que, por sua vez, originou os conceitos de *"knowledge commons"*, de *"creative commons"* ou de *"open source"*. Ostrom definiu em «*Governing the commons*» de 1990 um conjunto de condições para que a (auto) gestão coletiva dos comuns seja simultaneamente sustentável e garanta a prosperidade das comunidades: limites claramente definidos, efetiva exclusão de partes não autorizadas, regras adaptadas localmente para a apropriação e provisão de recursos, sistemas de decisão coletiva (que permitam a participação da maioria), monitorização, sanções graduais para o não-cumprimento de regras, mecanismos facilmente acessíveis de resolução de conflitos e reconhecimento por parte de autoridades de nível mais abrangente.

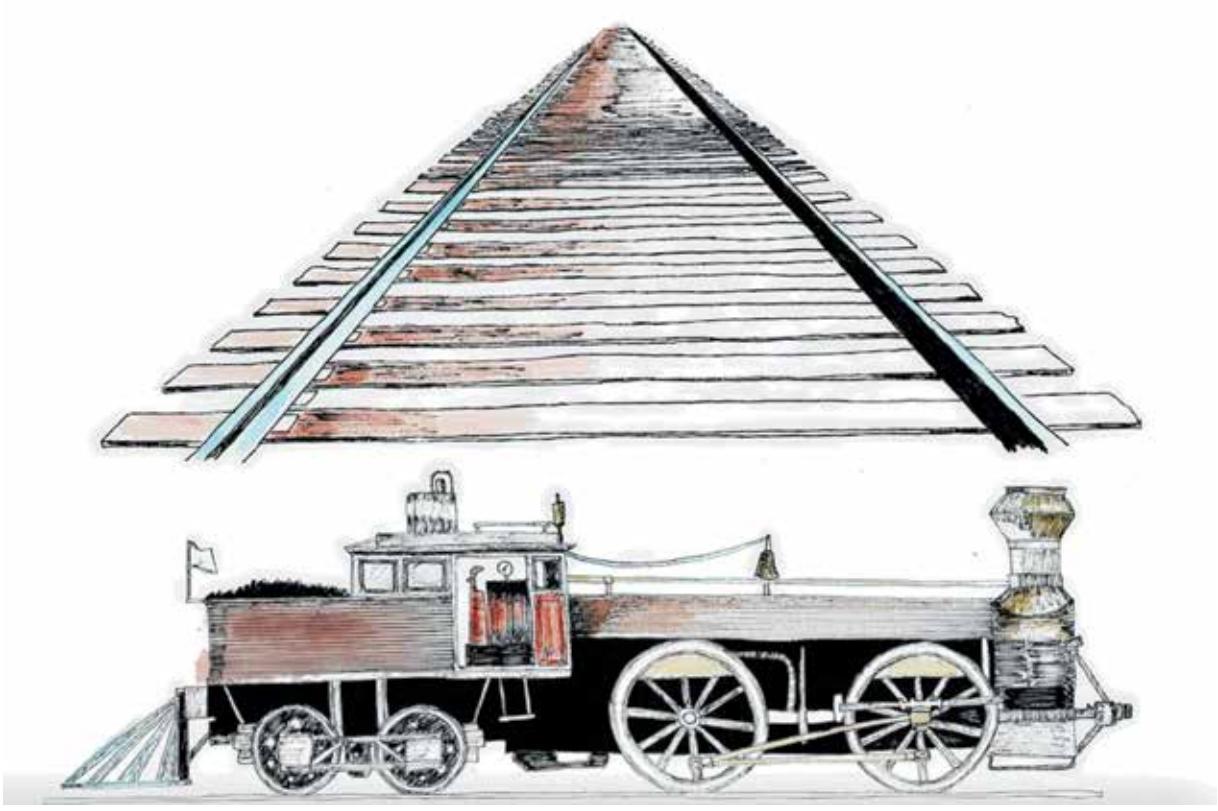
Tem havido nas últimas décadas vários exemplos de tentativas mais ou menos bem sucedidas de pôr em prática o conceito de comuns no sentido de evitar a sua privatização e/ou sua depredação, que vão desde iniciativas relacionadas com o acesso à água na Bolívia ou em Itália, ou as atribuições de sujeito legal de direito e de gestão comunitária a rios na Nova Zelândia, na Índia, na Colômbia e no Canadá, às iniciativas relacionadas com o acesso livre ao conhecimento: intelectual (*"creative commons"*), científico (*"open access"*) ou informático (*"software livre"*). Em Portugal, podem destacar-se os baldios como práticas de gestão comunitária de território comum, que ainda estão ativos em algumas regiões.

Quem defende os comuns tende a estabelecer uma "lógica da abundância" (em oposição à "lógica da escassez" do capitalismo), que sustenta que será possível produzir o suficiente para todos os seres humanos se se conseguir desenvolver uma abundância de relacionamentos, redes e formas de governança cooperativa. Neste e noutros aspetos, esta abordagem aproxima-se das propostas de outras alternativas socioeconómicas como o decrescimento, o ecofeminismo ou o "Buen Vivir".

Como tal, os comuns sugerem soluções radicalmente democráticas e baseadas no cuidado (como princípio unificador da gestão dos diferentes tipos de bens comuns), que não oponham as preocupações ambientais à justiça social. Os princípios do "fazer comum" não precisam de crescimento económico para prosperar: ajudam a substituir o imperativo cultural de "ter mais" das economias mercantis (capitalistas ou centralistas) por práticas sociais alternativas que privilegiam o "fazer juntos" em detrimento do "ter" e do "competir" na construção da prosperidade coletiva.

O foco mais recente do movimento dos comuns nos direitos de propriedade (intelectual/cultural) teve a virtude de abalar pilares fundamentais da economia de mercado capitalista e crescentista. Se "a economia" for reimaginada através das noções centrais dos comuns, como produção e gestão distribuídas, modularidade, propriedade coletiva e cuidado (ética ambiental, social e cultural), é possível conceber a ideia de um sistema económico que providencie qualidade de vida de forma equitativa, ao mesmo tempo em que se rejeitam noções e instituições capitalistas e mercantis: grandes corporações, mercados globais, concorrência, trabalho precário.

# O capitalismo contra o clima



TEXTO E ILUSTRAÇÕES **JOÃO CAMARGO**
ATIVISTA DO CLIMÁXIMO E INVESTIGADOR
EM ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Não é raro falarmos de capitalismo "fóssil", mas o objetivo desta formulação é apenas tornar clara a origem da crise climática: a queima de combustíveis fósseis. Poderia haver quem argumentasse que, se há um capitalismo fóssil, também haveria "verde". Essa é, no entanto, uma impossibilidade. O capitalismo não pode não usar combustíveis fósseis. Não significa que não possa também usar outras formas de energia. A ligação entre capitalismo e combustíveis fósseis é absoluta, como é, portanto, a ligação entre o capitalismo e a crise climática.

É preciso ser claro: o capitalismo criou a crise climática. É preciso ser mais claro ainda do que isto: o capitalismo criou e sabia há muito que criou a crise climática. Além disso, é preciso dizer que o capitalismo é e será incapaz de travar a crise climática.

Tendemos a assumir que o capitalismo é o estado natural das coisas porque somos permanentemente bombardeados na guerra cultural que fez das nossas cabeças e da nossa imaginação um campo de batalha sobre o que é ou não possível. Desde a cultura dominante no capitalismo às notícias, às redes sociais, tudo nos diz que o mundo é isto e não pode ser isto. No entanto, sabemos que somos uma espécie que tem entre 200 e 300 mil anos de existência. Também sabemos que só nos últimos 12.000 anos surgiram as condições para o aparecimento de agricultura, de grandes aglomerados populacionais e da "civilização" como a conhecemos. Foi o clima do Holoceno que nos permitiu essa evolução. O capitalismo como forma de produção e organização social não tem muito mais de 200 anos, apesar das suas alianças com outras formas antigas de organização repressiva, como o patriarcado e o colonialismo. A lengalenga de que a maneira como alguns grupos se comportam em capitalismo é "natureza humana" não passa disso mesmo - uma lengalenga. Como todas as lengalengas, tem aderentes. O que eles querem conformar é a ideia de que não há alternativa a este sistema, e que, portanto, devemos simplesmente aceitar que é assim. Apesar de termos vivido enquanto espécie neste planeta durante pelo menos 198.800 anos sem capitalismo, e apesar de termos agricultura, aglomerados populacionais e civilização há pelo menos 11800 sem capitalismo. Apesar disto, dizem-nos que não há alternativa ao capitalismo. Sim, é ridículo e não passa qualquer crivo histórico ou científico.

Em 2006, Sir Nicholas Stern escreveu no seu livro "The Economics of Climate Change", que as alterações climáticas eram a maior falha de mercado que o mundo já viu. Stern reconhecia que havia um grave problema "o maior que o mundo já viu", mas chamava-lhe uma "falha". Não é verdade. O capitalismo necessitou e necessita ignorar os efeitos das suas atividades para funcionar. Se o capitalismo tivesse de pagar a degradação ambiental que as suas atividades produzem, teria de abdicar dos seus lucros e, portanto, deixaria de funcionar.

O capitalismo tem de desprezar o facto básico de os recursos humanos serem não só escassos como finitos, razão pela qual encoraja permanentemente (e além da cultura, a publicidade tem aqui um papel essencial) produtores e consumidores a gastar os recursos de acordo com o ritmo das "condições de mercado".

Mercado é uma palavra-chave em capitalismo. De acordo com a Investopedia, um "mercado é um lugar onde as partes se juntam para facilitar a troca de bens e serviços, tendo compradores e vendedores, podendo ser físico ou virtual". Além disso, algumas características chave do mercado incluem a "disponibilidade de um local, compradores e vendedores e uma mercadoria que possa ser comprada e vendida". Este mercado, em particular os "mercados internacionais", não são algo que nós consigamos ver ou participar. Talvez seja mais simples explicar que mercados são pessoas ricas que decidem o que comprar e vender, porque essa definição descreve a quase totalidade dos mercados nacionais e internacionais. Não é uma entidade abstrata: tem nomes, moradas e interesses representados em bolsa.

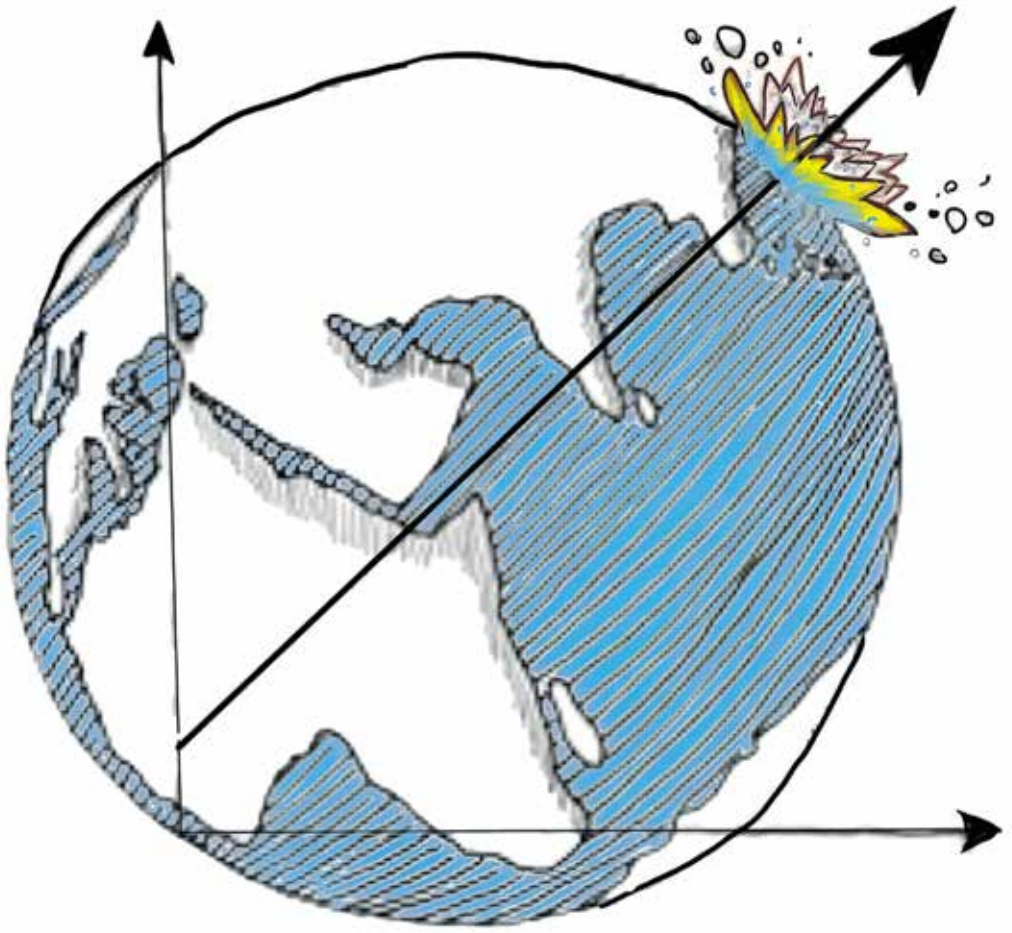
**As decisões tecnológicas foram sempre orientadas por relações de poder e não de racionalidade energética.**

O capitalismo necessita que tudo seja mercadoria e, portanto, transacionável - recursos, naturais, plantas, animais, o clima, as emissões - mesmo que o seu valor seja incalculável, como a capacidade que as plantas têm para fornecer oxigénio. Algo que não possa ser transacionável entre os ricos ("mercados") tende a ser ignorado em capitalismo porque não tem valor de troca e, portanto, não poderá render imediatamente a alguém. Isso pode ser algo como a dignidade ou direitos humanos, como pode ser a habitabilidade de um território, o colapso de um ecossistema terrestre ou a vida de uma comunidade. A atribuição de um valor monetário a qualquer um destes é um processo de alienação, até porque um valor monetário, uma "moeda", seja ela qual for, depende apenas de uma crença e não tem qualquer correspondente material.

No livro "Capital Fóssil" de Andreas Malm, ele explica-nos a origem e fusão completa entre o capitalismo e os combustíveis fósseis, a partir do início da revolução industrial. O abandono da utilização da água como fonte de energia, trocada pelo carvão e o vapor não foram apenas um "avanço tecnológico", como tantas vezes nos explicam em livros de história: foram uma maneira de aumentar o controlo sobre a maneira como se produzia e, principalmente, sobre quem produzia. O carvão e, mais tarde, o petróleo e o gás, ganharam sobre a água e o sol como fontes de energia porque permitiram aumentar o controlo dos patrões sobre quem trabalhava, aumentando simultaneamente o poder da burguesia industrial sobre o Estado. Permitiram construir fábricas longe da água e ignorar as horas do dia, colocando quem trabalha - crianças, mulheres, homens, idosos - a trabalhar todas as horas do dia, 14 a 16 horas por dia, seis dias por semana. A concentração da energia também permitiu arruinar pequenos produtores que não tinham capacidade de produzir à mesma velocidade e com a mesma quantidade das fábricas, que se desenvolviam à volta dos motores a carvão. Além disso, o carvão (como o petróleo e o gás) são matérias cuja extração é de muito maior dificuldade, tendendo a criar grandes monopólios. Os combustíveis fósseis fazem parte integral das relações de propriedade burguesas: foi o carvão que criou a grande fábrica e o proletariado industrial. A "transição" para o carvão foi uma decisão deliberada e extremamente útil para consolidar o capitalismo como modo de produção, tal como as inúmeras decisões tecnológicas que se sucederam desde o final do séc. XVIII. As decisões tecnológicas foram sempre orientadas por relações de poder e não de racionalidade energética.

Além das turbinas a carvão e petróleo, em 1804 foi criada a primeira locomotiva a carvão em Inglaterra. As locomotivas a vapor e a petróleo continuaram a evoluir e a ser adaptadas a vários usos, desde os comboios às fábricas e aos barcos, permitindo a explosão de produção e distribuição de produtos, que levou ao êxodo rural das populações do campo para as cidades e as indústrias, que continuou durante os séculos seguintes. Os caminhos de ferro foram-se expandindo, como o foi também a navegação marítima alimentada agora

**Enquanto houver capitalismo, a crise climática continuará sempre a exprimir-se como uma crise de custo de vida, em que nós pagaremos os prejuízos e os lucros das elites capitalistas, que nunca pararão.**



não apenas a ventos e marés, mas também a carvão e petróleo - isto tornou o mundo mais pequeno, aumentou o comércio, a extração de matérias-primas em todos os continentes e o modelo de desenvolvimento industrial capitalista.

Os combustíveis fósseis têm outra vantagem sobre as energias eólica, solar e da água - são uma pilha, têm energia solar armazenada, pois são o resultado da degradação de seres vivos há milhões de anos. Como estavam no subsolo, estavam fora do sistema biológico de circulação. Podem ser transportados e armazenados para ser consumidos a qualquer altura. E a sua queima liberta na atmosfera o dióxido de carbono que tinha sido fixado pelos seres vivos enquanto estavam vivos.

Em 1864 Nikolaus Otto inventou o motor a 4 tempos, que deu origem aos motores a gasolina e a diesel. Simultaneamente, o motor elétrico também era desenvolvido, mas a sua menor rentabilidade e predisposição a controlo monopolista colocou-o sempre em segundo plano. O primeiro carro a combustíveis fósseis foi inventado no séc. XIX, tal como o primeiro carro elétrico - o segundo praticamente desapareceu durante mais de 100 anos.

O Ford-T foi o primeiro automóvel produzido em massa numa fábrica, e o seu objetivo era ser barato e acessível a milhões. Entre 1908 e 1927 foram produzidos 15 milhões de Ford-Ts. Desde o início do século passado cerca de 3 mil milhões de carros foram produzidos, tornando-se um dos principais meios de transporte do planeta, e criando inúmeros monopólios simultâneos - da produção dos automóveis, das peças, do combustível, da construção das estradas, etc.

Nos anos 30 do século passado foi inventada a turbina a jato, que lançaria o transporte aéreo, também a combustíveis fósseis, e que se foi desenvolvendo para ocupar o espaço das viagens cada vez mais curtas, substituindo barcos e comboios.

A eletrificação das sociedades e economias ocidentais exigiu a criação de grandes centrais elétricas, cujos proprietários tinham forte poder sobre a sociedade (seja pelo preço da energia, seja pela quantidade e regularidade de abastecimento). Eletricidade, fábricas, portos, aeroportos e estradas, todos dependentes de combustíveis fósseis, são expressão mais clara de como o capitalismo é e só pode ser capitalismo fóssil.

O capitalismo não pretende produzir bens e serviços, mas sim capital e acumulação. Se para isso tiver de destruir o planeta, fá-lo-á sem problemas, a não ser que seja travado. Mas também é flexível e, por isso, quando os capitalistas deixam de conseguir acumular riqueza a ritmos crescentes, ou quando vêm uma oportunidade, "inovam" e tornam-se "empreendedores". Por isso hoje se fala tanto de coisas intangíveis como criptomoedas ou inteligência artificial. Mas isto também acontece com as alterações climáticas. Mesmo boas ideias de solução são corrompidas pela lógica de expansão, conquista e monopólio.

O capitalismo não tem ferramentas para resolver as alterações climáticas. Isso não significa que não procure atalhos e soluções de continuidade, criando ideias como "desenvolvimento sustentável" ou "capitalismo verde", noções que tentam conciliar o inconciliável, forçadas a entrar numa mesma expressão e que significam um vazio total.

Crescer significa: "aumentar naturalmente em tamanho pela adição de material através de assimilação ou acréscimo" e desenvolver-se significa "expandir ou realizar os potenciais de; trazer gradualmente a um estado mais completo, maior ou melhor".

Quando algo cresce, fica maior. Quando algo se desenvolve, torna-se diferente. O ecossistema terrestre desenvolve-se (evolui) mas não cresce além de certos limites. A economia, como subsistema do ecossistema terrestre, deve finalmente parar de crescer, mas pode continuar a desenvolver-se. O capitalismo não aceita esta premissa porque ela implica travar a acumulação de capital.

A gigante confusão entre crescimento e desenvolvimento é o terreno fértil em que o capitalismo quer ser eterno. Infelizmente esta confusão domina e é por isso que se alimenta a ideia errada de que, para haver empregos, é preciso destruir o ambiente e o clima. O capitalismo diz-nos que abdicar dos combustíveis fósseis é escolher viver nas cavernas, quando a realidade é que continuar a usar combustíveis fósseis significará, na melhor das hipóteses, viver nas cavernas. O mundo já está fundamentalmente diferente daquele em que o capitalismo se desenvolveu e prosperou. Agora só degradando cada vez mais e muitas vezes de forma irreversível o trabalho, o ambiente e o clima poderá continuar a manter as suas taxas de retorno, os seus lucros, a sua extração de mais-valia.

**O capitalismo não pode não usar combustíveis fósseis.**

A austeridade é um sintoma disso mesmo, como é a crise do custo de vida, que hoje já tem como fonte direta o preço dos combustíveis fósseis e a crescente escassez material ligada à crise climática. Enquanto houve capitalismo, a crise climática continuará sempre a exprimir-se como uma crise de custo de vida, em que nós pagaremos os prejuízos e os lucros das elites capitalistas, que nunca pararão.

O capitalismo considera mesmo que a escassez de estabilidade climática pode ser uma oportunidade de negócio a ser aproveitado por aqueles que possuem capital e tecnologia para aproveitar o momento.

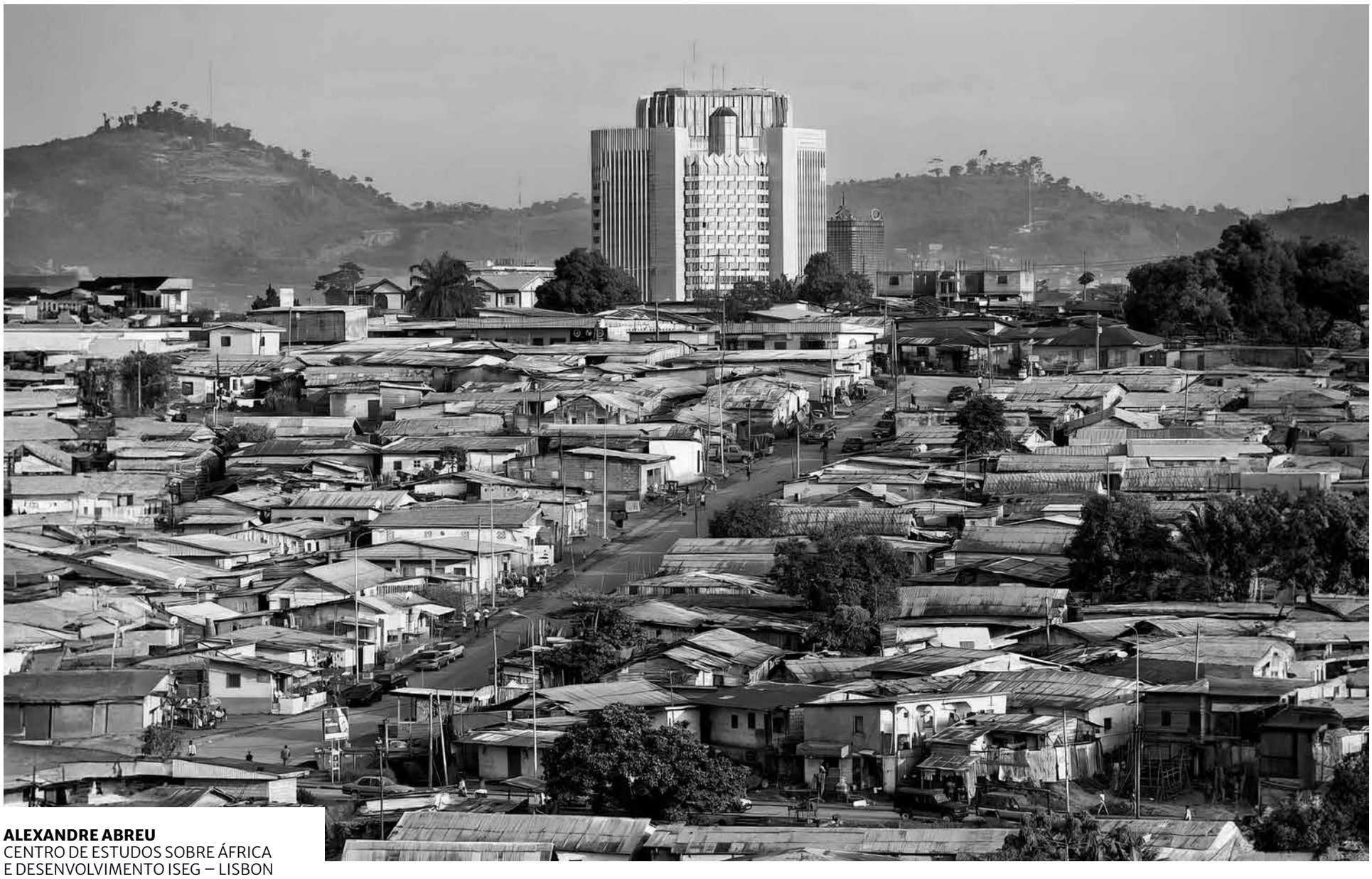
Como o capitalismo nunca aceita perder, além das "oportunidades" no combate às alterações climáticas também vê "oportunidades" no caos climático. O frenesim das seguradoras e das resseguradoras é total, e a financeirização uma necessidade. Assim, o capitalismo procura rentabilizar já não só futuros lucros como lucrar com as catástrofes. Nos últimos anos houve uma explosão financeira para transferir riscos climáticos através de derivativos climatéricos e títulos de catástrofe (cat bonds).

"Descarbonizar" a economia, por outro lado, é um jogo de palavras proclamado por vários governos e empresas, sempre que não se pára a utilização de combustíveis fósseis, que não se encerram indústrias com elevadas emissões, sempre que não se transformam os transportes e a produção agro-pecuária e florestal. Renováveis não tiram dióxido de carbono da atmosfera e os novos modelos de renováveis estão a mimetizar os monopólios fósseis e são mesmo algumas destas empresas que já dominam o novo sector: com grandes centrais, grandes redes de distribuição e a manutenção do poder nas mãos dos "mercados".

Em muitos locais do mundo as alternativas já existem e estão a ser praticadas: a permacultura, a democracia energética, a revolução alimentar, o combate às energias fósseis em funcionamento, os transportes alternativos. No entanto, a escala a que estas alternativas estão a ser praticadas é residual e estas são mantidas na marginalidade pelas leis que defendem o status quo, o poder como ele sempre foi e, acima de tudo, a propriedade.

O capitalismo não poderá jamais abdicar de lucro, e há mais reservas de petróleo e gás no subsolo do que aquelas que queimámos até hoje - e é por isso que até hoje as emissões nunca pararam de aumentar. Eles não têm alternativa a fazer todo o lucro que possam e por isso têm de ser derrubados para poder continuar a haver Humanidade.

# O franco CFA: legado colonial com repercussões atuais



**ALEXANDRE ABREU**
CENTRO DE ESTUDOS SOBRE ÁFRICA E DESENVOLVIMENTO ISEG – LISBON SCHOOL OF ECONOMICS AND MANAGEMENT, UNIVERSIDADE DE LISBOA

O franco CFA (de "Communauté Financière Africaine": Comunidade Financeira Africana) é o nome genérico dado a duas moedas – o franco CFA Ocidental e o franco CFA Central – utilizadas em 14 países africanos. Legado do período colonial (o significado original de CFA, aquando da criação desta moeda em 1945, era "Colonies Françaises d'Afrique"), trata-se de um arranjo monetário que tem persistido, com algumas transformações, ao longo das mais de seis décadas de independência das ex-colónias francesas em África. Quer pelo significado político e simbólico da relação tutelar por parte de França, a antiga potência colonial, quer pelos constrangimentos económicos efetivos que representa segundo muitos pontos de vista (ainda que outros contraponham alegadas vantagens), o franco CFA é muito controverso e tem constituído um importante foco de contestação política.

Embora falemos correntemente do franco CFA, trata-se em rigor de duas moedas distintas, com organismos e mecanismos de gestão próprios (designadamente, bancos centrais distintos: o BCEAO – Banco Central dos Estados da África Ocidental, com sede no Senegal, e o BEAC – Banco dos Estados da África Central, sediado nos Camarões), bem como notas e moedas físicas de aparência distinta, sendo necessário proceder à conversão de uma moeda para a outra nas transações realizadas entre agentes económicos dos dois espaços subregionais.

No entanto, estas duas moedas são, em geral, vistas e discutidas conjuntamente como uma mesma instituição monetária, na medida em que apresentam a mesma paridade (de um para um relativamente à outra; e fixa face ao euro em 1 euro = 655,957 francos CFA), uma origem e trajetória comuns e um mesmo conjunto de arranjos institucionais, que incluem a já referida paridade fixa[1] face ao euro e a relação de tutela por parte do Tesouro francês.

O franco CFA Ocidental circula em sete ex-colónias francesas da África Ocidental (Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo) e numa ex-colónia portuguesa, a Guiné-Bissau, que aderiu a este espaço monetário em 1997. Por sua vez, o franco CFA Central é a moeda oficial de outras cinco ex-colónias francesas (Camarões, Chade, Gabão, República Centro-Africana e República do Congo) e, desde 1984, uma ex-colónia espanhola, a Guiné Equatorial. Originalmente, tratava-se das moedas, vinculadas ao franco francês, utilizadas no final do período colonial nos dois grandes espaços administrativos em que se encontravam federadas as colónias francesas em África: a África Ocidental Francesa e a África Central Francesa.

**O franco CFA foi um de vários mecanismos que garantiram a persistência de formas de tutela formal ou influência informal neocoloniais por parte da França.**

Na sequência dos processos de independência destes países, que como é conhecido assumiram um caráter de maior continuidade e menor rutura do que noutros contextos de descolonização, o franco CFA foi um de vários mecanismos que garantiram a persistência de formas de tutela formal ou influência informal neocoloniais por parte da França, por vezes designada por Françafrique. No caso do franco CFA, isso ocorreu por três vias principais: a existência de uma paridade fixa face ao franco francês (e posteriormente em relação ao euro); a participação de representantes do governo francês nos órgãos de decisão do BEAC e, até 2019, do BCEAO; e, também até 2019, a detenção pelo Tesouro francês, em Paris, de 50% das reservas de divisas (outras moedas estrangeiras) dos países participantes nestas uniões monetárias, como contrapartida da garantia de convertibilidade das duas moedas em caso de crise cambial.

Os mecanismos de tutela formal referidos no parágrafo anterior têm sido um foco óbvio de crítica nos planos simbólico e político. Apesar de atenuados nas reformas de 2019, continuam a constituir uma forma de dependência neocolonial e soberania incompleta por parte dos países africanos participantes. Acrescem a isso as limitações económicas efetivas associadas à pertença a uniões monetárias com estas características e que são talvez mais facilmente entendíveis por referência aos debates sobre o euro: tal como sucede no caso da moeda única europeia, a pertença a uma união monetária

**A pertença a uma união monetária impede a utilização da política monetária de uma forma que seja simultaneamente adequada às diferentes circunstâncias e necessidades, nomeadamente em termos de condições de desemprego, inflação e ciclo económico, de cada país.**

impede a utilização da política monetária de uma forma que seja simultaneamente adequada às diferentes circunstâncias e necessidades, nomeadamente em termos de condições de desemprego, inflação e ciclo económico, de cada país. Também tal como no caso do euro, as economias com estruturas produtivas mais fracas tendem a ver a sua competitividade comprometida pela adesão a uma moeda relativamente forte, enquanto as economias mais fortes recebem um estímulo artificial à sua competitividade por via da adesão a uma moeda que, para si, é relativamente fraca.

Ora, se estes mecanismos operam já de forma significativa no caso do euro, o seu efeito é ainda mais intenso no caso do franco CFA, na medida em que este se encontra vinculado numa paridade fixa face ao euro e, nessa medida, constitui uma extensão da zona euro por via da incorporação de economias com padrões de especialização ainda mais frágeis do que os das economias europeias periféricas. O franco CFA constitui assim uma dupla zona monetária, que integra os países das duas subregiões entre si e os articula numa união monetária com o euro, implicando uma perda crónica de competitividade e fortes constrangimentos ao desenvolvimento económico das economias africanas participantes. A participação numa união monetária caracterizada por uma paridade externa fixa e insustentavelmente forte implica que o franco CFA constitua uma penalização permanente sobre as exportações destes países e um subsídio às suas importações – o que compromete a transformação estrutural e qualificação destas economias[2].

Assim sendo, a pergunta óbvia a fazer é porque é que o arranjo se mantém e os países não o abandonam. Alguns já o fizeram, na verdade (como o Mali em 1962), mas é igualmente verdade que outros decidiram, entretanto, aderir (como a Guiné-Bissau em 1997). Os argumentos invocados em termos de vantagens do franco CFA incluem o maior controlo da inflação e a maior estabilidade cambial, bem como a maior previsibilidade para investidores estrangeiros e parceiros comerciais internacionais. Trata-se, segundo argumentam os seus defensores, de motivos análogos aos que levam outras pequenas economias em desenvolvimento a adotarem o dólar como moeda oficial, ou uma paridade fixa face ao dólar. Do ponto de vista da economia política, porém, não podemos deixar de considerar que outros motivos concorrem para explicar a persistência do franco CFA, como a proximidade das elites políticas de muitos destes países relativamente aos interesses franceses e as vantagens que uma paridade cambial forte representa para elites económicas que pretendem transferir a sua riqueza para o exterior.

Por tudo isto, a abolição do franco CFA enquanto relíquia anacrónica do período colonial e mecanismo de subordinação neocolonial tem sido uma exigência manifestada sobretudo por pensadores, movimentos sociais e forças políticas conotadas com posições mais panafricanistas, radicais e críticas, e menos um projeto político-económico sólido dos próprios governos. Isso está, no entanto, a mudar rapidamente, principalmente no contexto dos países francófonos, como o Burkina Faso, Gabão e Níger, onde nos últimos anos tiveram lugar golpes de Estado assumidamente hostis aos interesses franceses.

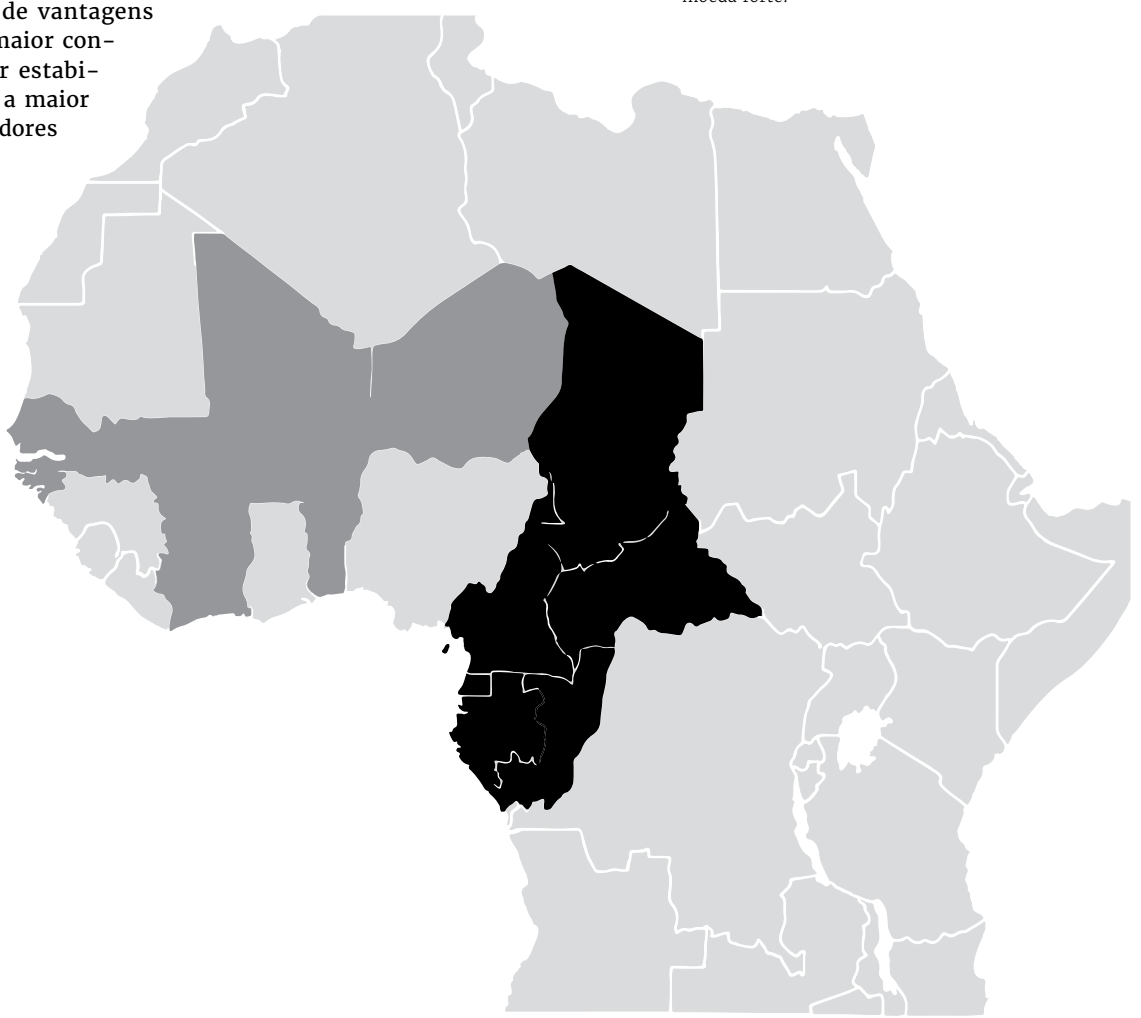
Para um futuro para lá do franco CFA, são várias as alternativas que têm sido propostas: da fragmentação destas uniões monetárias em moedas nacionais, articuladas de modo flexível, à substituição do franco CFA por moedas supranacionais africanas sem a dimensão de subordinação neocolonial. As próprias organizações supranacionais africanas, como a CEDEAO, na África Ocidental, ou a própria União Africana, têm há largos anos planos de longo prazo no sentido da integração monetária e cambial e criação de moedas próprias, mas estes têm avançado de forma muito lenta, com sucessivos adiamentos dos prazos indicativos apontados. Enquanto isso, o franco CFA e os constrangimentos que lhe estão associados vão persistindo, mesmo no contexto da uma Françafrique em acelerada decomposição.

**NOTAS**

**1** O regime de paridade fixa significa que não há variações da taxa de cambio entre uma moeda e outra, que serve de referência (o Dólar ou o Euro, por exemplo), o que é o caso entre o Euro e o Franco CFA. A paridade fixa é um instrumento de política económica, resulta de uma decisão de regulação. O contrário é o regime de cambio flutuante, em que não há regulação. É a procura e oferta de uma moeda no mercado cambial que fixa o seu valor em relação a outra, sem intervenção de um Estado ou de uma instância supranacional.

**2** Quando um país com moeda mais fraca compra a um país com moeda forte, tem que usar muito mais da sua moeda para compensar o valor da moeda forte.

| MOEDA FORTE | |
|---|---|
| EXPORTAÇÕES | MAIS CARAS |
| PORQUÊ? | Os países de moeda mais fraca devem gastar mais da sua própria moeda para compensar o valor mais alto da moeda do país exportador. |
| IMPORTAÇÕES | MAIS BARATAS |
| PORQUÊ? | O país importador com moeda forte gasta menos unidades monetárias da sua própria moeda para comprar a um país com moeda mais fraca. |



*Países que utilizam o franco CFA (Africa Oeste)*
*Países que utilizam o franco CFA (Africa Central)*

# Uma vida além da revista...

A equipa editorial da revista organiza, à volta de cada número, atividades educativas e de debate, conferências, mesas redondas, encontros, formações para educadores e educadoras, sessões em escolas e universidades, entre outros.

É com este intuito, o de "prolongar o ciclo de vida" da revista, que, por exemplo, cada edição integra uma proposta pedagógica destinada a educadores e educadoras que queiram aprofundar o tema do número. Assente em métodos ativos e experienciais, estas propostas adequam-se tanto ao contexto não-formal como ao setor formal de ensino, nas disciplinas de economia, de geografia ou ainda no quadro da Cidadania e Desenvolvimento. No número 3, por exemplo, propomos uma sequência pedagógica que se inicia no tema da troca direta ou indireta e acaba na organização de uma feira de trocas com uma moeda local. O número 2, entre outros temas, interroga as noções de competição e cooperação ou de desigualdade, através de dinâmicas que permitem sentir na pele, de maneira mais sensível, o sentido e o impacto destas palavras.

Para dinamizar estas propostas pedagógicas e estimular a sua utilização no seio da escola, organizamos sessões de formação, acreditadas, e até agora realizadas on-line, para professores e professoras. Temos sentido ao longo deste percurso e dos encontros com o pessoal docente quão necessárias e bem vindas são estas propostas que sugerem, efetivamente, olhares diferentes sobre a nossa realidade, tentando quebrar a forte tendência de reprodução do sistema que pauta o setor formal de ensino. Estas formações respondem também a necessidades objetivas dos professores e professoras em encontrar ferramentas e metodologias úteis e concretas para usar na sala de aula e, neste quadro, além das sugestões da revista, as trocas entre pares, as partilhas de experiências entre educadores e educadoras encontram nestas sessões um espaço privilegiado.

Para fazer viver a revista "fora da revista" (e fora de Lisboa!), organizamos também, em colaboração com outros atores associativos, apresentações e debates temáticos, como foi o caso com a livraria Gato Vadio, no Porto ou com a cooperativa Coolabora, na Covilhã. Para ir um pouco mais a fundo nos temas da revista, organizamos círculos de leitura, centrados em artigos específicos da revista. Em abril, focámo-nos no artigo *A Terra levanta-se! Autonomia, campesinato e lutas climáticas*, do número 2 e em maio, o Climáximo organizou um ciclo sobre a ligação entre capitalismo e combustíveis fósseis, a partir, entre outros artigos desta edição, do texto O capitalismo contra o clima que consta deste suplemento.

Querem organizar algo connosco? Um debate, uma sessão de lançamento de um número, uma formação? Não hesitem em contactar-nos. Vamos falando!

## 4°C depois...

texto **Hessel** / desenho **Inês Mendes**

**Textos** Alexandre Abreu, Álvaro Fonseca, CIDAC, Graça Rojão, João Camargo
**Imagens e ilustrações** Carlos Guerreiro (https://carlosguerreiro.eu), João Camargo
**Banda Desenhada** Hessel (guião) Inês Mendes (desenho)
**Paginação e concepção gráfica** Ana Farias / Jornal MAPA
**Editor** CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

50 anos CIDAC

**Com o apoio de:**
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional

CC BY NC ND

# Um retrato tecno-industrial

**GASTÃO DE LIZ**

Recentemente os *mass media*, isto é, «os meios de formação de massas» (Agustin Calvo) destacaram as seguintes notícias: 1. Uma rede criminosa familiar foi acusada de inúmeras vendas de droga. Para a traficar utilizava uma trotinete eléctrica. 2. Algumas escolas básicas decidiram proibir o uso de telemóveis. Os especialistas falam de perturbações mentais entre os jovens causadas pela sua utilização. E como «90% usam os instrumentos digitais na presença de amigos, colegas e familiares», e os usam para fins não desejados, os alunos têm de deixar o *gadget* à porta.

Qual é a relação entre uma trotinete eléctrica usada por uma família para o tráfico de droga e um telemóvel usado por crianças «como forma de socialização» entre elas?

Contrariamente a todos aqueles que afirmam a neutralidade da *técnica* (os tecnofílicos), ela não é neutra mas ambivalente (Jacques Ellul). Não depende das boas ou más mãos, das más ou boas intenções (o inferno está cheio delas!). Os dois lados são inseparáveis. Assim, o destino da trotinete enquanto meio para o tráfico de droga (como de resto o do carro, do barco ou do submarino, todos eléctricos e aptos para todo o tipo de tráfico), talvez não tenha sido nem previsto nem desejado pelos seus inventores e fabricantes quando os produziram pela primeira vez. Mas o facto é que todos os meios técnicos encontraram a sua utilização não só na guerra convencional, como na guerra pela sobrevivência quotidiana. Logo que nascem, as técnicas industriais já estão a ser chamadas para uma utilização, muitas vezes, não desejada pelos inventores. A trotinete não fica de fora. Ela é mais uma inovação, mais um triunfo da civilização, fruto maravilhoso do dinheiro e da tecno-ciência. Surgiu como mais uma prótese. Considerada como veículo eco-sustentável, vindo substituir as pernas, acaba na realidade por contribuir bastante para a poluição e o desperdício. Por via do seu carácter ambivalente pode ser usada para circular e entreter, para agredir e roubar ou para traficar droga. «Tudo o que pode ser feito, faz-se!» e «Tirar todo o partido da tecnologia», são slogans publicitários do capitalismo tecno-industrial em voga. Afinal, a família acusada de usar a trotinete para fins criminosos cumpriu as frases de ordem à risca.

Passando para o telemóvel, este distingue-se da trotinete eléctrica pelas suas múltiplas funções. Da mesma maneira que o canivete suíço no seu auge servia para tudo, o telemóvel serve hoje para quase tudo. Adereço imposto, obrigatório para tudo e mais alguma coisa, tornou-se o «fiel amigo», totalitário. O telemóvel dá super-poderes aos utilizadores porque vigia, porque a vida íntima se torna pública, porque a miniaturização de uma técnica é a miniaturização do Poder. «É dando-te poder que te revelas e que o Poder tem mais poder sobre ti.»

As vítimas desta arma «de destruição massiva» (Piéces et Main D'Oeuvre) são, primeiramente, as crianças e os jovens desprovidos de todos os meios de defesa e de consciência do processo de control e destruição mediatizado por ecrãs. Passam a vida agarrados (três quartos da população mundial com mais de dez anos tem um telemóvel, segundo um relatório de 2022 da International Telecommunication Union). Entre eles e a vida real existe o ecrã. Um jovem de vinte anos afirmou: «Eu foco-me (no ecrã) e esqueço o que está a acontecer à minha volta». Imaginando levar uma existência «diferente», infinitamente mais virtual do que a vida real, o jovem desde cedo sofre de distúrbio mental, de falta de atenção, de incapacidade em lidar frente a frente com os outros. Os especialistas também registam a existência de «uma dependência comportamental e não química» e «uma perturbação do controlo dos impulsos». Foram interditos os telemóveis numa dúzia de escolas básicas com o acordo dos pais e dos professores. Recomenda-se o limite do tempo de uso dos ecrãs, outros propõem a diferenciação entre ecrãs passivos e activos. Adverte-se sobre os perigos da sua utilização e dos respectivos procedimentos para distinguir, também, a mentira da verdade. Discute-se já o telemóvel em casa. Enfim, fazem-se esforços. E, no entanto, é preciso cavar mais fundo.

> O telemóvel dá super-poderes aos utilizadores porque vigia, porque a vida íntima se torna pública, porque a miniaturização de uma técnica é a miniaturização do Poder.

Uma fábrica de *chips*, da STMelectronics, consome mais de 40 milhões de quilowatt-hora de electricidade (equivalente a 20000 casas) e 25 milhões de quilowatt-hora de gás natural por ano. O telemóvel polui. Produtos químicos estão armazenados nas fábricas em zonas urbanas. São lançadas para a atmosfera toneladas de dióxido de azoto. Os moradores que vivem junto das fábricas de telemóveis, desenvolvem novas patologias desconhecidas (Piéces et Main D'Oeuvre). Um antigo médico da IBM, Myron Harrison, já em 1992, num artigo intitulado «Os Perigos da Produção de Semi-Condutores», os quais são indispensáveis na fabricação de telemóveis, advertiu que a fábrica expõe os trabalhadores ao arsénico, aos ácidos, aos gazes tóxicos. Denunciou queimaduras por ácido fluorídrico, exposição a solventes corrosivos: a componentes fotoactivos não testados. Chamou a atenção para os acidentes catastróficos na substituição dos cilindros de gás, para a evacuação e a substituição dos tanques químicos, para o não funcionamento dos sistemas de ventilação e salientou os frequentes problemas respiratórios (sinusites, larangites e asma) entre os trabalhadores. A fuga de solventes nas canalizações é frequente. E os estragos da indústria electrónica não se ficam por aqui.

Os telemóveis necessitam de coltan, um minério maleável, resistente ao calor e à corrosão. Extrai-se nomeadamente no Congo, onde se encontram os mais importantes jazigos. As minas situam-se na região de Kivu, no último território dos gorilas das planícies». Como exige a marcha forçada imposta, a moda, os fabricantes e o «progresso», milhões e milhões de telemóveis são substituídos todos os anos, originando montanhas de lixo electrónico.

Voltando à pergunta, sem pretender dar a resposta definitiva, qual é a relação entre uma trotinete eléctrica e um telemóvel? Penso que já respondi em parte, mas para além do acima exposto, principalmente, ambas revelam a fuga para a frente. Uma corrida sem travões, onde os problemas técnicos são remediados tecnicamente e as respostas técnicas são apresentadas como a única solução, face a uma situação de desastre globalizado, provocada pela ambição de dominação ilimitada. Dominação, levada a cabo por uma classe social dominante, que tem a perfeita consciência de si mesma.

# Deligny e os putos ineducáveis

**BORBOLETA AZUL**

«Gostávamos muito deles. Não nos ensinavam nada ou bem pouco»[1]. É assim que Émile Copfermann, órfão que viveu a experiência dos albergues de juventude da *Grand Cordée*, se refere aos educadores de Fernand Deligny, um dos principais pedagogos libertários do século xx. Na França do pós-guerra, judeus alemães e intelectuais sem identidade fugidos «dos esgotos do gueto de Varsóvia» aliaram-se às crianças e adolescentes «difíceis»[2] que ingressavam em lares de jovens e outras instituições, não para as amar, mas para as ajudar. Deligny: escreve «o amor virá em seguida, e essa não é a recompensa»[3]. Para entendermos a recompensa que buscava, temos de seguir o rastro que nos deixou.

Deligny conta-nos que é filho de um oficial morto na Primeira Guerra Mundial e que levou uma vida pequeno-burguesa da qual procurou constantemente escapar.[4] A mãe era funcionária do Banco de França, e os seus privilégios deixavam-no desconfortável. Os operários pareciam-lhe «homens de outra raça», mas não conseguia viver como eles porque necessitava de «ver a luz do céu». Procurou afastar-se da «sua tribo» e extirpá-la da cabeça, e para isso escolheu o sítio mais longe possível, um longe não geográfico mas sim mental: por volta de 1934 refugiou-se no asilo de Armentières que ficava a poucos quilómetros de onde cresceu, em Lille, onde seria educador especial após adaptar a pedagogia libertária do casal Freinet ao ensino de crianças «atrasadas».

O asilo não foi a primeira tentativa de abandonar a tribo: antes tinha-se filiado no Partido Comunista, mas não era feito «da mesma massa da qual são feitos os comunistas», era feito de carne. Estes procuravam as palavras de ordem para mudar o mundo, mas Deligny está convencido de que as palavras são a escolha de quem não sabe o que viver. Ele quer cortar ardentemente as amarras que o prendem à tribo pequeno-burguesa sem abandonar os outros e procura pontos de vista diferentes para a mudança social. Em Armentières acompanha os asilados que se arrastam pelos corredores, sem mover nada além de si. Será com eles que aprenderá a ser profundamente crítico das instituições. Observou que estes «doentes mentais», quando saíram do asilo devido à mobilização do pessoal hospitalar para a Segunda Guerra Mundial, sobreviveram à guerra e à sociedade. De regresso ao asilo pôs fim ao regime de sanções e organizou atividades com os asilados e os vigias. Em 1943 sai do asilo tendo aprendido o que a psiquiatria tinha para oferecer: janelas que não abrem e um ambiente estéril desprovido de experiências essenciais à vida, que descreve no livro *Pavillon 3*.[5] No mesmo ano, no final da Ocupação Nazi, foi destacado para trabalhar com crianças, adolescentes e adultos delinquentes, e abre nos bairros antigos de Lille uma pequena rede de lares de prevenção em casas decretadas inabitáveis, onde os educadores das crianças são os próprios vizinhos. Em 1945 cria o primeiro Centro de Observação para crianças inadaptadas da região de Lille, que será fechado pela administração cerca de um ano depois. Põe em prática o que aprendeu com os asilados: retira as sanções disciplinares e procura criar circunstâncias para os jovens se envolverem em trabalhos e atividades. No livro seminal «Semente de Crápula – conselhos aos educadores que gostariam de cultivá-la»[6], Deligny expõe em aforismos os princípios da sua pedagogia: abomina os castigos que levam a uma escalada de violência nos reformatórios que termina na colocação das crianças em solitárias onde morrem à fome para deixar os funcionários em paz, «o cúmulo da adaptação social»[7], ironiza. Continua a não acreditar no poder das palavras e dos sermões e procura outras formas de intervenção, fazendo-as cantar, rir e dançar. A sua postura não é romântica: «onde estão, belos rudes delinquentes, anarquistas, olhos negros, corpos cálidos dilacerados por cicatrizes? Aqueles que verá serão glutões e bajuladores, e desmaiarão se os vacinar»[8]. A forma de Deligny chegar às crianças é sem armas nem couraça, sem castigos nem recompensas. Se vos atacarem, mudem de profissão, recomenda aos educadores. Sugere-lhes que abandonem os modelos morais do escutismo e as expectativas sobre aquilo em que as crianças se poderão tornar. O trabalho do educador é de prudência, organização e de perguntar a que se vai brincar, não é corrigir os defeitos das crianças para serem como o resto do mundo: «Deus sabe como é feio o mundo e aí está o seu ideal».

> Deligny abomina os castigos que levam a uma escalada de violência nos reformatórios que termina na colocação das crianças em solitárias onde morrem à fome para deixar os funcionários em paz, «o cúmulo da adaptação social».

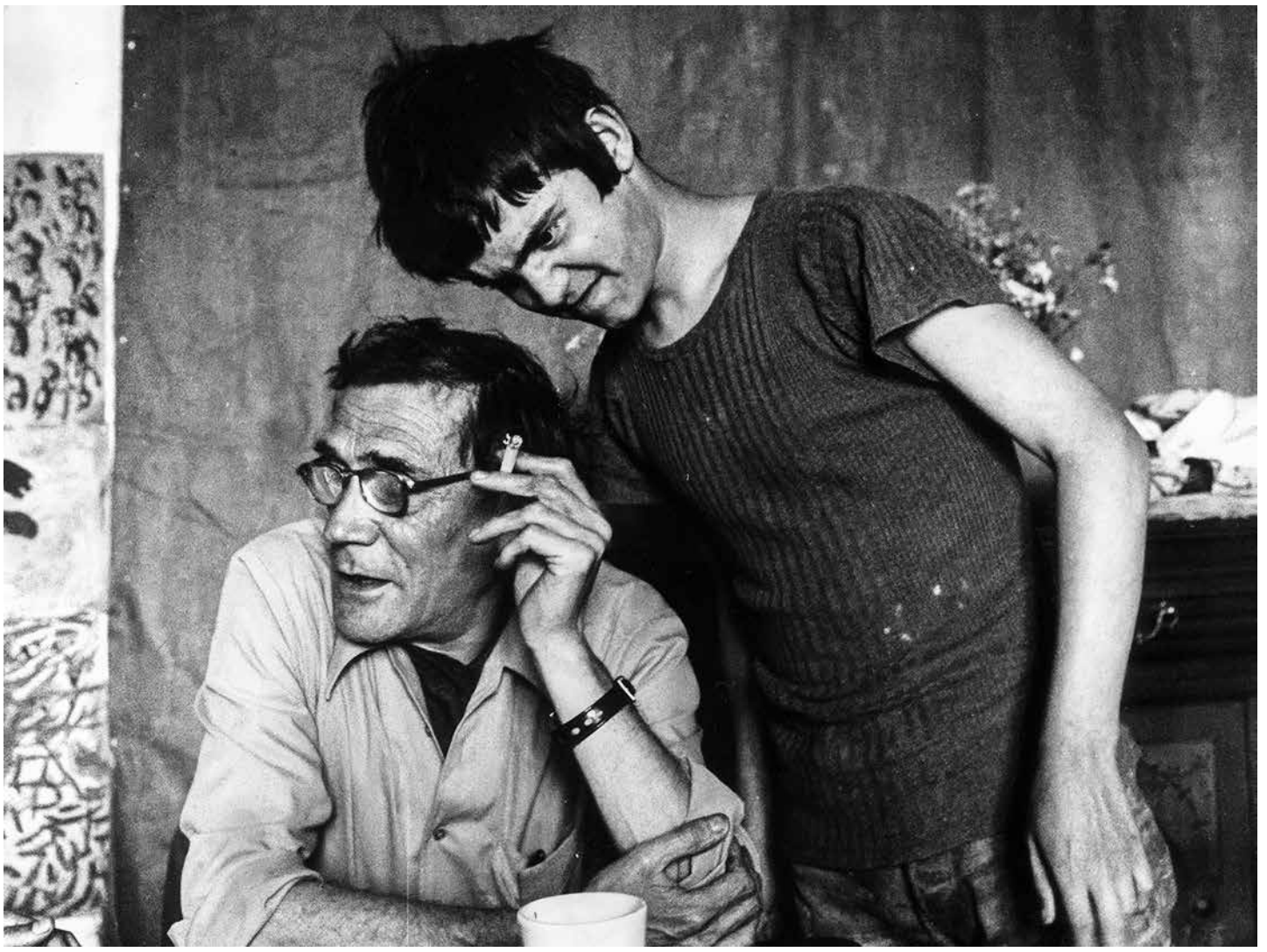
A experiência do Centro de Observação de Lille é contada no livro «Os vagabundos eficazes – operários, artistas, revolucionários: educadores».[9] A sua voz contra a ordem social podre está mais forte: detesta as administrações burguesas e burocráticas que infetam as crianças miseráveis com desejos de obediência civil e conformismo. Enfrenta a tecnologia médico-jurídico-social que nasce para corrigir a juventude «anormal» ou «desviante» e insiste em manter as crianças vivas e não castradas. Os seus métodos suscitam o ceticismo da administração, que questiona acima de tudo o caráter moral dos educadores, que são operários: «Se digo: "as crianças são como os pais as fizeram e as educaram…", deparo-me com o consentimento universal. Se prossigo: "os pais são como a atual sociedade os força a ser. Seria preciso ver como mudar realmente as condições de vida", fecham-me a boca e o Centro que dirijo, sob o pretexto de que alguns dos seus operários não têm o aspeto, que coisa!, de verdadeiros educadores».[10] Deligny criou circunstâncias de vida e o seu Centro tornou-se num bairro em miniatura, onde circulavam cigarros e cerveja: «O serviço administrativo decidiu que cerveja num centro para jovens

delinquentes é um luxo inútil e muito caro. Ora, beber água é, para as crianças, um dos sinais sensíveis de miséria social, e um lanche com pão seco, sinónimo de prisão. O que faz o educador que encontra jarros de água na mesa? Leva todas as crianças ao tasco e envia a conta à administração. Não há absolutamente nenhuma outra solução»[11].

## O trabalho do educador é de prudência, organização e perguntar «vamos brincar de quê?», não é corrigir os defeitos das crianças para serem como o resto do mundo.

Deligny prefere ver o Centro fechado do que sujeitar-se às regras morais da administração. Após o fecho, educadores e jovens partem em debandada e, em 1948, Deligny dedica-se a uma nova aventura em Paris, a *Grand Cordée*, desta vez com um aliado e amigo, Henri Wallon, psicólogo de desenvolvimento e ativista marxista. O propósito era criar uma rede de estadias experimentais para a cura livre das crianças fora dos asilos e lares especializados. As estadias tinham lugar em albergues de juventude – estalagens abertas por pequenos grupos de alberguistas sem dinheiro que acolhiam jovens, operários e estudantes que organizavam colónias de férias e «transformavam tudo em coisa comum». Mais uma vez fracassará, não por falta de mérito pedagógico, mas porque não tem a flexibilidade necessária para conseguir contratos com a segurança social, subsídios ou subvenções familiares de uma administração que lhe causa arrepios, composta por almas caridosas, escuteiros e psiquiatras abusivos. A relação com o Partido Comunista também é tensa, pois Deligny não alinha no catecismo pedagógico que a filiação exige, e tampouco se subordina aos especialistas, preferindo grupos e movimentos a psicólogos. O seu triplo inconformismo – político, institucional e pedagógico – será fatal para a *Grand Cordée*.

Após o fim da rede, Deligny opta por viver afastado das cidades, mas não é esquecido. Nos anos 60, convidam-no para trabalhar na clínica La Borde que é gerida pelos «pacientes» junto com a equipa médica e restantes funcionários, onde se encontra Félix Guattari. Deligny mantém-se à margem das terapias e análises, e dedica-se a outras atividades como um cineclube onde exibe filmes ativistas. Encaminham-lhe os pacientes «incuráveis» com quem a equipa não sabe o que fazer, e no final de 1966 conhece uma criança autista de 12 anos, Janmari, que o fascina por não ter linguagem verbal. Deligny pretende explorar abordagens que vão além da linguagem e da comunicação verbal subjacentes à prática clínica de La Borde, e muda-se para as montanhas Cévennes, em Monoblet, onde Guattari tem uma propriedade[12], para criar na aldeia vizinha de Graniès uma rede que acolhe pessoas autistas, tendo em vista a vida comunitária. A rede é composta por agricultores e assistentes sociais não especializados e sobrevive sem apoio público através da criação de cabras e de doações ocasionais, como as da banda *Pink Floyd*[13]. Entre 1972 e 1975 documenta a experiência no filme *Ce gamin-là*[14], que se tornará num emblema da luta contra a institucionalização e o confinamento. Será uma das referências para a criação da rede Lugares de Vida que existe em França até hoje – pequenas estruturas médico-sociais que oferecem acolhimento e apoio a crianças em dificuldades familiares e psicológicas. Mas Deligny permanece na companhia de crianças e jovens autistas na aldeia de Graniès, que nunca mais deixará até à sua morte em 1996. Lá escreveu diversos livros e artigos para revistas, e a sua obra atraiu o interesse de Gilles Deleuze, que se inspirou nele para pensar o rizoma, a territorialização e a desterritorialização.



Deligny permanece na companhia de crianças e jovens autistas na aldeia de Graniès, que nunca mais deixará até à sua morte em 1996.

Deligny e os seus colaboradores começaram a seguir seus companheiros autistas à medida que avançavam pelo terreno rochoso de Cévennes, fazendo desenhos de linhas rudimentares para indicar a direção do seu movimento através do acampamento rural e na natureza selvagem circundante.

Deligny não procurou curar estas crianças. Certamente que o seu passado lhe permitiu estar bem com a ausência de expectativas. Ao não impor nada, dedicou-se a ajudá-las a florescer, procurando entender a sua forma de ser. Analisou os movimentos das pessoas autistas ao longo do tempo e traçou mapas com os seus trajetos. Escreveu «O aracniano»[15], onde refletiu sobre as redes que existem fugazmente e desaparecem quando os planos e os projetos se impõem, expandindo simultaneamente o conceito de linguagem e de ser humano para lá do simbólico e do querer. Suspeito que Deligny encontrou junto das pessoas autistas a recompensa que buscava: uma maneira de conviver radicalmente distinta da sociedade burguesa, que lhe permitiu continuar a ver o céu. As suas obras merecem ser recordadas não só pelos académicos que estudam a sua filosofia, mas pelos que poderão continuar o seu trabalho.

### NOTAS

**1** Émile Copfermann, Prefácio (1970), em Fernand Deligny (2018). Os vagabundos eficazes – operários, artistas, revolucionários: educadores. n-1 edições, página 133.

**2** Fernand Deligny (1949). La grande cordée. In: Enfance, tome 2, n.º 1, pp. 72-76. Acessível em https://www.persee.fr/doc/enfan_0013-7545_1949_num_2_1_2173

**3** Fernand Deligny (2020). Semente de Crápula. Conselhos aos educadores que gostariam de cultivá-la. n-1 edições, página 23.

**4** Fernand Deligny, Prefácio escrito para a reedição de 1955, não publicado à época, em Fernand Deligny (2020). Semente de Crápula. Conselhos aos educadores que gostariam de cultivá-la. n-1 edições, páginas 76-86.

**5** Fernand Deligny (1944). Pavillon 3, Éditions de l'Opéra.

**6** Fernand Deligny (2020). Semente de Crápula. Conselhos aos educadores que gostariam de cultivá-la. 93 páginas.

**7** Fernand Deligny (2020, citado acima), página 28.

**8** Fernand Deligny (2020, citado acima), página 29.

**9** Fernand Deligny (2018). Os vagabundos eficazes – operários, artistas, revolucionários: educadores. n-1 edições. 156 páginas.

**10** Fernand Deligny (2018, citado acima), página 118.

**11** Fernand Deligny (2018, citado acima), páginas 72-73.

**12** Sandra Alvarez de Toledo. Pédagogie poétique de Fernand Deligny. In: Communications, 71, 2001. Le parti pris du document. pp. 245-275, acessível em https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_2001_num_71_1_2087

**13** Marlon Miguel (2022). Camering: Fernand Deligny on Cinema and the Image. Leiden University Press, acessível em https://www.lup.nl/wp-content/uploads/ToC-Camering-Fernand-Deligny-on-Cinema-and-the-Image.pdf

**14** https://youtu.be/j6juwHZO4DI?si=1ehlxorlaxuV9ZhW

**15** Fernand Deligny (2015). O aracniano e outros textos. n-1 edições, 288 páginas.

vozesdedentro.noblogs.org
vozesdedentro@riseup.net
FB: Vozes De Dentro
Instagram: @vozes_dedentro

## Caros Amigos

A prisão muda um homem, quando eu entrei nesta locura chamada Sequestro Estatal nunca imaginei que passaria tanto.

Aqui o tic tac não veja (?) o ponteiro, sabe.

Aqui não há rico, pobre, preto, seja lá o que for, estamos no mesmo buraco, comendo da mesma comida e vivendo nas mesmas misérias condições.

Gente doente, gente boa, gente má, gente que joga com o sistema, em outras palavras a cadeia é um terreno que devemos caminhar em caco de vidros.

Conheço os quatro canto deste Sistema sei muito bem como fonciona, somos como um bicho louco, condenados todos os dias, recebemos a condenação do juiz ou seja a senteça, e quando cumprimos a tal pena na realidade todos os dias somos lembrados que não passamos de marginais, criminosos, à iscória da sociedade, somos condenados pelos piores bandidos e usuários de drogas, e nunca são condenados, e estamos sobre a guarda dos piores bandidos que o Estado paga seus salários, os maiores fornecedores de drogas, telefones entre outras coisas que as prisões podem obter. São fardados t^em poder e ditam as regras, este é o sistema que me condenou e me mantém trancafiada sem direitos e se quer alimentação adequada.

Sinto-me frustrada hoje.

## Perder um filho

É verdade que você vai estar comigo, mas estaremos separados.

Existe uma dor que o tempo não cura nem apaga. A dor de perder um filho, de não voltar a vê-lo de não poder nunca mais toca-lhe de dar um beijo antes de adormecer, de lhe segurar na mão, de o abraçar e sentir o calor morno de um corpo que nos parece para sempre de criança.

As saudades de um filho que morreu são opressivas, avassaladoras, constantes.

A vontade de voltar a vê-lo é irreprimível e e chega a vontade de morrer só pela ilusão de ficar junto dele.

Nos projetos da vida de uma mãe cabe tudo menos a morte de um filho.

Não é natural, não faz sentido e quando acontece o mundo inteiro desaba. Nada permanece de pé e para além do profundo desgosto, existem várias reações imediatas que passam, quase, por uma grande revolta ou sentimentos de culpa, acusações várias, um fechar sobre você mesma, uma esterilidade afetiva e, em certos casos, uma fuga em frente que pode traduzir-se num interesse excessivo pelo trabalho que não deixa margem para pensar e, muito menos, sentir.

Melhor ou pior, a maioria dos pais acaba por sobreviver ao caos, à dor instalada e à memória dos acontecimentos.

Os filhos permanecem vivos no seu coração e é isso que os alimenta e nos dar força para seguir em frente.

Em todo o caso não voltarão a ser os mesmos.

Estivesse aqui dir-me-ias, mas até isto me roubaram.
Você sabia sempre as palavras certas para apaziguar a dor eu sentia em mim. Você sempre soube como eu me sentir melhor por dentro. Será que é possível que você saiba como eu me sinto sem você meu filho. Quando sonho gosto de pensar que sim. Mas agora, sozinha comecei entendendo que o destino pode magoar uma pessoa tanto quanto pode abençoá-la. E dou por mim me perguntando porque razão de todas as pessoas do mundo inteiro tinha de ser você meu filho levado para longe de mim, assim como um flash.

Eu te amo meu querido filho, és tudo aquilo que me apego para ganhar forças para criar teus irmãos que mesmo tão pequenos nunca esquecem de você. Mataram uma parte minha e isto eu nunca vou esquecer do que me tiraram, meu primeiro filho.

Meu filho te escrevo esta carta com as lágrimas correndo no rosto e sempre lembrando da nossa última conversa.

## Meu querido filho (...)

Sinto a sua falta, meu amor como sempre, mas hoje é particularemente difícil porque o oceano tem estado cantando pra mim, e a canção da nossa vida juntos. “Dias cinzentos”

Quase consigo te sentir ao meu lado enquanto escrevo esta carta, e consigo cheirar o aroma das flores silvestres que me faz sempre lembrar de você. Mas neste momento, essas coisas não me dão qualquer prazer. As suas vizitas nos meus sonhos tem sido menos frequentes, e por vezes sinto como se a maior parte do que sou estivesse lentamente a disspar-se. Estou tentando, ainda assim. Á noite quando estou sozinha, chamo teu nome meu filho amado, e sempre que a minha dor aparece ser a maior, você encontra maneira de voltar pra mim. nos nossos sonhos fico feliz e assim vou me mantendo viva. Ontem a noite, nos meus sonhos, te vi no portão da nossa casa lá no Brasil. O vento soprava através do teu cabelo e o teus olhos retinham a luz pálida do Sol que se desvanecia.

Fico espantada quando te vejo no parapeito.

Você é lindo penso, enquanto lhe vejo, uma visão que nunca consigo encontrar em mais ninguém. Começo andando lentamente na sua direção e quando, finalmente você volta para mim, reparou que outros têm estado nos observar também. O melhor de tudo é quando você sorrir pra mim amado filho.

E daí respondo com a verdade, simplesmente a verdade. “Melhor do que meu próprio coração”. Para quando chego de você e te envolvo nos meus braços. Anseio por este momento mais do que qualquer outro. Amado filho é a razão da minha vida, e quando você retribui meu abraço mesmo que nos sonhos, eu entrego-me a este momento, em paz mais uma vez.

Levanto a mão e toco suavemente na tua face e tu inclinas a cabeça e fechas os olhos. As minhas mãos são ásperas e a sua pele é macia, e me interrogo durante um momento se você vai voltar pra sua mãe, mas claro que não voltas.

Nunca voltará, e é em altura como esta que eu sei qual é o meu objetivo na vida, na vida, ir sobrevivendo sem você, ganhando força para dar amor aos teus irmãos! Paulo, nada muda, estarei aqui pra te amar, para te segurar nos meus braços mesmo que nos sonhos, para te proteger.

Estou aqui porque não existe outro lugar para que sua mãe possa estar. Estou aqui para aprender contigo e receber o teu amor em troca como recebo do jeito que só nós filhos sabemos. Mas depois, como sempre, a neblina começa formando-se enquanto permanecemos juntos um do outro. É um nevoeiro distante que nasce do horizonte, e descubro que começo ficando com medo, à medida que ele se aproxima. Ele insinua-se lentamente, envolvendo o mundo à nossa volta, nos cercando como que para evitar que fujamos. Como uma nuvem rolante, cobre tudo, fechando até mais nada restar senão nós os dois.

Sinto a minha garganta começando a fechar e os meus olhos a encherem-se de lágrimas porque sei que são horas de partir. O olhar que me lança naquele momento me persegue. Sinto a sua tristeza e a minha dor, e a minha própria solidão, e a dor no meu coração, que permanecerá silenciada só por um pequeno intervalo de tempo torna mais forte quando demoro a sonhar com você amado filho, e quando me abraça no sonho, e depois solta. E então estende os braços e dá um passo para trás, desaparecendo no nevoeiro porque ele é o teu lugar e não o meu. Ansiei por ir com você, mas a sua única resposta é abanar a cabeça porque ambos sabemos que é impossível, Amado filho. E eu assisto com o coração partindo enquanto você desaparece lentamente. Dou comigo me esforçando para lembrar tudo acerca daquele momento. Tudo sobre você, querido filho. Mas depressa, sempre muito depressa, a sua imagem desaparece e o nevoeiro recua para seu lugar longínquo e eu fico sozinha no portão e não me importo com o que os outros pensam quando baixo a cabeça e choro e choro, choro!

Para meu amado filho Paulinho

Amor eterno de uma mãe que vai amar seu filho eternamente

# Novos ritmos na autogestão do flamenco

Um festival de flamenco diferente, autogestionado, sem apoios institucionais nem fins lucrativos. Há uma nova Fiebre del Cante na Andaluzia.

**TIAGO NABAIS E FREDERICO ÁGOAS**

O flamenco é uma expressão artística que toda a gente conhece, mas sobre a qual ninguém parece saber quase nada. Se excluirmos nomes como Paco de Lucía ou Camarón de la Isla, são poucos os que no nosso entorno conseguem nomear alguma figura relevante do flamenco contemporâneo, mesmo entre os que se interessam pelas chamadas «músicas do mundo». Não sabemos o que terá contribuído para esta situação, nem será isso que nos ocupará neste texto. Contudo, foi justamente o desejo de conhecer um pouco mais do cante flamenco e do seu contexto social atual que nos levou a várias viagens pela Andaluzia. Encontrámos uma arte realmente fascinante, mas que nos pareceu ser também um território de disputas estéticas e históricas cujas verdadeiras implicações não nos eram imediatamente acessíveis. Sendo hoje um dos símbolos maiores da região, e assim intensamente promovido pelas instituições locais, era evidente o ambiente um pouco turistificado dos espetáculos que mais facilmente se encontravam. No entanto, não foi preciso escavar muito para aceder a ambientes onde se sente algo mais genuíno, mais potente, e depressa se compreende que o flamenco se mantém, apesar de tudo, como uma expressão popular com impressionante vitalidade.

Neste contexto, sentimos um evidente entusiasmo quando, numa visita ao centro social La Enredadera, em Mérida, alguém nos falou de um festival de flamenco diferente, autogestionado, sem apoios institucionais nem fins lucrativos: La Fiebre del Cante. No seu site, o festival apresenta-se como aberto a toda a gente, aficionadxs de toda a vida ou simples curiosxs, e também como resultado da vontade de autogestionar espaços de desfrute e de convívio em torno do cante flamenco. A edição de 2024, a terceira do festival, marcada para um fim de semana de Maio em Espiel, anunciava seis recitais, divididos por duas noites, e ainda conversas, aulas de baile e sessões de DJ. Anunciava-se também que, devido ao desejo de se manter um festival íntimo, evitando uma «macro-estufa musical», a assistência estava limitada a 300 pessoas. Tínhamos de ir.

Partimos de Lisboa a meio da tarde de sexta-feira. Esperavam-nos cinco horas de viagem, com mais uma hora perdida pela entrada em Espanha, até chegar ao Albergue de Espiel, província de Córdova. O caminho faz-se por Badajoz em direção a Zafra, passando por quilómetros de terrenos cultivados de girassóis, a perder de vista. A noite cai quando entramos na Andaluzia. Aceleramos para chegar a tempo do primeiro concerto, marcado para as 22h30. É noite cerrada quando viramos para o desvio de Espiel, sem ter grande noção do entorno, num território já de montanha. Depois de algumas curvas, deparamo-nos, no final do caminho, com uma concentração de carros e caravanas que tentam arranjar um canto para estacionar e passar a noite. Hesitamos entre montar a tenda ou não perder o início do concerto, mas ao entrar no recinto do albergue percebemos que o espetáculo foi adiado meia hora.

À entrada, numa banca improvisada, confirmam-se as inscrições de quem chega. Vemos de relance as traseiras de um pequeno palco preto, elevado e descoberto, e as cerca de 300 cadeiras criteriosamente arrumadas em filas, para o espetáculo. Aproveitamos e assinalamos a nossa chegada a alguém que percebemos ser um dos organizadores do evento, Pedro Lópeh. Depois de confirmar o nosso nome na lista, pergunta-nos com um ar curioso: «Los de Lisboa, hein? Que haceis tan lejos, aqui?».

«Para escuchar buena música», diz um de nós. Ele responde: «pues habéis venido al sitio cierto» e entrega-nos as pulseiras. Sem mais, o nosso interlocutor afasta-se e perguntamos a alguém na mesa sobre a logística da estadia. Diz-nos onde acampar, no pinhal, fora do recinto, para lá do parque de estacionamento, e recomenda-nos algumas sombras, no extremo mais afastado da zona de acampamento. Diz-nos, também, que há uma pequena casa de banho junto às tendas e que os balneários são no anexo do albergue, junto à piscina. A cozinha do recinto está preparada para apoiar o evento e serve refeições até tarde.

Regressamos ao carro, arrumado a custo sobre um monte de silvas, entre cerca de mais de 100 viaturas encavalitadas umas nas outras. Apanhamos a tenda e os sacos-cama e procuramos uma pequena clareira para nos instalarmos. Sotaques madrilenos e andaluzes ressoam no escuro em redor de nós. De volta ao recinto, entramos no bar do albergue para pedir um copo de vinho e uma dose de guisado, pago ao balcão e servido na cozinha. Ainda temos tempo para relaxar um pouco antes do início do concerto. Cá fora, as pessoas arrumam-se nas cadeiras, enquanto alguns grupos de amigos comem e bebem das geleiras que trouxeram de casa. Sobem ao palco Bonela Hijo com Bonela Chico, apresentados por Pedro, como é hábito nos festivais de flamenco. Fará o mesmo com todos os artistas. O recital começa por impressionar pela qualidade do som, na quietude do vale, e pelo silêncio sepulcral durante a atuação. À medida que a noite avança, o frio faz-se sentir. Sem darmos por isso, estamos a mais de 600 metros de altitude, a meio caminho entre Madrid e Sevilha, apercebemo-nos mais tarde.

Aproveitamos o intervalo para reabastecer enquanto esperamos com expectativa por Ángeles Toledano com Benito Bernal. Depois de uma atuação mais clássica, algo completamente inesperado. A simbiose perfeita entre voz e guitarra, *palos* tradicionais, interpretações fora da caixa. Absolutamente fabuloso. O entusiasmo é geral. Animados com o espetáculo e o ambiente, assistimos às mudanças no palco para o último espetáculo da noite, uma fusão pós-punk de flamenco e eletrónica, com videoarte projetada numa tela. O palco é tomado por Alicia Acuña & Emblematika. Com as cadeiras arredadas, há quem arrisque uns movimentos de dança. Acabadas as atuações, a festa prossegue no recinto da piscina, junto a um grande bar que dá apoio ao festival. Os organizadores do evento tomam as suas posições atrás do balcão e o público divide-se entre a conversa e as bebidas no bar e o flamenco improvisado à desgarrada sob o negro estrelado da noite. E assim se avança pela madrugada.

Quando nos levantamos, no dia seguinte, está já montado o mercadinho flamenco, com algumas bancas de livros, discos e artesanato. Durante a tarde decorre um workshop de baile flamenco com muita participação. Depois de um passeio pelas redondezas, comemos qualquer coisa antes dos recitais da noite. A primeira atuação é de Perrate, visivelmente emocionado em palco, onde é acompanhado pelo guitarrista Paco Amparo. Segue-o Paqui Lara, uma mulher que, tendo sido uma grande promessa em jovem, passou muitos anos afastada do circuito devido a dificuldades pessoais. «Também é para isto que fazemos este festival, para resgatar artistas que muitos esqueceram», afirma Pedro na apresentação do recital. Por fim, chega Luis Moneo, um dos máximos representantes do cante cigano de Jerez de la Frontera. Um pouco mais discreto em palco, oferece-nos uma atuação maravilhosa, impecavelmente acompanhado na guitarra pelo seu filho Juan. Ovação geral a fechar uma noite emotiva e com vários momentos arrebatadores.

Para terminar, uma sessão de DJ no bar da piscina, onde o público mais jovem se concentra até amanhecer. Antes de começar a festa, cruzamo-nos de novo com Pedro, que nos pergunta o que estamos a achar de tudo aquilo. Felicitamo-lo pelo trabalho incrível de produção, pelo tratamento dado ao público e, quase sem darmos por isso, envolvemo-nos numa conversa sobre como é o circuito flamenco na atualidade, a sua história de auto-organização e as disputas sobre as suas origens e apropriações. Inevitavelmente, a conversa é interrompida em poucos minutos, mas Pedro aceitou retomá-la na entrevista que se segue, realizada em Setembro por email.

# Uma *afición* para resgatar o Flamenco

Pedro Lópeh é uma das pessoas por detrás de um festival de flamenco que se assume político, mas sem qualquer panfletarismo, e de um *peña* flamenca autogestionada em Sevilha.

**O que vos motivou a organizar um festival com estas características?**

A motivação principal foi o desejo de articular um encontro presencial que reunisse uma parte da *afición* jovem, alternativa ou heterodoxa ao cante flamenco. Tínhamos a sensação de que a curiosidade pelo flamenco estava em claro crescimento – um clima cultural propício, debates nas redes sociais, número de ouvintes no podcast *Café de Silverio* – mas sentíamos também que faltava um fórum, um espaço físico de encontro. Por outro lado, não podemos negar que nos move um espírito de militância política, humilde e pouco pretensioso, mas firme. A Fiebre del Cante é a nossa forma de congregar vontades de luta e de contestação a partir de um elemento de agregação cultural como é o flamenco. O que suceda a partir daí não está nas nossas mãos, e não iremos forçar nada ou assumir uma atitude panfletária. Torna-se um pouco difícil explicar porque consideramos o nosso festival marcadamente político, talvez porque se costuma associar o político a grandes gestos ou ações partidárias, mas por certo não faríamos a Fiebre del Cante se não acreditássemos que se trata de uma operação de ação direta.

**Como é a produção do festival? Desde a organização do espaço até à qualidade do som, tudo estava excelente.**

A organização e produção do festival não é profissional, mas pretende ser exaustiva e carinhosa. A equipa de trabalho é constituída por três pessoas, que nos distribuímos por todas as tarefas – produção técnica e logística, preparação do espaço, atenção eletrónica ao público durante os meses prévios, questões legais e financeiras, etc. – e depois pedimos ajuda a amigos para funções específicas, como o acompanhamento dos artistas, transportes e serviço de balcão durante a noite. É muito trabalho e gera bastante stress nas semanas anteriores ao festival, mas ajuda que todos tenhamos sido músicos e também público de outros festivais, e assim procuramos tratar os músicos e o público como gostaríamos de ter sido tratados. De qualquer maneira, tudo se torna mais fácil com o tipo de gente que vem à Fiebre del Cante. O som é uma questão à parte, porque o nosso amigo Martín García é um grande técnico, um trabalhador incansável, uma pessoa enorme e o único ser humano sobre a terra capaz de fazer com que a Fiebre tenha um som decente com os tristes

meios de que dispomos. Podemos envolver estas iniciativas com toda a retórica que queiramos, mas, no final de contas, são certas pessoas-chave que as tornam possíveis. Martín é um destes imprescindíveis.

**Impressionante era também a qualidade do cartaz, que incluía figuras como Luis Moneo ou Ángeles Toledano. Como conseguem trazer artistas deste calibre a um festival como este?**

Somos honestos com a nossa proposta e tentamos entusiasmá-los com o projeto. E também, porque não dizê-lo, tentamos transmitir-lhes a responsabilidade que têm, como artistas, no que toca a aproximar-se de novos públicos, de trabalhar para que cresça a *afición* e de apoiar projetos como a Fiebre. Tentamos pagar de forma digna, e creio que o conseguimos, mas não podemos competir com as iniciativas públicas e privadas. O que lhes dizemos é que terão um público incrível, no sentido de ser atento, respeitoso e curioso, e que os vamos tratar de uma forma humana e carinhosa. Quando terminam os recitais, agradecem-nos sempre muito por estas duas coisas.

**Quais são os públicos atuais do flamenco na Andaluzia? Continua a ser uma atividade com grande participação popular ou dirige-se sobretudo para o turismo?**

É certo que o turismo constitui um público fundamental para suportar o circuito flamenco em cidades como Sevilha ou Granada, mas a Andaluzia conta com uma centena de festivais nos *pueblos*, com outra centena de *peñas* flamencas e com uma sólida programação a cargo das instituições públicas, o que faz com que esteja muito presente no dia-a-dia. O problema, pelo menos do meu ponto de vista, é que os festivais, as *peñas* e os circuitos culturais oficiais não trataram de se ligar com as gerações jovens, além de permanecerem alheios às transformações sociais. A *afición* do flamenco cimentou-se durante as décadas de 60, 70 e 80 sobre um sem fim de instituições civis auto-organizadas, como as *peñas*. Hoje são meros administradores de dinheiro público, com o qual organizam cinco ou seis concertos por ano. A decadência das *peñas* é evidente e não tem solução. Por outro lado, observo uma importante incorporação de públicos jovens, atraídos pela estética flamenca, pelo que se relaciona com a identidade ou pelo que o cante tem de underground. Sejam todxs benvindxs, ainda que, oxalá, possamos levar esse interesse até lugares mais sólidos.

**E qual é o público da Fiebre del Cante?**

A Fiebre atrai alguns aficionados clássicos de meia-idade que procuram programações mais interessantes e arriscadas num clima de encontro cordial, pessoas que se aproximam do flamenco pela primeira vez mas que sentem por ele um profundo respeito, aficionados jovens que não vêem qualquer contradição entre escutar solenemente um recital e depois dançar com um DJ, amantes da cultura, em geral, e da música das margens… Venham de onde vierem, admito que tem que se ser um pouco *friki* para decidir passar um fim de semana no campo em redor do flamenco.

**São longas as disputas sobre as origens do cante. Trata-se de uma música criada pela comunidade cigana? Uma mistura das culturas que povoaram o sul da península? Uma arte dos «de baixo»?**

O flamenco é um fenómeno social e cultural complexíssimo. Surge no segundo terço do séc. XIX, altura em que o nacionalismo espanhol impregnou todos os âmbitos da realidade e alimentou o tradicional/folclórico/flamenco como expressões de um sujeito popular em formação, seguindo a linha do pensamento liberal. Mas é também verdade que o flamenco foi tomado pelos conservadores como uma cultura de choque face ao iluminismo, e também como uma realidade castiça que se considerava antiprogressista. Depois, o cante cristaliza durante o último terço do séc. XIX num tipo de estabelecimentos, os cafés cantantes, que proliferam nas cidades industriais de toda a Espanha e que são frequentados por operários e pessoas de má fama, mas onde também aparecem alguns burgueses e aristocratas. Paralelamente, o flamenquismo começa a ser criminalizado tanto por liberais, por ser obscurantista, selvagem, epítome da decadência espanhola, como por reacionários, por ser impúdico e violento. Não se deve esquecer, por outro lado, a influência dos turistas, o seu olhar, a exotização a que submeteram os artistas proto-flamencos, e a construção dos clichés espanhóis fora de Espanha. Com tudo isto, o que quero sublinhar é que as realidades culturais não são criadas por ninguém nem surgem em determinado sítio ou lugar. Nesse sentido, todos esses debates em torno da origem ou dos criadores são disparatados, a-históricos e apolíticos. O único aspeto indiscutível é que todos os artistas do flamenco vinham das classes humildes, com os ciganos à cabeça, e da plebe em geral. Isto também assinala temas dolorosos, como a adequação da arte da nossa classe aos dinheiros e olhares dos privilegiados, mas também demonstra, por outro lado, a capacidade dos artistas populares para construir obras de arte sublimes e extraordinariamente complexas.

**Vocês criaram, já há vários anos, o podcast *Café de Silverio*. Que objetivos tinham com o programa? Era também uma forma de participar nestas discussões sobre a história do cante? Que reações notaram?**

O objetivo inicial era divulgar o flamenco num determinado meio, o das rádios livres, mais propenso ao punk, ao rock ou à eletrónica do que a outros géneros. Em relação a esse objetivo, tão importante como a música em si era propor leituras e reflexões sobre tudo o que rodeia o flamenco e a cultura flamenca: história, política, questões sociais, etc. Pensei que, desta forma, seria mais fácil que gente que desconhecia o cante pudesse contactar com ele, e creio que funcionou. À medida que o programa foi avançando, comecei a sentir que existia uma comunidade de ouvintes que ia aprendendo, que se tornava mais exigente, que fazia perguntas e discutia… Foi por isso que, a dado momento, senti a vontade de dar mais um passo e participar nos grandes debates sobre o cante: origens, marcos históricos, relações políticas, posições estéticas… Devo dizer, apesar disso, que as minhas ideias mudaram bastante desde que, há seis anos, comecei o programa. O podcast e a sua boa receção foram um aliciante para estudar, partilhar conclusões e discuti-las com muitos amigos. No entanto, não considero de todo que esteja a dar lições de cátedra. Continua a ser um programa de divulgação geral em que por vezes nos imiscuímos nos debates típicos.

**Criaram também uma *peña* flamenca autogestionada em Sevilha, La Bambera, inaugurada em Janeiro deste ano. O que são afinal as peñas? Existe uma tradição de auto-organização no mundo do cante?**

As *peñas* são associações culturais que se encarregam de organizar tertúlias (o equivalente no flamenco às *jam-sessions*), concertos, conferências, publicar revistas de flamencologia, divulgar conhecimento, etc. Foi um modelo de organização popular que atingiu o seu apogeu nos anos 70, 80 e 90, mas que, desde o início do século, com o envelhecimento da sua massa social, começou a entrar em crise. Em certo sentido, representam o melhor da autogestão cultural, mas também é um facto que raras vezes estabeleceram pontes com lutas políticas ou com outras organizações autogestionárias. De qualquer forma, parece-nos um modelo louvável – pode-se desejar algo melhor para um género musical que contar com uma *afición* autoorganizada para desfrutar da arte e promovê-la? – e tentámos resgatá-lo, nutri-lo com gente jovem, dar-lhe conteúdo político e social, envolvermo-nos no bairro, criar tecido humano…

**Na tua opinião, o que diferencia a Bambera?**

Tanto a Bambera como a Fiebre del Cante reúnem gente com distintos graus de conhecimento, mas com muita curiosidade e vontade de aprender, partilhar e desfrutar. Em ambos os casos é inegável que existe um *programa* invisível que faz com que o grupo humano que se junta seja tão importante como os artistas. De qualquer forma, procuramos sempre transmitir a ideia de que a nossa *afición* ao flamenco não é uma posição meramente estética, identitária, de moda, *cool* ou *underground*, mas que congrega também uma autêntica admiração por um fenómeno artístico e cultural que nos parece potentíssimo. Em Espanha, existe na atualidade um fenómeno *neofolk* muito forte e somos bastante críticos com os usos estéticos, despolitizados e consumistas da cultura, e ainda mais quando se tratam de culturas tradicionais e com sentidos comunitários. Entendemos que pode haver gente que se aproxime do festival ou da *peña* arrastada por esta nova tendência, mas desde o primeiro momento tratamos de inculcar paixão pelo cante. Isto diferencia-nos até de muitas *peñas* clássicas, que se converteram já em locais de encontros sociais onde se fala, se faz barulho e não há respeito algum pelo cante.

**No contexto das guerras culturais contemporâneas, notam-se tentativas de apropriação do cante?**

Evidentemente que sim. Absolutamente todos os agentes, instituições, sujeitos e identidades relacionadas com o cante estão permanentemente a dar voltas à história e à realidade para deitarem mãos à paternidade/maternidade do cante. É terrível. O pior é que, neste sentido, os movimentos da autodenominada esquerda têm sido os mais patéticos, e também os mais agressivos. Há uma tendência lamentável para converter o flamenco numa espécie de folclore ancestral andaluz, algo que constitui uma farsa histórica e que acaba por servir os interesses de um nacionalismo populista idiota e desonesto. Por outro lado, existem aqueles discursos que afirmam que para cantar e desfrutar do cante tem que se ser cigano. Não têm razão com a sua deriva etnicista apropriadora do flamenco, mas é um gesto que acaba por se compreender, tendo em conta a situação histórica de perseguição e opressão da comunidade cigana. Neste sentido, entendemos os seus protestos face ao meio *payo*, mas os seus representantes estão a perder as estribeiras com este tema. Depois, existem também movimentos de apropriação muito fortes por parte de algumas localidades como Jerez de la Frontera, de instituições como a Junta de Andaluzia, da Marca España… Pobre flamenco.

**Para terminar, recomenda-nos dois ou três discos de que gostes especialmente.**

*Despegando*, de Enrique Morente e Pepe Habichuela; *El calor de mis recuerdos*, de Antonio Mairena; *La puerta Ronda*, de José Menese.

# A bastardice é um lugar político

Bastarda, lésbica, anti-senhorita, feminista e pagã. A boliviana Maria Galindo esteve em Lisboa para nos falar de um feminismo radical que recusa as condições identitárias como absolutas e escolhe «o lugar do ilegítimo, do negado, do insultado, do denegrido, do humilhado para pensar».

Apresentação do filme "Revolução Puta" na Casa do Comum / Foto: Coletivo Left Hand Rotation

**NATHÁLIA E FABIANA**
**COLETIVO LEFT HAND ROTATION[1]**

No dia 3 de julho, uma brasileira (Nathália) e uma boliviana (Fabiana) sentaram-se para conversar com Maria Galindo no seu último dia de viagem por Lisboa, numa sala cercada por azulejos da Casa do Comum.

O principal motivo da viagem de Galindo foi a projeção de *Revolución Puta!*, a sua mais recente produção cinematográfica realizada com o coletivo Mujeres Creando - coletivo do qual faz parte na Bolívia há 30 anos (mujerescreando.org). A obra é o resultado de cerca de duas décadas de luta ao lado de trabalhadoras sexuais e diferentes coletivos: «sin patrones ni proxenetas».

A viagem de Maria foi marcada por uma série de eventos realizados por pessoas e coletivos informais: projeção do filme de Galindo no «curtas à tarde» no Sítio e em outro dia na Casa do Comum; uma conversa no Forte de Santa Apolónia sobre a rua como manifestação política com o C.E.M (Centro Em Movimento); uma entrevista no DAMAS, além da emblemática ida de Galindo ao GAT da Mouraria e do Intendente, seguida de uma conversa + projeção do documentário *Seis Mulheres e uma Semente,* de Larissa Lewandowski, com as Manas (@manasaferspace) na Sirigaita.

Maria, que está acostumada a caminhar por uma cidade repleta de subidas e descidas a 3600 metros de altitude, chegou ao nosso encontro cheia de energia, após um dia inteiro vagueando por Lisboa. Antes de começarmos, fez apenas uma exigência: que não nos autocensurássemos e que compartilhássemos com ela todos os pensamentos e perguntas com total liberdade. Quando pedimos a sua autorização para gravar a entrevista, ela respondeu: «Se até a CIA me grava, como não permitiria que vocês o fizessem?» E, nesse clima descontraído, iniciámos a conversa com Maria Galindo.

**Quem é a Maria Galindo?**

Eu sou socialmente «abaixista». O que quer dizer? Ir para baixo, e não para cima. Porque há um arrivismo social, que está nos vencendo a jogada. De nada adianta ser proletário se você é um «arrivista»; de nada adianta ser plebeu ou plebeia se você é um «arrivista», porque as suas aspirações e o seu modelo estarão voltados para cima e não para baixo. Então, eu sou «abaixista». Isso não significa que eu não reconheça que tenho privilégios, mas, apesar dos privilégios que tenho, me interessa ir para baixo.

Etnicamente, sou bastarda; sexualmente, sou lésbica; sou anti-senhorita, sou feminista, sou pagã. Sou integrante de um movimento social porque acredito nas lutas coletivas, mas, de forma alguma, ser parte de uma luta coletiva significa submeter-me a uma tirania coletiva. Acredito no trabalho coletivo e na luta coletiva, mas também acredito na criação individual, pessoal e nas lutas pessoais. Estes dois movimentos não estão em contradição e podem perfeitamente se complementar. Gosto muito de questionar o binarismo sexo-genérico, de apresentar-me como uma «não-mulher», porque fui expulsa socialmente do universo das mulheres pelas instituições patriarcais da sociedade à qual pertenço. E essa expulsão só me fez perceber que não perdi nada, mas ganhei muitíssimo.

**O que é e como se constitui um discurso além da identidade?**

Diante do neoliberalismo que nos tirou, à escala global, os direitos e as referências construídas pelos proletários do século XX (como o trabalho, os direitos laborais e os direitos coletivos), não importa se vivemos ou não numa sociedade socialista. Os proletários em Portugal, no Brasil, na Bolívia, construíram a educação pública, a saúde pública, a reforma agrária, etc. Logo o neoliberalismo veio para destruir essas referências. E, diante desse processo destrutivo, respondemos com uma espécie de refúgios identitários: o índio, o indígena, o negro, a mulher, o *maricon*, a pessoa com deficiência, surgiram como identidades em resposta à ausência de referências e à necessidade de construir novas referências de luta. O problema desse processo é que, nessa resposta, há legitimidade. Ou seja, se eu, diante do neoliberalismo, digo que sou lésbica, sou boliviana, sou índia, sou negra, sou pobre, sou migrante, há legitimidade nessa resposta, mas, em simultâneo, há uma perda.

**Porquê?**

Porque o neoliberalismo entendeu muito bem essa resposta e começou a disciplinar os movimentos identitários com uma oferta de direitos. Então, uma oferta de direitos para *maricones*, uma oferta de direitos para mulheres, para pessoas com deficiência, para indígenas… toda essa oferta de inclusão. Ou seja, um neoliberalismo que te tira tudo, mas que te oferece inclusão. Houve, então, uma reação perversa, uma oferta perversa que seduziu e confundiu muito. Tivemos duas confusões muito graves a partir disso.

Primeiro, entrincheiramento na identidade, fazendo da identidade quase uma trincheira com fronteiras. Por outro lado, passou-se a acreditar num discurso reivindicativo de direitos particulares, fazendo com que a identidade se tornasse algo funcional à oferta de direitos por parte do Estado. Isso domesticou tremendamente as lutas. Pense na oferta de representação política para as mulheres, ou na oferta de casamento igualitário para os *maricones* (que afinal não existe, já que qualquer casamento é um ato de dominação; não há igualdade nisso),

ou na oferta de inclusão para os povos indígenas dentro de um esquema racista e colonial (isso é um absurdo!). Qual é a inclusão que você vai me dar? Que eu use um poncho, um traje folclórico e tire uma foto com você? Uma inclusão tipo «Benetton», onde estão todas as diversidades juntas, mas sem afetar as estruturas de dominação. Portanto, as identidades apresentam um nível de legitimidade, mas, ao mesmo tempo, perdem essa legitimidade quando se tornam algo rígido e repetitivo. E é muito difícil fazer com que um movimento identitário saia do roteiro que repete, porque o roteiro que repete é o que o constitui e não é um roteiro subversivo, é um roteiro repetitivo.

Quando você entende que nunca é apenas mulher, apenas migrante, apenas lésbica, apenas negra, apenas indígena, percebe que é muitas coisas ao mesmo tempo. Portanto, as identidades são sempre fragmentos identitários, mas não condições absolutas. Quando as identidades se tornam condições absolutas, para se salvarem, precisam se constituir em fundamentalismos. É assim que surgem fundamentalismos identitários em movimentos subalternos. E isso é muito grave, porque o fundamentalismo é uma arma do fascismo. Portanto, você não vai conseguir questionar o fascismo a partir de um fundamentalismo identitário. Como evitar isso? Entendendo a identidade como um fragmento quebrado. Eu não trabalho com interseccionalidade. Respeito a interseccionalidade das mulheres negras norte-americanas, mas não gosto do conceito, porque secções existem nas prisões e nos supermercados. Eu acredito em fragmentos quebrados. A identidade é um fragmento sem forma definida. Um dia, você era brasileira; hoje, você é migrante. Essa é uma situação diferente, onde você não deixou de ser aquilo, mas começou a ser outra coisa, algo mais. Há mutações na própria identidade, e é assim que podemos evitar ser aprisionados por ela.

Conversa com o coletivo Manas na Sirigaita / Foto: Joana Canedo

Quando as identidades se tornam condições absolutas, para se salvarem, precisam se constituir em fundamentalismos. É assim que surgem fundamentalismos identitários em movimentos subalternos.

**O que pensas sobre a auto-vitimização e a auto-mitificação?**

A identidade, quando se torna um fundamentalismo, só pode se repetir. Quem você é? Sou lésbica. Quando comecei a ser uma lésbica pública há 30 anos, as entrevistas sempre giravam em torno do mesmo: «Como você descobriu ser lésbica? Conte-nos sua história». Agora, vai falar a lésbica no dia 28 de junho, mas nos outros 364 dias do ano, não existimos. Então, qual é a única maneira de uma identidade única persistir? Através da auto-mitificação. Ser lésbica torna-se algo extraordinário, ser indígena é algo magnífico, ou ser migrante torna-se algo especial. Mas isso não é necessariamente verdade.

Por exemplo, se você, como migrante, assume como uma aspiração o modelo de vida europeu, isso não significa que terá acesso a esse modelo de vida europeu. No entanto, essa é a sua aspiração e ela se torna o coração da sua vida. Então, onde realmente está a questão? É um pouco o que Frantz Fanon descrevia quando falava de «pele negra, máscaras brancas». Você não busca libertação ou emancipação do amo, mas quer ser o amo. Isso é, na verdade, uma forma de sujeição ainda maior.

A auto-mitificação do sujeito consiste em começar a se considerar como algo magnífico, especial, diferente. Isso é essencialismo. E, no feminismo, isso é muito comum: a auto-mitificação da condição de ser mulher. Você deixa de fazer uma análise auto-crítica, e a visão crítica de si mesma é fundamental. Um olhar crítico sobre o seu lugar no mundo é o que lhe permitirá mudar esse lugar e, além disso, repensar o horizonte aspiracional no qual você se encontra. O que você quer? Por que você está aqui? Essa é uma pergunta inescapável.

**Discutimos entre nós, enquanto imigrantes aqui, sobre a condição imposta ao imigrante, limitado a oferecer apenas certas coisas e a ser de uma determinada forma. Mas identificámos também que esses «refúgios identitários» são alimentados pelos próprios imigrantes. Ou seja, não há uma luta interna para resistir a isso; pelo contrário, parece haver um «servilismo a esse olhar externo», pois assim se ganha mais dinheiro e se ocupam posições que, de outra forma, não seriam possíveis. Nesse contexto, como podemos criar espaços de enunciação e proposta?**

A questão que você levanta é extremamente importante e reflete um fenômeno bastante amplo. As sociedades europeias, de facto, abriram-se ao produto cultural do Sul, mas sob uma lógica de disciplina. Há processos de exotização, folclorização, paternalismo e maternalismo. Por exemplo, na Bienal de Veneza, havia «arte indígena», mas, o que é arte indígena? Já começa com a categorização: existe a Arte em maiúscula e, depois, a arte indígena em minúscula, ou arte de mulheres ou arte «marica». Há uma distinção entre a arte universal e a arte que é particular, restrita a um contexto temático específico, considerado não universal.

E o que é o universal? Não quero salvar a categoria universal, porque ela pertence à modernidade e ao eurocentrismo, onde o europeu fala sobre o mundo e pelo mundo, e só ele é considerado universal. Todos os outros, as outras e outres são vistos como particulares, não universais. Assim, você pode falar sobre uma arte amazônica de folhagens pintadas, mas não pode falar sobre o que a Amazônia representa para o ar que os europeus respiram. Isso não é permitido, só pode ser em termos não interpretativos e não universais.

Eu não proponho a universalidade, mas sim a pluriversalidade. A pluriversalidade é o que vai derrotar a universalidade, enquanto a particularidade complementa a universalidade.

Nós somos vistas como sujas, feias e ignorantes. E enquanto você representar isso, será bem-vinda. Mas se quiser sair desse estereótipo, terá que tentar se encaixar nos termos do universal, mas será sempre um lugar negado, porque não poderá expressar o seu pensamento de forma horizontal. A única maneira de se comunicar plenamente é inaugurando, pensando e abrindo a pluriversalidade. No entanto, isso é muito difícil. Eu mesma tenho experimentado durante muito tempo e encontrei poucos interlocutores no mundo da arte que compreendam isso. Um deles, é Paul Preciado, mas Preciado não é um curador de arte comum; ele é um produto muito peculiar da sua sociedade, pessoa trans sujeito a uma série de elementos que, acredito, permitem-lhe entender uma interlocução diferente.

O que me permite desenvolver o pensamento e a criação no nível de propor a pluriversalidade é o meu trabalho na sociedade boliviana.

Viver numa sociedade que te nega diariamente (porque eu já vivi aqui na Europa) exige que você crie metodológica e cotidianamente um espaço para vomitar, conjurar, lavar, curar-se do colonialismo, e isso não se faz apenas com água. É um processo político distinto. A sociedade boliviana e o contexto latino-americano, em geral, te alimentam imediatamente. É necessário ter métodos, cuidar-se e, acima de tudo, não ceder à funcionalidade imposta.

Porque o discurso eurocêntrico demanda a presença de arte indígena? Para evitar acusações de eurocentrismo. Trata-se de uma purga da culpa europeia. Existem setores críticos, mas que acabam perversamente envolvidos neste processo, respondendo de forma submissa. Devido à invasão da Ucrânia, a Rússia foi impedida de usar seu pavilhão na Bienal. Como alternativa, decidiram preenchê-lo com arte indígena boliviana, os artistas bolivianos aceitaram levar suas obras para serem consumidas nesse contexto. Nesse cenário, há um conflito claro entre o universal, o particular e o pluriversal.

**E em tudo isso, como se atravessa o bastardo?**

O bastardo surge de um lugar diferente. O bastardo nasceu como uma resposta à auto-mitificação indígena e à vitimização indígena. A Bolívia é uma sociedade indígena, e o sujeito indígena, para mim, é o sujeito politicamente mais importante e mais transcendente de toda a mal chamada América. Então, o diálogo estabelecido com esse sujeito é fundamental. E isso é graças, digamos, à minha condição de lésbica. Conceitos como o original ou ancestral sempre me pareceram suspeitos. Quando me dizem: «Você tem que obedecer porque isso é ancestral», eu respondo: «E como você sabe que é ancestral?» «Porque vem dos avós,» me respondem. Sim, mas se você tem 40 ou 50 anos, seu avô tem 80 anos, ou seja, seu avô já é um republicano, e o avô do seu avô é colonial, porque estamos falando de 500 caralhos de anos de colonização. Então, a ancestralidade é um argumento suspeito e a originalidade também.

Como lésbica, fiz uma pesquisa super-interessante em um livro chamado «Não há liberdade política sem liberdade sexual» [*No hay libertad política sin libertad sexual,* Mujeres Creando, 2017], sobre a relação entre o mundo indígena e o que eu chamo de *maricon*. Explorando um pouco a relação com a heterossexualidade por parte dos porta-vozes do mundo indígena (que todos são extremamente homofóbicos), que só aceitam homem e mulher, e a complementaridade é obrigatória. E fui pesquisando e demonstrando que não é bem assim, que, de forma pré-colonial, existia uma construção sexo-genérica muito mais complexa. Então, aí nasceu o bastardo, para dizer: «Você pode se chamar de indígena, originário e ancestral. Eu sou bastarda, eu sou o não legítimo.»

A bastardice é um lugar político. Eu escolho o lugar do ilegítimo, do negado, do insultado, do denegrido, do humilhado para pensar, e repudio

Apresentação no espaço público co-organizada com o C.E.M / Foto: Coletivo Left Hand Rotation

o pensamento desde o lugar do puro, da certeza e da legitimidade. O bastardo nasce também da crítica à mestiçagem, porque a tese da mestiçagem é uma das mais tóxicas para todo o continente que eu chamo de «sem nome». Não houve tal mestiçagem, mas um produto de uma relação sexualmente violenta. Ou seja, o bastardo é também reconhecer que nossa origem é a violência. Vivemos em sociedades hiper-violentas porque a violência é o nosso mito de origem. Não viemos de Adão e Eva; viemos da violação do pai à mãe. Somos filhas de estupradores, netas de estupradores, netas de estupradas.

**E você acha que o bastardo abriu caminho para a pluriversalidade que você mencionava?**

Sim, o pluriversal é um filho posterior ao bastardismo.

**Você menciona que as mulheres do Sul vêm em função da necessidade do capitalismo; não são migrantes, mas exiladas da economia do Sul, que depois serão expulsas da economia do Norte. Gostaria de entender um pouco mais sobre isso.**

Claro, a migração, minha irmã, é muitas coisas, e eu não vou explicar a vocês o que é, mas uma delas pode ser compreendida a partir do capital e das necessidades do capitalismo. O capitalismo do Norte precisa de mão de obra barata para assumir os cuidados, porque nem as mulheres nem os homens do Norte querem ou vão assumir esses cuidados. Ou seja, não há emancipação das mulheres do Norte capitalista em relação aos cuidados. É uma falsa emancipação, e isso está absolutamente comprovado. Há um chamado subterrâneo que se apresenta como uma oportunidade.

Você encontra muita crise na relação homem-mulher no Norte global, compensada pela mulher do Sul. A mulher do Sul se torna uma contenção afetiva. Nesse contexto, ela é uma exilada do neoliberalismo, porque ela não pode exercer os cuidados nem construir seus horizontes afetivos no Sul; ela vem para o Norte para oferecer essa contenção aqui e, ao mesmo tempo, sustentar sua família lá, porque esse dinheiro retorna. E, no momento em que essa mulher não é mais produtiva, ela não é mais bem-vinda.

As sociedades europeias, de facto, abriram-se ao produto cultural do Sul, mas sob uma lógica de disciplina. Há processos de exotização, folclorização, paternalismo e maternalismo.

Para mim, viver numa sociedade onde oito em cada dez jovens, homens e mulheres, querem sair é um motivo para chorar. Sociedades como a espanhola, a alemã e a norte-americana *precisam* de mão de obra subordinada, precisam de trabalhadores para os cuidados, e precisam roubar os poucos profissionais que conseguimos formar em nossas universidades públicas, subsidiadas com nossa riqueza interna e nosso produto interno bruto. É um processo de esvaziamento e empobrecimento muito grave. Então, eu preciso desenvolver, e de facto o faço, um discurso crítico contra a migração, porque, além disso, as condições de vida aqui são horríveis: habita-se mal, come-se mal, a saúde é ruim, o estado de espírito é ruim, não há contenção afetiva, não há liberdade erótica, não há nada.

Nós (Mujeres Creando) temos uma casa, uma rádio (Radio Deseo) livros, esperanças, lutas, uma agenda diária, e temos um país. Veja que não somos nacionalistas, mas uma coisa é não ter um país e outra coisa é tê-lo. E quando você está aqui como migrante, é tratado como de segunda, terceira ou quarta categoria.. Então, precisamos fazer um discurso crítico sobre a migração. A África também precisa fazer um discurso crítico… É um dogma capitalista que nossas sociedades são inviáveis; é um dogma capitalista que as sociedades do Norte são sociedades de bem-estar. Na Bolívia, há colônias de menonitas, por exemplo, que têm ganhado terreno no setor agropecuário da soja. Há uma série de grandes colônias de chineses. Há uma angústia europeia, especialmente francesa e alemã, de controlar a exploração do lítio. Se não tivermos uma massa crítica lá, trabalhando e atuando a partir de lá, isso vai acabar se deteriorando muito rapidamente.

**Porque migramos?**

Quando trabalhamos com mulheres que foram violadas ou com aquelas cujas filhas foram assassinadas, é muito importante que elas compreendam que estão vivendo um drama pessoal, mas também fazem parte de um fenômeno social. Ou seja, não foram violadas porque estarem vestidas de uma determinada maneira ou por estarem em um determinado lugar e, portanto, serem culpadas; foram violadas porque há uma construção social sistêmica que torna nossos corpos violáveis, independentemente de como nos vestimos e/ou onde estamos. Assim como essa conexão no caso da mulher violada, é relativamente fácil, entenderem que vocês estão aqui e não em outro lugar não apenas por vontade própria, por uma escolha pessoal, mas como parte de um fluxo capitalista que precisa ser compreendido. Não é apenas uma situação isolada, é a sua situação inserida em um fenômeno social que a rodeia.

No movimento Mujeres Creando, percebemos que existe uma curiosidade gigantesca por vir, o tempo todo nos dizem que os EUA representam um sonho, que a Europa representa a civilização. Nós somos o feio, o sujo, o defeituoso, o não histórico. Isso vai se enraizando. As companheiras sentem uma curiosidade enorme por este lado do mundo. No movimento, 80% das mulheres participaram de eventos políticos e culturais aqui, com convites, porque, não podemos permitirmos esse luxo, para desmistificar essa crença. Eu acredito muito na necessidade de desmistificar: qual estado de bem-estar? Qual democracia?

A tese da mestiçagem é uma das mais tóxicas para todo o continente que eu chamo de sem nome. Não houve tal mestiçagem, mas um produto de uma relação sexualmente violenta.

**E o que será o desenvolvimento?**

Sempre fomos explorados. É preciso conhecer o que é «desenvolvimento». Eu entendo essa expectativa e a necessidade de desmistificar essa visão. É importante, nesse processo, entender que você é parte de um fenômeno social. Eu saí da Bolívia para salvar minha vida, pois estava sendo perseguida, e entrei em uma vida acadêmica. Quando terminei minha vida acadêmica, surgiu a dúvida: e se eu ficar? Vou ganhar dinheiro, vou viver bem… na Bolívia, não tinha nada. Há um momento em que você decide: vou ou fico? Eu decidi voltar. Mas não acredito que esse seja o único caminho ou o único lugar. Cada um deve decidir o que deseja.

**E para encerrar, qual foi sua percepção desses dias em Lisboa?**

Estou muito agradecida a vocês, muito feliz e comovida, e quero dizer que aprendi muitas coisas. Fico contente que tenhamos tomado este evento das instituições culturais e quero destacar: na capacidade organizativa, na recepção e na maneira como tudo foi conduzido, que não há nada a invejar a nenhum dos maiores museus. Tudo foi feito por esta pequena tribo. Por favor, acreditemos em nós mesmos e no que podemos fazer. Não tem limites.

Além disso, aprendi muito sobre este país, já que nunca estive aqui antes. E o vínculo com você, Fabiana, me fez pensar que somos terra. Eu adoro a frase de Atahualpa Yupanqui, o poeta do norte argentino: «Eu sou paisagem, eu sou terra que caminha». Essa sensação de sermos terra que caminha é uma revisão poética de nosso estar em outro lugar. E somos terra que caminha, porque foi a boliviana que me contatou. É um vínculo que remete a algo profundo; não é apenas sobre a artista, é sobre a condição de ser boliviana o que nos une. É interessante, não tem nada a ver com nacionalismo, mas com a poesia de ser terra que caminha. Somos terra que caminha.

**1** Entrevista conduzida em espanhol por Fabiana e Nathália, revista e traduzida para português do Brasil por Nathália, Joana e Paulo

# «Porque é que estão tristes se a lua está tão bonita? »: a esperança queer palestiniana

**EMA GONÇALVES**
EMA.GONCALVES99@GMAIL.COM

*«Se eu tiver de morrer*
*que isso traga a esperança*
*que seja uma história»-Refaat*
*Alareer (1) traduzido por*
*Margarida Vale de Gato*

Paisagens de casa: Pássaros acima de Nablus, capturados num rolo de filme queimado. Maria Zreiq (2024)

O movimento *queer* de solidariedade com a Palestina tem vindo a crescer. Neste movimento, a diversidade da existência *queer* permite uma exploração de múltiplas possibilidades de futuro, combatendo ideias imutáveis de controlo e opressão.

Segundo alQaws, uma das organizações palestinianas de base dedicada à construção de comunidades *queer* na Palestina, a libertação *queer* está fundamentalmente ligada aos sonhos de libertação da Palestina seguindo princípios de autodeterminação, dignidade e o fim de todos os sistemas de opressão. Num contexto de colonialismo de ocupação é impossível definir onde acaba a colonização e onde começa a violência patriarcal. A organização considera a libertação *queer* uma abordagem política ao género e sexualidade, baseada na rejeição da heteronormatividade e do patriarcado, que estão na base dos sistemas de opressão - incluindo o israelita. Assim, políticas *queer* e feministas expandem-se além de identidades individuais, sendo quadros de análise políticos importantes ao informarem sobre as relações que existem entre todos na construção de uma sociedade.

### A ilusão do *Pinkwashing*

No que concerne à Palestina, Israel apropria-se da suposta defesa de direitos LGBT+ escondida atrás de conceitos como homonacionalismo e *pinkwashing*. Em geral, estes conceitos remontam à utilização de direitos LGBT+ - da nossa identidade- como escudos e capas para justificar todo e qualquer comportamento. Em específico, o homonacionalismo remete à utilização de promoção de direitos LGBT+ para justificar narrativas e retóricas nacionalistas, e o *pinkwashing* no uso dos direitos LGBT+ como farol distrativo de diversos outros comportamentos como as sucessivas violências sobre o povo palestiniano. Podemos pegar numa visão assimilacionista e questionar: se Israel é um paraíso LGBT+, porque é que o casamento igualitário não é legal?. Há marchas em Tel Aviv mas sabiam que Haifa ocupada também teve marchas *queer* palestinianas? Mas numa visão verdadeiramente *queer*, onde o casamento pouco ou nada diz, uma entidade colonial nunca poderia ser um paraíso *queer*. A perspetiva *queer* é opor-se à violência colonial que é inerentemente queerfóbica.

As táticas de *pinkwashing* por parte de Israel fazem parte da narrativa de desumanização dos palestinianos, tentando alienar palestinianos *queer* das suas próprias comunidades. Quando falamos de *queerness* é muito fácil cairmos numa lógica neoliberal assimilacionista. Quando consideramos pessoas *queer*, questões como o racismo e a exploração laboral estão conectadas com o regime cisheteronormativo, que policia e controla os nossos corpos em todas as vertentes. A libertação não é divisível.

Quando consideramos pessoas *queer*, questões como o racismo e a exploração laboral estão conectadas com o regime cisheteronormativo, que policia e controla os nossos corpos em todas as vertentes.

### A utopia real do *queerness*

Segundo o pensamento de José Esteban Muñoz, uma utopia questiona, critica e ousa imaginar algo diferente. Este futuro parte de pensar *queer* como um processo, algo a que ainda não chegamos, mas que conseguimos almejar com diferentes formas de pertença que se juntam num coletivo. A conceção de *queer* não se restringe a identidade e orientação sexual, nem estas são inerentemente revolucionárias. Para Judith Butler, filósofa feminista, *queer* serve como um ponto de partida para a contestação da norma, uma luta contra o regime heteronormativo, patriarcal, colonialista, misógino e racista. Assim, os movimentos de libertação coletiva detêm poder e neles reside a esperança radical de um futuro melhor.

Um grande exemplo de um movimento *queer* transnacional é o coletivo *Queers in Palestine*, que lançou o seu manifesto «Uma demanda libertária de *queers* na Palestina» em novembro de 2023. No manifesto afirmam: «Recusamos táticas coloniais e imperialistas que nos procuram alienar da nossa sociedade e alienar a nossa sociedade de nós, com base na nossa *queerness*», sendo assinado por 523 organizações em todo o mundo. Em Portugal, vários grupos como Chaves Comunitária, Braga Fora do Armário, Coletivo Libertação da Palestina, Marcha do Orgulho do Porto, Guimarães LGBTQIA+, Movimento Virgínia Moura, Headbangers Antifascistas, Núcleo Antifascista de Guimarães, 8M Guimarães, Feminismo sobre Rodas, Humans Before Borders e Disgraça foram alguns dos signatários, ilustrando a conexão com o movimento de solidariedade *queer* internacional. Além disso, blocos da Palestina têm sido uma presença habitual em manifestações de justiça social em Portugal, como habitação, direitos de migrantes, racismo, feminismo, direitos LGBT+ e antifascismo, entre outros; e diferentes vigílias, protestos e eventos em solidariedade com a Palestina têm sido organizados nos últimos meses, demonstrando a interseccionalidade das libertações coletivas.

A esperança como prática revolucionária (o muro de separação colonial capturado no campo de refugiados de Aida, Belém). Maria Zreiq (2024).

Em maio de 2024 fui à Palestina, e quando comecei a pensar este texto ainda não tinha comigo o meu diário de campo, que se encontrava algures entre o espaço aéreo palestiniano e o nosso – tive de enviá-lo por correio por questões de segurança, para não passar pelo interrogatório no aeroporto com ele e arriscar expor informações. Entre relatos de torturas nas prisões israelitas, a armas do IOF (exército de ocupação israelita) apontadas a toda a hora, *checkpoints*, interrogatórios e revistas, discursos desumanizantes, câmaras de vigilância, notícias de mártires assassinados, casas destruídas, árvores e ovelhas queimadas – surge o óbvio que a existência, da qual a *queer* não é exceção, está como sempre ameaçada pelos sistemas de opressão vigentes, pelo colonialismo, pelo imperialismo, pelo capitalismo. Mas não podia deixar de lembrar quando, em Ramallah, Palestina, ao anoitecer, depois de um jovem partilhar connosco a sua experiência de ser torturado numa prisão israelita, todos ficámos tão atordoados que não conseguimos reunir a coragem para dizer uma palavra. Ele não perdeu tempo e perguntou-nos: «Porque é que estão tristes se a lua está tão bonita?». O famoso poema «(nós palestinianos) nós ensinamos vida, senhor» ecoou na minha mente inúmeras vezes enquanto viajava por diferentes cidades. Desde crianças num campo de refugiados em Belém a adotar um gatinho de rua, aos vasos de flores serem a única coisa que restou de pé depois das forças israelitas queimarem uma oficina, às crianças a brincar com papagaios de papel por todo o lado, e até ao próprio poema que abriu este artigo, - os palestinianos constroem a sua esperança todos os dias.

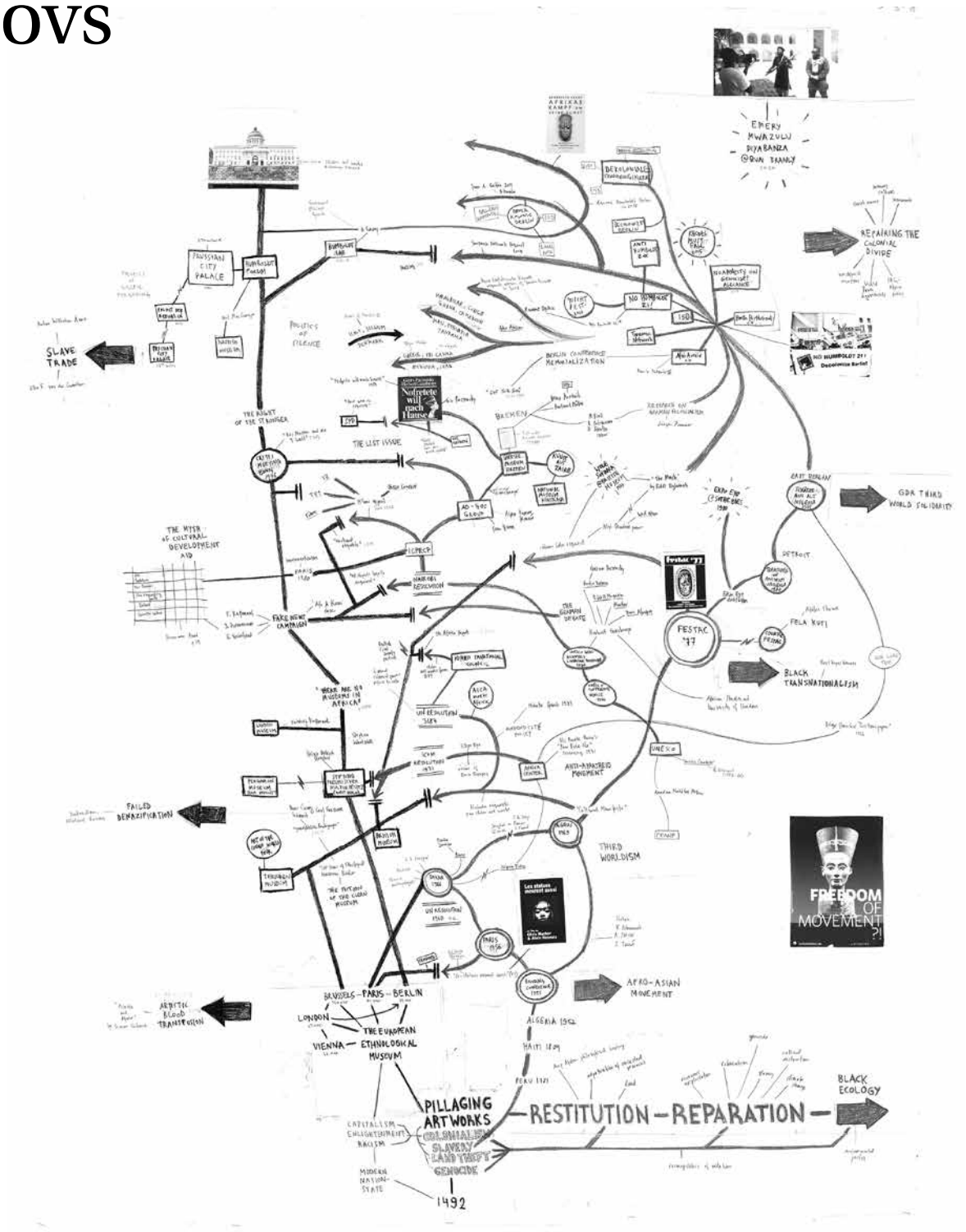
Concluí minha dissertação de mestrado sobre a resistência cultural na Palestina através da rádio comunitária com a citação «A Palestina é comunidade, e na comunidade há esperança» e mais uma vez, um ano depois, mantenho e fortaleço essa posição. E desta vez, com uma certeza que as pessoas pelo mundo também. Os movimentos de libertação coletiva detêm o poder e neles reside a esperança de um futuro melhor. A existência *queer* é um desafio à norma, é uma luta por futuros diferentes e por liberdades coletivas. A luta *queer* é a luta da Palestina e outras tantas lutas. A libertação *queer* passa inerentemente pelo fim da ocupação, por um cessar-fogo, por uma Palestina livre**.**

### NOTAS

**1** Refaat Alareer era um escritor, académico e ativista palestiniano que foi morto em Gaza em dezembro de 2023 durante um bombardeamento. Este poema foi um dos últimos que escreveu.

# Beyond Molotovs

**KITTI BARACSI**




«O autoritarismo pode ser desafiado e derrotado: esta é a lição mais importante deste livro. Em todo o mundo, inúmeras pessoas, coletivos e movimentos desenvolvem estratégias poderosas e criativas para se oporem às forças nacionalistas, racistas, classistas e anti-feministas. Grande parte destas estratégias vão muito para além de uma definição restrita de "defesa da democracia" ou de "resistência". Não defendem o *status quo* catastrófico contra a extrema-direita, mas propõem formas diferentes, mais justas e mais democráticas de estarmos juntos. Estas estratégias e lutas transportam ideias, emoções e práticas que são as sementes de um outro mundo.» - escrevem Aurel Eschmann e Börries Nehe na introdução do manual que reúne mais de 50 relatos em primeira mão de movimentos antiautoritários, ativistas, artistas e académicos de todo o mundo, centrando-se na dimensão sensorial e emocional das suas estratégias. Os/as editores/as por detrás do International Research Group on Authoritarianism and Counter-Strategies e o kollektiv orangotango são: Aurel Eschmann, Börries Nehe, Nico Baumgarten, Paul Schweizer, Severin Halder, Ailynn Torres Santana, Inés Duràn Matute e Julieta Mira.

A criação de coleções globais de práticas de ativismo já não é uma novidade na história do *orangotango* - coletivo de educação popular e protesto criativo. O livro *This is not an Atlas*, publicado em 2018, recolheu contra-cartografias de muitos lugares do mundo. Será por isso que o livro *Beyond Molotovs* começa com uma contra-cartografia que mostra as localizações dos contributos. Mas para que servem as coleções globais de estratégias? No meu entender oferecem um espaço para contar outras narrativas e arquivar as práticas, não necessariamente para escrever história, mas com uma lente mais focada no presente, para inspirar a ação coletiva "aqui e agora", onde quer que seja. O índice do livro está organizado não só por ordem das entradas, mas também por categorias que representam diferentes estratégias: expor-acusar-recordar / subverter-desviar-atrapalhar / disruptar-retomar - transfigurar / explorar-transcender-desejar / sentir-transmitir-agregar / ligar-tecer-nutrir. Verbos que descrevem diferentes maneiras, às vezes pouco visíveis ou reconhecidas, de desafiar o poder.

Um manual como este serve também como ponto de encontro: as revisões, apresentações e oficinas que nascem a propósito do livro podem criar espaços de convergência, partilha de ferramentas, reflexão conjunta e fomentar novas alianças. *Beyond Molotovs* não é um livro para ler de uma vez; é mais um lugar de inspirações para visitar quando nos falta fôlego. O livro defende a importância do sensorial e emocional e isso reflete-se no seu formato: está cheio de imagens, com descrições simples que nos transportam a contextos desconhecidos ou a mundos imaginados. Apesar disso, não lhe falta análise, integrando textos que incitam à reflexão e demonstrando sempre a preocupação estética de os destacar entre capítulos.

Seria um exercício bastante ingrato qualquer tentativa de resumir o conteúdo deste livro ou retirar grandes conclusões sobre as práticas que descreve. *Beyond Molotovs* é como se colocássemos óculos coloridos que afinam o nosso olhar para ver e celebrar a resistência em todos os lados. Algumas das estratégias que aparecem no livro são bem conhecidas em Portugal, como, por exemplo, a iniciativa Rua Marielle Franco. O livro *Beyond Molotovs* ensina-nos que tudo pode ser estratégia antiautoriária, se assim quisermos: o mapeamento descolonial da história de um país, desenhar e imaginar a resistência, uma banda sonora da revolta, uma bandeira de melancia, um jogo de tabuleiro antiautoritário ou apoiar os movimentos sociais através da produção de cerveja. Aprendemos, assim, que nada disto é banal, mas sim oportunidades para nos organizarmos e reconhecermos: somos muitas, somos criativas.

Exemplo disso, é o partido «Cão de Duas Caudas» (MKKP), na Hungria, que sendo eu húngara não posso deixar de mencionar. É composto por um grupo de ativistas que ao longo do tempo se transformou num verdadeiro partido, conhecido por fazer intervenções satíricas nas ruas e nas redes sociais, sobretudo mediante memes cómicos, expondo dessa forma a sua visão para um mundo melhor, um mundo que abre espaço para a subversão e questionamento do poder político. Zombando do poder, conseguem expor as suas falhas e também rir de si próprios. As gargalhadas coletivas criam aliança e pertença. Prova disso é o partido MKKP, que se refere a si mesmo como «o único partido que faz sentido», já ter 4 vereadores em Budapeste.

Além da inspiração que podem trazer, algumas práticas descritas neste livro, mais ou menos relevantes ou adaptáveis ao contexto português, podem inspirar-nos de outra maneira. Ajudam-nos a perceber que somos muitas e somos diversas, mas nessa diversidade antiessencialista podemos reconhecer-nos e unirmo-nos para nos convertermos na maioria. Em Lisboa com certeza não faltam lutas importantes contra o autoritarismo e o capitalismo que parecem devorar a nossa cidade. Talvez ainda nos seja difícil ver e reconhecer a capacidade de criar outros mundos possíveis aqui e agora e de aprender de formas criativas e afetivas. Em Lisboa e Portugal convivem muitos mundos, de onde surge uma pluralidade de estratégias de resistência. Será que podemos colocar os nossos óculos para vê-las melhor? Gostaria de pensar que o Jornal MAPA também é um manual de estratégias antiautoritárias e, portanto, um ponto de encontro e valorização dessas práticas.

Mas daqui emerge um desafio: sem retirar importância aos espaços que conferem a sensação de aliança a quem luta por uma mudança, pergunto-me como é que alguém que nunca viveu algo parecido poderá aprender essas estratégias? Espero que o livro e as páginas deste jornal possam ser o começo de muitas conversas e fazeres coletivos em busca de tais respostas.

**Beyond Molotovs - A visual handbook of anti-authoritarian strategies**
International Research Group on Authoritarianism and Counter-Strategies / kollektiv orangotango (org.) Editora: transcript, 2024 | Livro disponível em: https://bit.ly/4dil0wX

# Quem disse que o esperanto morreu? Kiu diris ke Esperanto mortis?

O guitarrista Eduardo Soares e a tradutora Xana Paz a animarem um dos serões do congresso.
La guitaristo Eduardo Soares kaj la tradukinto Xana Paz animante uno el la kongresaj vesperoj.

**IGOR CEREJO**

**Ĉokolada biskvitoj kun klasbatal'aromo**

No princípio de agosto, aconteceu no Porto o nonagésimo sétimo congresso da Associação Apátrida Mundial (Sennacieca Asocio Tutmonda – SAT). Esta associação reúne esperantistas de esquerda de todo o mundo que, de uma maneira ou de outra, se interessam pelo esperanto enquanto ferramenta de resistência e de liberdade. Está vagamente dividida em secções (anarquista, comunista, arcoirista, ecologista...) que, pelos vistos, conseguem um entendimento mínimo, se olharmos aos quase 100 anos da associação.

As principais funções da SAT são editar uma revista (a Sennaciulo) e organizar um congresso anual, que serve para resolver assuntos internos, para celebrar a vida/confraternizar e para discutir e redigir a declaração do congresso. A declaração do congresso, que podeis ler na edição *online* do MAPA, tem sido ao longo dos anos, como podereis calcular, uma fonte de insónias e de taquicardias para toda a classe de prepotentes e galifões.

Estiveram presentes cerca de 80 pessoas de diversos países. Para o ano que vem, parece que vai ser na República Checa. Se gostas da ideia, aprende esperanto, inscreve-te no congresso e vai.

Saluton!

**Bolachas de chocolate com aroma a luta de classes**

En la komenco de la lasta Augŭsto okazis en Oporto la naŭ dek sepa kongreso de Sennacieca Asocio Tutmonda (SAT). Tiu asocio arigas maldekstrajn esperantistojn el la tuta mondo kiuj interesiĝas pri esperanto kiel ilo por rezisto kaj libero. Estas loze dividita en frakcioj (liberecana, komunista, ĉielarkista, verdula...) kiuj ŝajne atingas minimunan interkomprenon, se oni konsideras ke ĝi centjariĝis en 2021.

La ĉefaj taskoj de SAT estas eldoni revuon (Sennaciulo) kaj organizi jaran kongreson, kiu utilas por solvi internajn aferojn, por festi la vivon/kunvivi, kaj por diskuti/redakti la kongresan deklaracion.

La kongresa deklaracio, kiun vi povas legi en la reta eldono de «Mapa», estis tra la jaroj, kiel vi povas imagi, kialo por malbona dormado kaj takikardioj inter ĉiuspecaj arogantaj kaj friponaj homoj.

Ĉirkaŭ ok dek homoj el diversaj landoj ĉeestis.

Venontjare ŝajnas la renkontiĝo estos en Ĉeĥio.

Se vi ŝatas la ideon, lernu Esperanton, aliĝu al la kongreso kaj venu.

Saluton!

# Construir apoio mútuo perante o colapso

**F. OLIVAL**
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT

Entre os dias 6 e 16 de setembro, a cidade asturiana de Gijón foi palco de uma séries de conversas em torno do mote "*Construir Autonomia Frente a la Crisis Global*". Depois de uma semana de apresentações científicas sobre as consequências socio-ambientais do capitalismo, os limites das energias renováveis, a iminência do colapso sistémica e a urgência do decrescimento, com figuras como Carlos Taibo, Antonio Turiel e Alicia Valero[1], o fim-de-semana juntou sindicatos alternativos, experiências económicas de auto-gestão e movimentos sociais e ecologistas de base.

No dia 15 de setembro, as cooperativas integrais portuguesas Minga (Montemor-o-Novo) e Rizoma (Lisboa), juntaram-se à cooperativa integral extremenha Actyva, ao supermercado cooperativo La Osa (Madrid), à cooperativa de crédito Coop 57 (Barcelona), à União de Cooperativas Sindicais Alemã (UnionCoop-FAU), o Sindicato Labrego Galego (Galiza), os colectivos agroecológicos EH Kolektiboa (*Euskadi*) e Asamblea Payesa (Lleida), e à rede espanhola de criadoras de gado (Ganadera en Red) para pensar «como avançar na construção de espaços de autonomia para garantir as necessidades básicas?». No rescaldo da sessão, tivemos uma pequena conversa com Gonzalo Palomo, membro da organização e representante da cooperativa integral Actyva.

Investigador no domínio da pecuária, Gonzalo conta-nos que este evento, acolhido pela asturiana Corriente Sindical de Izquierda, foi impulsionado pela recente multiplicação de projectos extractivistas na região, relacionados com a «transição ecológica». O objectivo seria criar alianças entre o movimento sindical e as diversas lutas em defesa do território perante ameaças que vão desde a mineração e a construção de infraestructuras à produção de energia eólica e fotovoltaica. «São realidades que convivem, mas muitas vezes não chegam a se entrelaçar ou não encontram pontos de sinergia que permitam fortalecer o seu impacto».

A cooperativa integral Actyva, de que Gonzalo faz parte, foi criada em 2014, com o impulso da CNT Extremadura, como forma de promover a economia de auto-gestão. Cáceres, onde a Actyva está sediada, está ameaçada por uma mina de lítio projectada para uma distância de menos de dois quilómetros do centro da cidade. Terminada a fase de prospeção, a empresa mineira prepara-se agora para apresentar o projecto de exploração. Na sua opinião, a mobilização contra este projecto mineiro exemplifica o potencial de convergência entre movimentos ecologistas, organizações de economia alternativa e o movimento sindical. Explica que, durante as acções contra a mina de lítio, a Actyva compromete-se a garantir a alimentação e a ajudar na divulgação; por sua vez, a estrutura anarco-sindicalista presta apoio legal. Gonzalo afirma que a cooperativa incorpora a plataforma anti-extractivista «como bandeira», comprometendo-se a demonstrar, através de projectos como os de pecuária e olivicultura, que o território já é utilizado não só de forma produtiva, mas também através de prácticas realmente ecológicas.

> O objectivo foi o de criar alianças entre o movimento sindical e as diversas lutas em defesa do território.

O cooperativista evoca anteriores lutas contra centrais nucleares como exemplos da contradição entre a consciência socio-ambiental dos trabalhadores e a necessidade de ganhar um salário. Conta que, na central nuclear de Almaraz, «o que alguns operários faziam pela manhã, era desfeito durante a noite». Algo semelhante terá sucedido com as bombas da guerra civil espanhola que teimavam em não explodir, pois tinham sido deliberadamente fabricadas com defeito. se é verdade que a gente trabalhadora é obrigada a vender a sua força por estarem despojados de meios de produção, a criatividade humana brinda-a com formas engenhosas de sabotar os macabros planos dos patrões.

**NOTA**

**1** As apresentações estão disponíveis no Canal Youtube @Apoyo mutuo o Colapso.

# Esperanza

*In spite of the red scare, the red thread keeps on being woven.*
*In spite of the red scare, the red thread keeps on being woven.*
*In spite of the red scare, the red thread keeps on being woven.*

A sua história é um relato de emancipação, de tomada de consciência através do processo coletivo da greve. Porque o que estava em causa nesta greve era a dignidade.

**SÍLVIA DAS FADAS**
CINEMAFULGOR.ORG /@CINEMA_FULGOR

Este texto brota de uma correspondência sobre a exploração mineira no cinema internacional, que fui mantendo nos últimos anos com o crítico, autor e programador de cinema, Patrick Holzapfel, que de 23 de Agosto a 13 de Setembro programou o ciclo *Schlagende Wetter* (1), no *Zeughauskino* do Deutsches Historisches Museum, em Berlim. De entre este universo de filmes com os quais nos temos vindo a relacionar, e dos quais o Cinema Fulgor já tinha mostrado *Déjà s'envole la fleur maigre*, de Paul Meyer, no Cineteatro da Mina de São Domingos (Mértola) e na Cultivamos Cultura em São Luís (Odemira), elegi escrever sobre *Salt of the Earth*, o sal da terra.

*Salt of the Earth* (1953), escrito por Michael Wilson, realizado por Herbert J. Biberman e produzido por Paul Jarrico com o patrocínio da *International Union of Mine, Mill and Smelter Workers*, foi colocado na lista negra. Encontrei-o pela primeira vez em *Red Hollywood*, o ensaio cinematográfico em que Thom Andersen e Noël Burch fazem justiça ao legado político dos cineastas incluídos na lista negra, alvos do infame *House Committee on Un-American Activities*.

Foi precisa coragem e comprometimento para que os seus autores, perseguidos pelas suas filiações comunistas, realizassem de forma independente *Salt of the Earth*, um filme marxista radical, marioritariamente com actores não profissionais e em estreita colaboração com membros do sindicato. Este é um filme colectivo, e colectivos foram também os esforços conjurados contra ele. Apesar das duras condições das filmagens, da vigilância, das ameaças, do boicote à sua distribuição (até os projeccionistas se recusaram a projectá-lo!), *Salt of the Earth* continuou a ser partilhado e discutido, tendo-se tornado um filme de referência para o movimento Chicano nos Estados Unidos.

O filme retrata uma greve histórica de 15 meses levada a cabo pelos mineiros de uma mina de zinco, no Novo México, contra a *Empire Zinc Company*. Os mineiros fizeram greve para pôr fim à discriminação racial dos trabalhadores mexicano-americanos em questões de remuneração, saúde e segurança laboral. As mulheres assumiram um papel vital nesta luta, em solidariedade com os mineiros, mas avançando com as suas próprias reivindicações relativamente ao saneamento e às más condições das habitações proporcionadas pela empresa. A empresa pode ter mudado o nome da cidade para Zinc Town, mas sabemos que, em tempos, esta se chamou San Marco e que nela a comunidade mexicana-americana tinha raízes profundas. Podem já não ser donos das suas casas, mas as rosas *pertencem-lhes*.

O filme é narrado pela grávida Esperanza, interpretada pela actriz mexicana Rosaura Revueltas, que foi deportada para o México antes do final das filmagens. A sua história é um relato de emancipação, de tomada de consciência através do processo coletivo da greve. Porque o que estava em causa nesta greve era a dignidade. A luta pela igualdade é descrita como interseccional e é travada no piquete de greve, no salão comunitário e em casa. As tácticas de contra-sabotagem utilizadas pela empresa e pelas forças policiais continuam a ser utilizadas: fura-greves, ameaças, ofensas verbais e físicas, gás lacrimogéneo, prisões injustas e, por fim, despejos. Do lado dos mineiros grevistas, assistimos à recusa do trabalho, às contradições e aos danos causados pelo patriarcado, a par de uma prática de cuidados, organização, resiliência e inventividade posta em marcha pelas mulheres. Aprendemos que pode haver alegria e empoderamento na rebelião contra a injustiça, sem esquecer que a música e o convívio são elementos essenciais para o bem viver. Alimentos, donativos e cartas de solidariedade chegam de uma miríade de lugares, entre os quais, notamos, uma carta dos mineiros de Butte, Montana (de cujas lutas nos familiarizámos através de *An Injury to One*, de Travis Wilkerson, um filme em estreito parentesco com *Salt of the Earth*).

O interesse do cinema pela mineração tem sido fértil, pois os ecossistemas mineiros são tão profundamente afectados pela extração e pela exploração, quanto abundantes em lutas sociais e organização radical. Agora que outra onda de medo ameaça cegar-nos, tenhamos clareza sobre onde estamos, o que defendemos, o que precisa de ser sabotado ou afirmado, que alianças tecemos.

Uma imagem fulgurante permanece vivamente impressa em mim: uma assembleia hierática de mulheres (as mulheres dos mineiros), que aparecem no topo da colina com os seus sinais de protesto. Este plano transporta o desejo de um outro tipo de imagem, de um outro tipo de mundo.

O fio vermelho continua a ser tecido e é fonte de sustento.

**Para a consulta do programa deste ciclo cfr aqui: http://tiny.cc/a2ipzz**

# Pornoterrorismo

**BIBLIOTEKA**
@A_BIBLIOTEKA

*Pornoterrorismo* é uma bonita mistura de autobiografia e ensaio teórico transfeminista. Uma autoetnografia do desejo e da sexualidade, que leva o leitor numa viagem à descoberta do que é e do que não é o sexo, em privado e também em público, jovem, velho, estranho; o sexo tanto como ato político, quanto como arma política.

Diana J. Torres é uma escritora, artista e ativista que, durante a sua vida, se tornou um dos principais pontos de referência do movimento feminista radical e da cena pós-pornográfica em Barcelona e no mundo. A pós-pornografia é a evolução da representação do sexo para além do *mainstream*, levando-a em direção a retratos que não se destinam apenas ao olhar e ao desejo do homem cisgénero e heterossexual, descentralizando o espetador e desnaturalizando o sexo como uma performance artística, e realça a ligação intrínseca entre a pornografia e a tecnologia.

*Pornoterrorismo* é um termo cunhado por Diana em 2001 e o título do seu primeiro livro, publicado em 2011. Infelizmente, mais de 20 anos após a sua conceção, precisamos do pornoterrorismo mais do que nunca. O pornoterrorismo é a divergência sexual, a subversão sexual e a insurreição sexual. O pornoterrorismo não pode ser descrito, como escreve Diana, «não se pode capturar um punho furioso num panfleto. A única hipótese de o capturar é enfiá-lo na cona de alguém e aproveitar cada minuto.»

É exatamente isto que o livro *Pornoterrorismo* é. Não é para puritanos. Na maioria dos casos, lendo apenas uma linha, as nossas mães talvez desmaiassem; as nossas avós, provavelmente, queimá-lo-iam. O Google diz-me que, entre os antónimos de grosseiro, há inocente, puro, agradável e artístico. Enquanto a minha mãe e a minha avó atribuiriam o primeiro adjetivo ao trabalho da Diana, eu usaria provavelmente os segundos. Diana foi criada no seio de uma família muito aberta, radicalmente positiva em relação ao sexo (ao contrário da minha), e ficou chocada quando teve de enfrentar um mundo cruel e implacável, disfarçado sob o pretexto da boa educação, da pureza e da moralidade. Isso vê-se nas suas palavras, cortantes e sem remorsos, falando do mesmo tema tabu de sempre com a maior sinceridade e abertura. Diana não é a menina que não sabe o que é o sexo, conceito que muitos homens adoram sexualizar, mas a menina que sabe perfeitamente o que é o sexo e não percebe porque é que o mundo lhe diz que gostar de sexo é errado.

soniagolemme.it

«Precisamos tomar consciência do poder dos nossos genitais livres e dos nossos corações livres. Talvez então possamos passar à ação».

Diana começa por contar-nos a história da sua vida, a sua sexualidade, já muito intensa na infância, e o seu choque com o mundo real, para depois desconstruir mitos e dogmas sobre o sexo que até os mais progressistas entre nós têm medo de abordar, muito menos de desmantelar. No início do livro, ao falar sobre o medo que muitos homens heterossexuais têm da estimulação anal, mesmo quando é uma mulher que a faz, Diana escreve: «Quando se conhece melhor o próprio corpo e a quantidade de coisas que se podem fazer com ele, surge simultaneamente um sentimento de medo pela quantidade de coisas que são proibidas, marginalizadas ou que são crime, sem mais nem menos. Descobrir a própria sexualidade é também descobrir até que ponto aquilo a que chamamos "o nosso sexo" não nos pertence de todo. Pertence à heteronorma, à sociedade de consumo, à igreja e ao patriarcado, à pornografia *mainstream*, à medicina, à indústria farmacêutica, à moda, a... (longa lista em que o teu nome não está incluído)». Esta é uma lição importante que muitas de nós, ávidas leitoras de teoria e manifestos transfeministas, pensamos ter aprendido há já algum tempo. Diana prova-nos até que ponto não o fizemos.

Ela eviscera o conceito de sexo, prazer, desejo e identidade, não deixando nenhum canto intocado, desde aquilo a que chama os sexos «assustadores» (o desejo sentido pelas crianças e pelas pessoas com deficiência) até ao sadomasoquismo, exibicionismo, *squirting*, *fisting* e *gender fuckery* – perdão –, disforia. É cautelosa ao misturar amor e sexo, duas coisas que, segundo ela, não têm muito a ver uma com a outra, exceto o grande maltrato que recebem por parte da cultura popular e de instituições prepotentes. Apesar disso, e chamem-me uma romântica esperançosa, uma das minhas observações favoritas e, na minha opinião, mais poderosas do livro começa precisamente com esta combinação. O amor no *mainstream*, o amor no sistema cis-hetero-mono em que vivemos, é, aparentemente, polido e «perfeito». Um amor que tem de ser provado perante um juiz ou um padre, um amor que tem de seguir um guião e regras precisas, de namorados, de presentes, de sexo, mas apenas um certo tipo de sexo, de promessas e exclusividade. No entanto, citando Diana, «o seu "amor" é um amor que nos exclui e nos demoniza», sendo nós os *queers*, as bichas, as putas, os frígidos, os esquisitos, os viciados em sexo, os repelidos por sexo; os leitores deste texto. «E talvez», continua, «isso seja o melhor, porque nos podemos libertar das suas amarras e não perdemos nada, porque já somos um bando de malucos. (...) Por isso é que digo que temos veneno entre as pernas. Ele escorre porque estamos cheios de amor e ódio genuínos. (...) As nossas armas são parte integrante dos nossos corpos, não precisamos de uma indústria para nos patrocinar a nós e ao nosso sexo, o nosso desejo e o nosso amor-ódio estão lá para ajudar a mudar as coisas. Precisamos tomar consciência do poder dos nossos genitais livres e dos nossos corações livres. Talvez então possamos passar à ação».

**Uma cópia do livro *Pornoterrorismo* da Diana J. Torres está disponível para empréstimo na Biblioteka, aberta às terças-feiras entre as 16h e às 19h, na Sirigaita, Rua dos Anjos 12/f.**

# A Morte da Natureza – as Mulheres, a Ecologia e a Revolução Científica

**JÚLIO HENRIQUES**

Esta nota pretende apenas chamar a atenção para a enorme importância deste livro de Carolyn Merchant, finalmente publicado em português graças à atenta acção editorial da Sempre-em-Pé. A sua 1ª edição americana (HarperCollins, 1980) suscitou de imediato debates substantivos e estimulantes em torno da ecologia política, inserida numa visão crítica das ciências como vectores do nascente capitalismo do século XVI. Obra pioneira do ecofeminismo, foi e continua a ser expressão das lutas sociais e culturais causadas pelo desenvolvimento do «nosso» sempre predatório sistema político-económico.

É sem dúvida o livro mais influente de Carolyn Merchant, traduzido em nove línguas, objecto de um grande número de colóquios, debates, encontros e recensões, embora o labor investigativo e ensaístico da autora, prosseguido até aos nossos dias, abarque um conjunto de títulos eloquentíssimos sobre o que tem sido o seu empenhamento, ao mesmo tempo historiográfico, sociopolítico, feminista e ecologista. Lembremos apenas dois, *Radical Ecology: The Search for a Livable World* (1992, reeds. sucessivas) e *The Anthropocene and the Humanities: From Climate Change to a New Age of Sustainability* (2020), em que a combativa visão da autora aponta para a imprescindível superação desta nossa era de catástrofes "inovadoras".

*A Morte da Natureza*, reeditado nos EUA em 2020, por ocasião do seu 40º aniversário, é hoje considerado um clássico da história socioambiental. Um *clássico* sempre operativo, cuja acção teorética continua a mostrar-se extremamente necessária. Com efeito, Carolyn Merchant deu um passo decisivo com vista ao entendimento crítico daquilo que tem de redutor o pensamento ocidental, que se tornou hegemónico contaminando (não totalmente…) as formas de pensar e agir pré-modernas. Porque, embora a história do mecanicismo seja ocidental, o organicismo que o precedeu encontrava-se muito mais presente nas culturas indígenas dos outros continentes e tem conseguido resistir até aos nossos dias, revelando caminhos.

Como este livro mostra em pormenor, a grande ruptura, em sentido desastroso, na visão humana do que é o mundo deu-se no Renascimento europeu, período a partir do qual a Terra deixa de ser encarada como entidade viva e mãe nutriente, portadora de vida no seu seio, para passar a ser vista através de uma nova metáfora dominadora, a da Máquina. A modernidade surgida com o Renascimento impõe uma concepção mecanicista do universo que irá substituir a visão orgânica do cosmos, anatematizando e subalternizando as mulheres de modo imperativo, recorrendo inclusive a massacres por heresia («caça às bruxas»), alteração essa, consubstanciada na Teologia do Progresso, que irá disseminar-se nas relações sociais e nas relações dos humanos com a restante natureza.

> A máquina passa a ser a referência central de um saber que visa exercer o poder (um poder total) sobre a natureza.

**A Morte da Natureza – as Mulheres, a Ecologia e a Revolução Científica**
**Carolyn Merchant**
Tradução de James Carvalho Powell
Edições Sempre-em-Pé, Águas Santas (Porto), 2024

Da alegoria feminina da natureza – da Terra como mulher – vai passar-se à alegoria do mundo como o mecanismo de um relógio. Uma tal transformação será realizada, entre os séculos XVI e XVII, pela Revolução Científica e o concomitante incremento do capitalismo comercial, em que a expansão colonialista da Europa, o genocídio de populações extraeuropeias e a escravatura transcontinental tiveram um papel «estruturante», fazendo a ponte para o industrialismo.

A própria acção da natureza passa a ser vista como a de uma máquina; a mecânica já não reside apenas nos objectos fabricados pelo homem, como na Antiguidade e na Idade Média, passando a estar presente, ideologicamente, nas leis dos movimentos naturais. A partir do Renascimento, com a multiplicação de instrumentos fabricados pelo homem, a máquina passa a ser a referência central de um saber que visa exercer o poder (um poder total) sobre a natureza, surgindo assim uma nova ética da dominação, permissora dos maiores excessos, designadamente no extractivismo, exercido no corpo da terra e nos corpos humanos subalternos. Ética a partir da qual os conquistadores dos mercados, quer nestes se trate de *coisas* da natureza «externa» ou do corpo dos homens e mulheres a eles submetidos, vão aplicar a todos estes *produtos*, coisificados, o mesmo estatuto de «recursos naturais e humanos destinados ao moderno sistema mundial». *A morte da natureza* é uma expressão metafórica, mas de facto está em curso e foi instituída no imaginário que nos tem tão profundamente deseducado.

# Claire Auzias, L'Enragée, partiu.

## Um pequeno lembrete.

**JOSÉ TAVARES**

Claire Auzias, «feminista e anarco-individualista, sem rejeitar o anarco-sindicalismo», faleceu a 6 de agosto de 2024. Tinha 73 anos e viveu até ao fim como um electrão livre, definição que mais apreciava.

Doutorada em História Moderna pela Universidade de Lião II. Ensinou História de mulheres e sociologia na Universidade de Lião. Foi também durante alguns anos investigadora no ISEG de Lisboa. A sua estadia permitiu-lhe conhecer e relacionar-se com o anarquismo português.

Os principais temas de investigação de Claire dizem respeito aos ciganos/roms e ao anarquismo. É autora de várias obras entre as quais se destacam: *Samudaripen, le génocide des Tsiganes, La Compagnie des Roms*; *Voyage avec des Roms des Balkans*; *Familes Roms d?Europe de l'est*; *Gitanas, hablan las mujeres «roms» de Europa* e, em português, *Os Ciganos ou o Destino Selvagem dos Roms* (Antígona, 2001). Dedicou-se ao estudo do movimento anarquista em França, entre as duas guerras inter-imperialistas (1914-18 e 1939-45), com o livro *Mémoires Libertaires* e outro sobre a primeira greve de trabalhadoras femininas ocorrida em 1869. Também se dedicou ao estudo biográfico de personalidades como Louise Michel, Emma Goldman e Jacob Law.

O seu último livro, *Un fait d'été* (2020), retrata o destino de personagens que viveram o Maio de 1968, a prisão, a depressão, o choque com a realidade quotidiana. Após a morte do companheiro na prisão, empreende uma viagem de luto, a que chama «exílio voluntário». Aterra na Etiópia, continua para a Índia, seguindo os passos dos beatnicks…

Não faço aqui um relato exaustivo da sua vida, nem a lista completa da sua obra. Vou fazê-lo em outra ocasião. Por agora deixo esta pequena nota, que não quer ser necrológica, sobre uma mulher livre com quem convivi até ao fim da festa.

Deixou-nos encarando a morte de frente, tal como tinha feito com a vida.

Ela partiu mas fica connosco.

Love for Rebellion | @loveforrebellion

# Não passarão

Carlos Libo

Quando é que acaba todo este desassossego
Esta angústia este medo, esta vida em sobressalto
Nervos em franja tenho um mau pressentimento
A roer-me cá por dentro, a pôr-me de luta a alma

Mas nós podemos virar a sorte do jogo, oioai
E a voz do povo é a vontade de deus, cantai
Não passarão

Tanta ansiedade tanta noite mal dormida
Viver assim não é vida, mas a cantar eu resisto
E não me calo nem dou o braço a torcer
Quem assim me faz viver, pagará bem caro isto

Porque nós vamos virar a sorte do jogo, oioai
E a voz do povo é a vontade de deus, gritai
Não passarão

Ouvido alerta olhos cravados na serra
O povo todo em pé de guerra, o lavrador é soldado
E eu pergunto como é que isto aconteceu
Que mal fizemos a deus para ter que aturar o diabo

Mas nós podemos virar a sorte do jogo, oioai
E a voz do povo é a vontade de deus, lutai
Não passarão.

---

Carlos Libo: Nome artístico de Carlos Gomes Gonçalves, apicultor, criador de cavalos e cantautor de Covas do Barroso. “Exploração”, “Brigada da Foice” ou “Agora a hora é de lutar” são outras canções suas que já se tornaram hinos da resistência popular contra o projeto de mina de lítio no Barroso.

# Uma Zona Franca nos Anjos

**CATARINA LEAL**
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT

**Com a idade do Jornal MAPA, em dezembro de 2022, a Zona Franca celebrou o seu 10.º aniversário. Que balanço é que fazem desta década de associativismo?**

Acho que depende muito do ponto de vista. Só o facto de chegarmos ao marco de 10 anos e estarmos agora no 12º é um ponto extremamente positivo, no sentido em que estamos a conseguir sobreviver. E durante esses 10/12 anos foram muitas as actividades, muitas as ações que conseguimos fazer, em conjunto também com outros coletivos, com outros espaços, com muitas pessoas que foram passando pela Zona.

**Quais são atualmente as atividades que acontecem na Zona Franca?**

Uma [das atividades] que se mantém até hoje, desde o início – e que é o pilar da Zona – é a cantina social. A questão de nós termos refeições caseiras – almoço e jantar – a preços sociais! Depois também temos, maioritariamente, actividades culturais, que são, grande parte delas, gratuitas e as restantes são por donativo. No entanto, esta questão do donativo não impede nunca que alguém que não possa fazê-lo frequente os eventos ou participe nas atividades. Temos xadrez de 15 em 15 dias, temos cinema às terças-feiras, às segundas são as noites de *jam session*, às quintas ou sextas, por norma, tentamos ter um concerto ou música. Também temos outras actividades que não somos nós directamente que organizamos: nós cedemos o espaço a outros colectivos que não têm um espaço, nomeadamente, por exemplo, à Cozinha Migrante dos Anjos (CMA) que, quando não tem a possibilidade de cozinhar na Disgraça – aos fins-de-semana por exemplo – cozinha na Zona Franca. Temos também a nossa «câmara escura» que é explorada e que foi reativada por um colectivo das Caldas da Rainha, o Cirq Analogique. A Zona Franca não é fechada sobre si mesma. Quem quiser usufruir dela, tendo em conta todos os nossos ideais, pode e deve.

**Sabemos que, como outras associações amigas, receberam uma carta de despejo para saírem até dezembro de 2024. Quais são os próximos passos?**

Nós passamos por várias fases. Primeiro ficamos incrédulas e depois ficamos com alguma esperança quando a nossa nova senhoria ficou um mês a pensar se realmente nos deixava continuar no espaço. Mas recebemos uma facada no coração: «-Não quero renovar [o contrato de arrendamento]. Para a minha mãe não era um negócio, mas para mim é.» Depois de ouvirmos isto ficámos um pouco desnorteadas. Mas esta semana tivemos uma assembleia e decidimos que, embora falte muito pouco tempo, achamos que não faz parte do nosso ADN baixar os braços e simplesmente entregar a chave. Não vamos sair sem fazer barulho ou, se calhar, até nem vamos sair. Convocámos agora vários coletivos e sócios/as/es e pessoas amigas para uma assembleia aberta, dia 9 de outubro, para fazer *brainstorming* para definir as ações de luta e que planos é que vamos fazer e tentar até onde der. Gostávamos que as pessoas nos ajudassem a salvar a casa que também é delas.

## Assina o Jornal Mapa contribuindo para a continuidade deste projecto!

### Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 20 neuros
Europa | 6 números | 25 neuros
Resto do mundo | 6 números | 30 neuros

### Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 25 neuros
Europa | 6 números | 35 neuros
Resto do mundo | 6 números | 40 neuros

**2012-2024 Doze anos de Informação Critica!**

**Preenche o formulário em jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada e NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt**

NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
MBWAY: +351933291635
PAYPAL: vaquinha@jornalmapa.pt (enviar como donativo)

**MAPA: Jornal de Informação Crítica**
**Número 43**
**Outubro-Dezembro 2024**

**Propriedade:**
Associação Mapa Crítico
**NIPC:** 510789013
**NIB:** 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

**Morada da redacção/editor**
Rua principal de Algeruz, CCI 3320
2950-077 Palmela
**Correspondência:** enviar para morada da redação
**Registo ERC:** 126329
**Diretora:** Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
**Editora:** Sandra Faustino
**Subdiretor:** Pedro Mota
**Director adjunto:** António Cunha

CC BY

**Estatutos editoriais do Jornal MAPA:**
https://goo.gl/ZgkQxM

**Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:**
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Aurora Santos*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier*, Os Ingovernáveis, Júlio Henriques, Vozes de Dentro, Outros Ângulos, Francisco Espada, / Biblioteka, Joëlle Ghazarian, Vera Silva, Borboleta Azul, Gastão de Liz, José Tavares, Michelle Tyllckl, Kitti Baracsi, Outros Ângulos, Pólen, Florian Scheible, James Kelly / Pluto Press, Samuel Jarimba, Tiago Nabais, Frederico Ágoas, Nathália, Fabiana, Left Hand Rotation, Ema Gonçalves, Igor Cerejo, Sílvia das Fadas, Love For Rebellion, Carlos Libo, Fernando Rodrigues, Mariana Vieira, Sofia Pereira, Pedro Morais, Guilherme Malaquias, Rolando, Ricardo Ventura, Pedro Cerejo, Sónia Gabriel, Ana Queijo, Susana Baeta, Rodrigo S., Jorge Gomes e Luis Junqueira
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

**Periodicidade:** trimestral
**PVP:** 2 euros
**Tiragem:** 3000 exemplares

**Contacto:** geral@jornalmapa.pt
**Distribuição:** distribuicao@jornalmapa.pt
**Assinaturas:** assinaturas@jornalmapa.pt
**Site:** www.jornalmapa.pt
**Facebook:** facebook.com/jornal.mapa
**Instagram:** @jornalmapa
**Telegram:** @jornal_mapa
**Bandcamp:** musicajornalomapa.bandcamp.com

**Depósito legal:** 357026/13
**Tipografia:** Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 43
OUTUBRO-DEZEMBRO 2024
3000 EXEMPLARES

# A comunidade não é um espetador

Desde 2005 que o coletivo Left Hand Rotation tem acumulado um extenso portfólio de projetos audiovisuais e intervenções no espaço público, com destaque sobre os processos de gentrificação.

**F. OLIVAL**

**Quem são os/as Left Hand Rotation? Consideram-se artistas ou militantes que utilizam prácticas artísticas como uma das suas armas?**

Artistas com consciência política ou ativistas com ferramentas artísticas são duas formas para a mesma definição, que oscila ligeiramente, como qualquer identidade.

O que melhor nos define é a nossa condição coletiva. Do nosso ponto de vista, não existem processos de criação individuais, isolados, desconectados. Todo o processo se liga a um *continuum*, a uma rede de referências e afetações que remontam à origem da cultura. Na verdade, poderíamos dizer que não existe autoria, como presunção de propriedade intelectual, já que a propriedade intelectual é uma ferramenta do capital cognitivo para transformar conhecimento em mercadoria. Quanto maior a troca de conhecimento, mais conhecimento é gerado. Isto vai contra o princípio básico do capitalismo. Para introduzir artificialmente um princípio de escassez de conhecimento, cria-se a propriedade intelectual, apoiada na conceção do processo criativo como um processo desconectado da rede de conhecimentos e afetações.

Nós abordamos cada projeto tendo em conta que a comunidade não é um espetador, mas sim uma parte ativa essencial, e a sua vontade ou desejo é o que torna possível a ação. Dessa forma, todas as pessoas envolvidas num processo colaborativo constituem o coletivo. Ou seja, não compartilhamos autoria ou propriedade intelectual, mas sim um tempo coletivo onde uma situação é possível.

Nesta dimensão coletiva, o anonimato é uma dupla proteção, contra a repressão e o ego do artista/autor.

**Grande parte dos vossos projetos aborda os processos de gentrificação que têm assolado a cidade de Lisboa e arredores, organizaram inclusive uma série de oficinas intituladas «Gentrificação não é nome de senhora». Como olham, em retrospetiva, para mais de uma década a expor e a refletir sobre os impactos destas transformações urbanas?**

É um projeto que iniciámos em 2007, em Madrid, e nos levou a 16 cidades, em 10 países. Quando chegámos a Lisboa, em 2011 fazia, muito sentido pelo que estava a acontecer nesta cidade e o nosso primeiro workshop sobre gentrificação aqui foi em 2012, na Mouraria. Naquele momento (começava a "Lei Cristas") muitas pessoas pensavam que não aconteceria um processo de gentrificação. Fizemos filmes como *Terramotourism* e *O que vai acontecer aqui?* e começámos a fazer parte de movimentos pela habitação, nomeadamente do Stop Despejos e da Habita.

Para além da crise global de acesso à habitação nos territórios urbanos, a profunda insustentabilidade da cidade é cada vez mais evidente. Quando a cidade surge, durante o Neolítico, aparecem os pilares do mundo em que vivemos: a propriedade privada, a acumulação de excedentes e o desejo de apropriar-se deles: a guerra, as hierarquias, a aristocracia, a divisão de poderes…

Hoje, mais de metade do planeta vive em contextos urbanos, dependentes do petróleo para o abastecimento alimentar e a gestão de resíduos. As cidades foram concebidas pelo crescimento económico, não foram desenhadas para satisfazer as necessidades das pessoas.

A pandemia acelerou um processo migratório para o meio rural, movido pelo medo do contágio, pelo confinamento, pela precariedade das condições de vida na cidade, pela procura utópica de uma vida em contacto com a natureza... Mas se nesta fuga utópica ao capitalismo não resolvermos a nossa relação com as formas que sustentam a vida, a cidade irá seguir-nos, como no poema de Kaváfis.

**A vossa última ação consistiu em construir barcos a partir dos desenhos originais dos navios negreiros portugueses e deixá-los flutuar nas fontes do centro histórico de Lisboa, em contestação ao fim da «manifestação de interesse» que facilitava a regularização de imigrantes em Portugal. Por outro lado, irão publicar, em outubro, um livro-guia turístico irónico sobre 15 monumentos da cidade de Lisboa, baseado no vosso filme «A volta ao mundo em 80 catástrofes». Como é que estes diferentes temas (gentrificação, migração, turismo...) se intersectam na vossa obra coletiva?**

São sempre temas ligados, relacionados com a injustiça social, com as políticas neoliberais impostas pelo Estado hetero-patriarcal contra o qual lutamos. Sobre migração, *Sem manifestação de interesse, escravatura moderna* é uma ação nas ruas de Lisboa sobre as novas políticas de imigração excludente em Portugal. Com os desenhos originais dos navios negreiros portugueses - que transportaram milhões de escravos durante séculos - construímos barcos que deixamos flutuar nas fontes de Lisboa, especialmente no eixo urbano Alameda-Martim Moniz. Da mesma forma, a nossa «frota» tem formato de cartaz para colar nas paredes. Portugal tem a responsabilidade histórica de ter iniciado o tráfico transatlântico de escravxs, o maior deslocamento forçado de pessoas a longa distância na história, mais de 12,5 milhões de pessoas aprisionadas no continente africano e forçadas a trabalhar no outro lado do oceano. Com a recente supressão da «manifestação de interesse» milhares de pessoas serão empurradas para a exclusão social, o trabalho clandestino, a exploração laboral e a negação de direitos.

*A volta ao mundo em 80 catástrofes* é um guia turístico irónico que mapeia monumentos erguidos às catástrofes (colonialismo, escravidão, feminicídios, guerras, epidemias, etc.). Já publicámos dois livros (que distribuímos gratuitamente) e um documentário, *Monumento Catástrofe*. No outono publicaremos em conjunto com a Plataforma Colapso o novo guia turístico, focado nos monumentos de Lisboa.

Para conheceres mais projetos do coletivo:
**WWW.LEFTHANDROTATION.COM**

MAPA BORRADO
É AQUI
BORA, RÁPIDO
QUAL ERA A FRASE?
O VIVO DOS TERRITÓRIOS RURAIS EM DEFESA DA VIDA
VIVO? ISSO NÃO É MUITO FLOREADO? É EPOPEICO? VAMOS DIZER QUE AS PESSOAS VIVAM?
COLECTIVOS NÃO SÃO COMUNIDADES?
DECIDAM-SE, BORA!
COLECTIVOS NO SENTIDO DE ORGANIZAÇÕES
PROPONHO: «COLECTIVOS E COMUNIDADES JUNTAM-SE EM DEFESA DO TERRITÓRIO»
TAMBÉM NÃO GOSTO DE «DEFESA DA VIDA»
FAZ-ME LEMBRAR A QUESTÃO DO ABORTO. QUE QUERES? CRESCI A OUVIR ISSO
QUAL É O PROBLEMA DE DEFESA DA VIDA? ERA O SLOGAN DE FERREL!
E A TRAVESSIA PELA VIDA, DOS ZAPATISTAS?
E QUE TAL: «O MUNDO RURAL E O MUNDO URBANO JUNTAM-SE CONTRA A MINA E O SEU MUNDO»
MAS? ESTÃO A DISCUTIR O QUÊ, AGORA? NÃO TENHO A NOITE TODA!...
EU GOSTAVA DO VIVO
O QUE É QUE FICA, AFINAL? «COMUNIDADES E ORGANIZAÇÕES DO MUNDO RURAL E DO MUNDO URBANO UNEM-SE, A VIVAR, PARA DEFENDER O TERRITÓRIO E A VIDA CONTRA A MINA E O SEU MUNDO»
???
TIRA O "ORGANIZAÇÕES"
VARGAS '24